

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Letícia Diniz Ribas

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA:
A cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens internacionais
de FHC e Lula

Belo Horizonte
2012

Letícia Diniz Ribas

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA:
A cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens internacionais
de FHC e Lula**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria

**Belo Horizonte
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R482d Ribas, Letícia Diniz
Diplomacia presidencial, mídia e opinião pública: a cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens internacionais de FHC e Lula / Letícia Diniz Ribas. Belo Horizonte, 2012.
155f.: il.

Orientador: Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Diplomacia. 2. Mídia (Publicidade). 3. Opinião pública. 4. Relações internacionais. 5. Brasil. Presidente (1995-2002 : Fernando Henrique Cardoso). 6. Brasil. Presidente (2003-2010 : Lula). I. Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Letícia Diniz Ribas

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA:
A cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens internacionais
de FHC e Lula**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria – PUC Minas

Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes – UFMG

Prof. Dr. Danny Zahreddine – PUC Minas

Prof. Dra. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires – PUC Minas

Belo Horizonte, 05 de julho de 2012

**Aos meus pais, João Gabriel e Lúcia,
pelo apoio e pelo amor; ao meu Pedro
Ivo, por ser inspiração e incentivo.**

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas por todo o apoio oferecido durante este período.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria, que me norteou na transição para a área das Relações Internacionais, acompanhou-me e tornou este processo mais tênue.

Às professoras Dra. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires e Ana Maria Rodrigues de Oliveira, referências desde a graduação, sempre disponíveis para me auxiliar.

Aos professores Dr. Danny Zahreddine e Dr. Dawisson Lopes por terem prontamente aceito o convite para compor a banca.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais que contribuíram para o aprimoramento da minha formação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação pelo companheirismo e pelo compartilhamento de experiências.

Ao jornalista e amigo Lucas Neves, pelo auxílio durante as pesquisas na Folha de S. Paulo.

No te quedes inmóvil
al borde del camino
no congeles el júbilo
no quieras con desgana
no te salves ahora
ni nunca
no te salves
(BENEDETTI, 1983)

RESUMO

Este trabalho tem como escopo a análise da cobertura jornalística realizada pelo jornal impresso Folha de S. Paulo sobre a diplomacia presidencial exercida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Os dois presidentes inauguraram uma nova ênfase na condução da política externa do país, com uma diplomacia presidencial ativa e intensa, o que atraiu maior cobertura midiática e, em certa medida, ampliou os espaços de discussão sobre o tema. A proposta é avaliar o enfoque dado pelo veículo aos relatos sobre viagens presidenciais realizadas por ambos os mandatários, para se aferir o grau de apoio ou rejeição à prática e, assim, verificar a existência de uma relação entre a mídia, a postura dos mandatários e o processo de produção da política externa.

Palavras-chave: Diplomacia Presidencial. Mídia. Opinião Pública. Política Externa Brasileira.
FHC. Lula.

ABSTRACT

This dissertation's scope is to analyze the coverage carried by the newspaper Folha de S. Paulo concerning the presidential diplomacy held by Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). The two presidents led off a new emphasis on the country's foreign policy conduction, with an active and intense presidential diplomacy, which attracted greater media coverage and, to some extent, expanded the opportunities for discussion on the topic. The proposal is to evaluate the approach taken by the vehicle concerning the reports about the presidential trips made by both leaders, to gauge the level of support or rejection to the practice and thus verify the existence of a relationship between the media, the position of the leaders and the foreign policy production process.

Keywords: Presidential Diplomacy. Media. Public Opinion. Brazilian Foreign Policy. FHC. Lula.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: FHC retorna ao Brasil após viagem aos Estados Unidos	86
ILUSTRAÇÃO 2: “O voo de volta”	88
ILUSTRAÇÃO 3: Falha no rádio	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Viagens Internacionais Oficiais: FHC e Lula.....	37
TABELA 2: Cobertura das duas viagens de FHC para a Assembleia Geral da ONU – Enquadramento.....	82
TABELA 3: Cobertura das duas viagens de FHC para a Assembleia Geral a ONU – Conteúdo.....	83
TABELA 4: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula para a Assembleia Geral da ONU – Enquadramento	92
TABELA 5: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula para a Assembleia Geral da ONU – Conteúdo.....	92
TABELA 6: Cobertura das viagens de FHC à Venezuela Chavista – Enquadramento	98
TABELA 7: Cobertura das Viagens de FHC à Venezuela Chavista – Conteúdo	98
TABELA 8: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula à Venezuela Chavista – Enquadramento.....	103
TABELA 9: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula à Venezuela Chavista – Conteúdo.....	104
TABELA 10: Comparativo entre FHC e Lula – Cobertura das viagens selecionadas para Assembleia Geral da ONU	112
TABELA 11: Comparativo entre FHC e Lula – Cobertura das viagens selecionadas à Venezuela Chavista	115

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

UE – União Europeia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL NO BRASIL (1995- 2010).....	27
2.1. Diplomacia Presidencial: questão conceitual, desenvolvimento e dinâmica	27
<i>2.1.1. A atuação do presidente e do corpo burocrático na condução da política externa</i>	<i>29</i>
<i>2.1.2. A diplomacia de visitas</i>	<i>30</i>
2.2. Pluralização da Política Externa Brasileira no pós-Guerra Fria.....	32
2.3. Desenvolvimento da diplomacia presidencial no Brasil.....	34
<i>2.3.1. A diplomacia presidencial no governo FHC</i>	<i>38</i>
<i>2.3.2. A diplomacia presidencial no governo Lula.....</i>	<i>41</i>
3. MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA.....	45
3.1. Os atores domésticos na produção da Política Externa	45
<i>3.1.1. Opinião pública e política externa</i>	<i>48</i>
3.2. A relação entre Mídia e Política Externa	50
3.3. Presidential Agenda Setting e Teoria do Enquadramento: a atuação da mídia e seus efeitos sobre a opinião pública.....	58
<i>3.3.1. A Teoria do Enquadramento e o estudo da relação entre mídia e política</i>	<i>63</i>
4. A FOLHA DE S. PAULO E AS VIAGENS PRESIDENCIAIS.....	68
4.1. Metodologia.....	68
4.2. O perfil editorial da Folha de S. Paulo	78
4.3. Coberturas sobre as viagens presidenciais para participação na Assembleia Geral da ONU	82
<i>4.3.1. FHC na Assembleia Geral da ONU.....</i>	<i>82</i>
<i>4.3.2. Lula na Assembleia Geral da ONU</i>	<i>91</i>
4.4. Coberturas de viagens à Venezuela Chavista	97
<i>4.4.1. FHC na Venezuela</i>	<i>97</i>
<i>4.4.2. Lula na Venezuela.....</i>	<i>103</i>
5. CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	117
ANEXO A.....	154
ANEXO B.....	155

1. INTRODUÇÃO

Fernando Henrique Cardoso, em oito anos à frente da presidência do Brasil (1995-2002), passou 347 dias em viagens internacionais – 12% do seu mandato –, segundo dados da Folha de São Paulo (2010), somando um total de 135 visitas a 44 países diferentes. Luiz Inácio Lula da Silva, também em dois mandatos como presidente do país (2003-2010), completou 470 dias em compromissos fora do Brasil – 16% de seu mandato (Anexo A), com um total de 254 viagens a 85 países diferentes.

Os dois presidentes inauguraram uma nova ênfase na condução da política externa do país, com uma diplomacia presidencial ativa e intensa. Esse protagonismo internacional coincide com a maior inserção internacional do Brasil no período pós-Guerra Fria, conjugada com o plano interno de uma democracia mais consolidada e, conseqüentemente, de uma maior pressão de atores não estatais sobre a formulação da política externa (CASON; POWER, 2009; SILVA et. al., 2010).

[O] nível internacional proporciona elementos condicionantes significativos: o fim da Guerra Fria forçou os governantes a rever o lugar do Brasil no mundo. Em nível nacional, a democratização teve um importante papel no aumento do número de vozes clamando por influência sobre o processo de formulação de políticas. (CASON; POWER, 2009, p. 119, tradução nossa)¹.

Esse protagonismo do país na agenda externa ampliou a discussão sobre o tema, conferindo-lhe grande visibilidade. De acordo com pesquisa realizada pelo CNI-Ibope sobre avaliação do governo Lula, em março de 2010, por exemplo, entre as notícias mais lembradas sobre o governo petista, as que ocuparam as primeiras posições foram aquelas sobre os compromissos internacionais do presidente (Anexo B).

Nesse sentido, cabe ressaltar a função da mídia como uma fonte de ressonância da sociedade civil e, portanto, intermediadora dos assuntos da agenda internacional entre sociedade e governo. É notável o fato de que quando o presidente está envolvido no evento, os meios de comunicação tendem a cobri-lo com mais intensidade. Essa ampliação da cobertura sobre as visitas presidenciais, por conseguinte, foi um dos fatores responsáveis pela promoção de relativa abertura sobre a agenda externa do país à sociedade civil. Cabe salientar, ainda, que a imprensa, ao cobrir os eventos internacionais em que o presidente está

¹ (...) the international level provides significant conditioning elements: the end of the Cold War forced policymakers to review Brazil's place in the world. On the national level, democratization played an important role in increasing the number of voices that clamored for influence over the policy-making process.

presente, espera também ter mais acesso ao mandatário e, assim, repercutir também assuntos da agenda doméstica.

Com o escopo, portanto, de se identificar uma relação entre a postura presidencial na condução da política externa, a cobertura midiática – especificamente da Folha de S. Paulo – e o processo de produção da política externa e, ainda, de se identificar possíveis fluxos de influência entre essas duas esferas de poder, este trabalho promoveu uma discussão a respeito do conceito de diplomacia presidencial, o qual diz respeito à participação direta e ativa dos mandatários na formulação e implementação da política externa do seu país (DANESE 1999). Destacou-se a “diplomacia de visitas”, ou seja, a vertente da diplomacia presidencial que abrange as viagens presidenciais, com base no fato de que a iniciativa do presidente em conferir um direcionamento político à agenda exterior gera maior visibilidade ao compromisso internacional.

Esta pesquisa examinou ainda a teoria denominada *Presidential Agenda Setting*, que destaca a efetividade do presidente como um *agenda setter*, ou seja, um ator capaz de determinar a agenda de discussão da mídia e de outros atores estatais. Variáveis como as temáticas envolvidas, a relevância do tema em questão e o grau de informação da opinião pública sobre o assunto interferem na capacidade do mandatário em influenciar a atenção do Congresso, da mídia e do público. Além disso, aqueles presidentes que estabelecem prioridades claras para a sua agenda internacional têm mais sucesso ao mobilizar e sustentar a discussão sobre o tema (PEAKE, 2001; SORENSEN, 1994).

Assim, para se chegar à relação entre mídia, sociedade e formuladores de política internacional, examinaram-se, além da natureza da interação entre opinião pública e política externa, as fontes responsáveis pela formação dessa opinião pública, onde se localiza com clareza a imprensa.

Observa-se que a discussão acadêmica sobre o assunto é ainda sucinta, sobretudo quando se considera o caráter interdisciplinar proposto neste trabalho. Pretendeu-se trazer para a reflexão do campo das Relações Internacionais as contribuições sobre a função dos meios de comunicação, que por poucas vezes foram utilizadas para a observação de um objeto claramente passível de uma análise mais aprofundada.

Desse modo, este projeto examinou a cobertura realizada pela Folha de S. Paulo, um dos jornais de maior circulação nacional, sobre a diplomacia presidencial exercida por FHC e Lula, bem como o enfoque dado pelo mesmo a respeito das viagens presidenciais, com o objetivo de se aferir o grau de apoio ou rejeição à realização das visitas internacionais. Além

disso, busca-se avaliar a interferência da postura do presidente na cobertura midiática, assim como o retorno dessa cobertura para o próprio processo de produção da política externa.

Especificamente, selecionaram-se dois tipos de agenda de política internacional. O primeiro, a participação em um evento internacional permanente, as Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), visto que a garantia de um papel relevante no cenário exterior sempre permeou as aspiração do país em política externa, além de contar com a legitimação das elites (LIMA, 2005a). O segundo tipo de agenda examinado foram as visitas à Venezuela após a posse de Hugo Chávez, uma agenda considerada polêmica por gerar conflitos de opinião a respeito da relação com o presidente venezuelano, principalmente no que diz respeito à ideologização das relações exteriores brasileiras e à proposta de integração profunda na América do Sul.

A opinião doméstica sobre a política brasileira na região tende a se dividir: de um lado observa-se uma opinião conservadora que se opõe ao abandono da tradição de não-intervenção e reclama a máxima defesa dos interesses nacionais; de outro círculos progressistas intelectuais e políticos têm apoiado um envolvimento mais ousado e comprometido na América Latina com vistas a construção de uma estratégia regional – global (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010).

Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa dos materiais jornalísticos publicados a respeito das viagens que FHC e Lula realizaram em função dessas duas agendas, portanto, esta pesquisa procurou identificar a maneira com que a Folha de S. Paulo interpretou e transmitiu as informações ao público.

Esta dissertação valeu-se da teoria da comunicação do Enquadramento (*framing*) como suporte teórico para as análises realizadas, por esta sugerir que os meios de comunicação constroem quadros referenciais que direcionam a interpretação e a discussão dos receptores. Em outras palavras, a forma com que um fato é caracterizado no noticiário exerce influência direta no seu entendimento pelo público (SCHEUFLE e TEWKSBURY, 2007). Conforme observa Porto (2002), o enquadramento estaria ligado aos processos e recursos que organizam a produção jornalística, os quais constroem uma interpretação do fato noticiado.

Os enquadramentos da mídia ... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, apud PORTO, 2002, p.6).

Tomando como base essa definição, de que a mídia organiza o mundo não só para jornalistas, mas também para a sociedade que recebe a notícia, esta pesquisa procurou observar o posicionamento da Folha com relação à agenda de política externa adotada nos dois governos estudados, principalmente pelo entendimento de que a cobertura mais intensa da mídia sobre as visitas presidenciais foi consequência de uma consolidação da diplomacia presidencial como fato recorrente nos governos FHC e Lula. Conseqüentemente, o trabalho estendeu a discussão às teorias de Análise de Política Externa que dizem respeito a fatores domésticos e ao respaldo da opinião pública.

Constatou-se que a imprensa estabelece uma relação com a opinião pública e com os mandatários não apenas como fonte informacional, mas como um ator capaz de organizar a agenda pública e de atribuir sentidos à realidade (MAIA, 2008). O tipo de agenda em pauta é significativo para o tratamento dado pela imprensa à notícia, a qual, ao expor ou constranger determinado assunto, repercute no ambiente levado em conta para se formular as diretrizes de política externa o sentimento da opinião pública.

Os meios de comunicação, desse modo, são considerados caixas de ressonância da sociedade civil. São condutores de informação entre o público e os formuladores de política externa. A mídia detém o papel de fonte informacional para os cidadãos, bem como os decisores políticos seguem os relatos da mídia sobre as reações da opinião pública (SOROKA, 2003; HILL, 2003).

A imprensa, ao respaldar ou constranger as decisões em política externa do governo, por meio da priorização ou restrição de determinadas questões, passa a integrar o ambiente o qual os mandatários levam em conta para formular sua agenda em política externa. Por outro lado, se levarmos em conta o fato de que grande parte da população possui baixo grau de informação sobre temas internacionais (RISSE-KAPPEN, 1991; HILL, 2003; SOROKA, 2003; FARIA, 2008), chega-se à constatação de que a diplomacia presidencial intensa, além de atrair maior cobertura midiática, confere ao mandatário maior capacidade de direcionar a atribuição de significados a determinados temas (PEAKE, 2003; ROBINSON, 1999, 2001).

Portanto, a análise do posicionamento da Folha de S. Paulo com relação às visitas internacionais dos presidentes FHC e Lula desenvolvida por esta pesquisa, de acordo com o grau de apoio ou rejeição às viagens, cumpre o objetivo se verificar a existência de uma relação de influência entre os mandatários, os meios de comunicação e o processo de formulação da política externa.

2. A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL NO BRASIL (1995- 2010)

Diante do propósito de avaliar a cobertura da Folha de S. Paulo sobre a condução pessoal da política externa brasileira pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), particularmente com foco nas viagens internacionais realizadas por ambos os presidentes, este capítulo promove uma discussão acerca do conceito de diplomacia presidencial utilizado nesta pesquisa.

O capítulo é iniciado com um exame acerca do significado, da dinâmica e do desenvolvimento da diplomacia presidencial, especialmente no Brasil. É destacada a “diplomacia de visitas”, ou seja, a vertente da diplomacia presidencial que abrange as viagens presidenciais, visto que estas são objeto central deste trabalho. O capítulo ainda trata do desenvolvimento da diplomacia presidencial no país, com foco nos governos Fernando FHC e Lula, que conferiram uma nova ênfase à prática ao torná-la mais intensa².

2.1. Diplomacia Presidencial: questão conceitual, desenvolvimento e dinâmica

Instrumento diplomático e mecanismo de projeção interna dos mandatários e de seu projeto político, a diplomacia presidencial abrange a participação ativa e direta dos chefes de governo e/ou de Estado na formulação e implementação da política externa do seu país. Uma definição do termo, largamente utilizada, foi elaborada por Danese, que caracteriza a diplomacia presidencial como “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex-officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999, p.51).

Denominada de forma geral como “diplomacia de cúpula” ou “de mandatários”, sua origem remonta ao período das monarquias absolutistas, quando seu uso passou a ser frequente após a consolidação dos Estados-nação soberanos (DANESE, 1999, 2009; PRETO, 2006). Já no século XX, em regimes presidencialistas ou parlamentaristas, a diplomacia de mandatários voltou a ter destaque com Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson, Lloyd George e Clemenceau. Dessa vez, porém, com a introdução do elemento eleitoral, ou seja, a condução pessoal dos assuntos internacionais era feita também com vistas a um melhor desempenho nas urnas do mandatário e de seu partido (DANESE, 2009).

² Cabe salientar que este capítulo é fortemente baseado em Faria e Ribas (2011).

Danese (1999) defende a ideia de que as doutrinas de direito internacional, em conjunto com a prática dos Estados, consagraram a noção de que a responsabilidade pela condução dos assuntos externos do país é competência originária e privativa do mandatário. Ao citar o tratado de direito diplomático de Rubens Ferreira de Mello, Danese (1999, p. 60) reforça a afirmação de que os chefes de estado são “os representantes supremos de Estado nas suas relações com o exterior”.

O modelo constitucional norte-americano, que estabelece competências exclusivas do presidente na condução da política externa e as reconhece politicamente, tornou-se um paradigma para o moderno constitucionalismo, aspecto que também se observa nas Constituições Brasileiras desde o Império (DANESE, 1999).

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, as funções *ex-officio* do chefe de Estado, ou seja, aquelas que são obrigação do cargo e competem privativamente ao Presidente da República, no que concerne à diplomacia, são:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
(...)
VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
(...)
XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;
XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;
(...)
XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; (...)
(BRASIL, 1988, p. 29).

Tendo claro, portanto, o conceito de que a efetiva diplomacia de cúpula vai além da competência privativa do presidente, Danese (1999) sugere quatro graus para a condução pessoal da política externa pelo mandatário: Grau Zero, que é a execução da diplomacia tradicional; Primeiro Grau, uma diplomacia de reação, quando o mandatário age em resposta a agentes e estímulos externos, liderando o processo; Segundo grau, em que a chancelaria utiliza a figura do chefe de Estado como instrumento diplomático para intermediar diálogos e cumprir determinados objetivos; e Terceiro Grau, a “diplomacia afirmativa”, quando o chefe de Estado toma a iniciativa e conduz pessoalmente a política externa, assumindo administrativa e politicamente a responsabilidade pela ação e pelos resultados.

Sorensen (1994) afirma que o presidente, sob o sistema de separação de poderes, possui iniciativa e influência praticamente ilimitadas com relação aos assuntos de política externa, mas, por outro lado, ele deve saber lidar com outras três fontes de poder concorrentes: o Congresso, a opinião pública e a imprensa. “A maneira como cada presidente lida com cada um desses três rivais na disputa por influência irá, em larga medida, determinar o sucesso ou o fracasso da sua política externa” (SORENSEN, 1994, p.516, tradução nossa)³.

Dessa forma, a condução pessoal da política externa pelo presidente depende da capacidade e do interesse do mandatário em lidar com assuntos internacionais e, ainda, de comandar as outras esferas de poder com competência sobre ou interesse em política externa (DANESE, 2009).

2.1.1. A atuação do presidente e do corpo burocrático na condução da política externa

Conforme visto anteriormente, a diplomacia presidencial caracteriza-se quando o mandatário conduz pessoalmente a política externa do seu país, ultrapassando as suas atribuições privativas, bem como chefiando as outras esferas de poder com competência na área. Todavia, é importante salientar que a diplomacia presidencial não exclui a diplomacia tradicional, pelo contrário, seu êxito depende não apenas da capacidade do mandatário, mas também da existência de um projeto de política externa por trás dessa ação, em conformidade com os interesses nacionais, e de um corpo profissional capaz de implementá-lo (DANESE, 2009).

Desse modo, a diplomacia presidencial pode ser qualificada quando o presidente toma a frente e confere um direcionamento político às diretrizes da agenda internacional, a qual pode ser pautada tanto pela chancelaria como também pode conter elementos de iniciativa do próprio mandatário. Danese (1999) cita Hildebrando Accioly para afirmar a necessidade de uma assessoria especializada na área:

Os chefes de Estado ou chefe de governo, dada a multiplicidade de suas funções, não podem, em geral, atender pessoalmente à direção dos serviços relativos às relações exteriores dos respectivos países. Por isso, esse encargo é confiado a um ministro ou secretário de Estado (...). (ACCIOLY apud DANESE, 1999, p. 60).

No Brasil, a diplomacia é tradicionalmente exercida por um corpo burocrático especializado, composto por membros do Ministério das Relações Exteriores

³ *How each president handles each of those three rivals for influence will largely determine the success or failure of his foreign policy.*

(MRE/Itamaraty). Em outras palavras, o Presidente da República é assessorado pelos membros do Itamaraty na implementação da política externa do país, ainda que, na prática, o Ministério das Relações Exteriores tenha também se incumbido, tradicionalmente, da formulação dessa política. Por essa razão, o Itamaraty, foi, por muito tempo, retratado como uma instituição insulada e pouco responsiva às demandas tanto dos demais atores políticos, quanto da sociedade civil (FARIA, 2009).

Contudo, essa centralidade do Itamaraty passou a ser diluída devido, principalmente, a fatores domésticos ligados ao contexto democrático já mais consolidado no Brasil e ao novo impacto interno da Política Externa Brasileira, e a fatores internacionais, especialmente com as transformações sistêmicas geradas pelo fim da Guerra Fria. Conforme salienta Faria (2009), observam-se no Brasil, a partir da metade da década de 90, crescentes pressões de atores da sociedade civil por um processo mais democrático e plural de formulação da política exterior.

De acordo com Barnabé (2009), a ampliação da agenda internacional propiciou o exercício de uma nova diplomacia, bem como o surgimento de novos atores nos âmbitos nacional e internacional com capacidade para influenciar o exercício da política externa, como sindicatos, organizações não-governamentais, conglomerados empresariais, entre outros. “Ou seja, uma nova configuração mundial, caracterizada por uma agenda abrangente e construída por atores diversos em espaços multifacetados exige uma reestruturação da prática diplomática” (BARNABÉ, 2009, p.7).

Dessa forma, Barnabé (2009) corrobora a ideia de que a redemocratização no Brasil, a reorganização da sociedade civil e a maior inserção internacional do país nas décadas de 80 e 90 levaram a uma reformulação da atuação do Itamaraty. Essas mudanças, segundo o autor, tornaram-se perceptíveis devido, entre outros fatores, ao aumento da comunicação do MRE com outros Ministérios e aos debates com a sociedade civil, o que propiciou um cenário também favorável ao desenvolvimento da diplomacia presidencial.

2.1.2. A diplomacia de visitas

As visitas oficiais e os encontros de cúpula, objeto central de análise deste trabalho, passaram a ser priorizadas ao longo do tempo pela diplomacia presidencial.

Hoje, essa diplomacia de cúpula alcançou, com a vertente das viagens e dos encontros bilaterais ou multilaterais de mandatários, um lugar privilegiado – por vezes exagerado – na execução da política externa da maioria dos países, como

instrumento diplomático que substitui ou complementa a diplomacia tradicional. (DANESE, 1999, p. 69).

Com o grande aumento do número de eventos de cúpula internacionais, os mandatários passaram a ter uma extensa agenda de eventos tanto obrigatórios quanto opcionais. A decisão por participar diretamente ou não está ligada, em grande parte, à busca por resultados, ainda que por razões meramente publicitárias, já que a diplomacia presidencial é uma das formas de se catalisar “decisões da burocracia e focalizar a atenção dos interlocutores” (DANESE, 1999, p.66). De acordo com Danese, a novidade da diplomacia de mandatários contemporânea é a sua intensidade e a sua generalização como instrumento diplomático e de projeção interna dos chefes de governo.

Lafer (1999), por outro lado, salienta que os encontros e as viagens presidenciais estruturam a agenda internacional, no sentido de que conferem à diplomacia um caráter “aberto”, por atraírem maior atenção da opinião pública e informarem os resultados e a importância do processo diplomático para a sociedade:

É por esse motivo que a opinião pública é uma referência obrigatória da diplomacia presidencial, que associa, na sua formulação e execução, projeto político interno e projeto diplomático externo. Daí a importância da comunicação na diplomacia presidencial (...). (LAFER, 1999, p.14).

Por outro lado, também se nota uma frequente distorção da percepção sobre a diplomacia presidencial, por parte da população, bem como da imprensa, que a reduzem à realização das viagens internacionais. Esta generalização muitas vezes gera uma concepção negativa sobre a diplomacia de mandatários, que passa a ser vista como fator de omissão do chefe de governo com relação aos assuntos domésticos, por estar fora do país (DANESE, 1999; PRETO, 2006).

Cabe sublinhar que diplomacia presidencial e deslocamentos internacionais não são sinônimos, as viagens são apenas uma das vertentes da diplomacia de cúpula. Crises, ameaças externas, emergências, projetos nacionais e até mesmo ambições pessoais do chefe de estado são causas para que este extrapole o “grau zero”, ou seja, a diplomacia tradicional (DANESE, 1999). Além disso, a diplomacia de cúpula está estritamente vinculada ao projeto diplomático do país, ela não existe apenas como um projeto pessoal isolado do mandatário.

É ainda importante salientar que nem toda viagem presidencial ao exterior significa que o presidente esteja realmente exercendo a diplomacia presidencial, esta pode ser uma

viagem protocolar, que não lhe confira autonomia nas decisões em política externa (DANESE, 1999; PRETO, 2006).

Atualmente, há uma enorme quantidade de compromissos internacionais os quais os chefes de Estado são obrigados a cumprir, que são justificados, muitas vezes, apenas pelo fato em si dos encontros (DANESE, 1999). A dimensão exagerada conferida aos encontros de cúpula e às visitas oficiais, catalisada pela mídia, acaba por, muitas vezes, ofuscar o quadro geral da diplomacia presidencial e gerar uma interpretação distorcida sobre seus objetivos e resultados.

2.2. Pluralização da Política Externa Brasileira no pós-Guerra Fria

Como discutido na seção anterior, o fim da Guerra Fria levou os formuladores de política externa a rever o posicionamento do Brasil no mundo. As diretrizes da política exterior apontavam para uma lógica de se preparar o governo e a sociedade civil para uma inserção internacional “de perfil mais elevado no pós-Guerra Fria”, especialmente a partir do governo Cardoso (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004).

Na esfera nacional, a partir da década de 90, a consolidação das instituições democráticas e a maior conscientização política de grupos sociais tiveram o importante papel de permitir que um número crescente de atores ampliasse os seus interesses sobre a condução da política externa e demandasse maior transparência no processo (SARAIVA, 2002; JESUS, 2009).

Segundo Jesus (2009), a expansão da globalização financeira e tecnológica foi outro fator favorável ao maior interesse da sociedade civil, não só brasileira, mas também global, sobre temas de política internacional, a partir do impacto dos desenvolvimentos externos sobre o cidadão comum e os grupos sociais.

Assim, propõe-se nesta seção abordar as mudanças na política externa brasileira, no sentido da pluralização, já que a maior cobertura dos meios de comunicação é um dos indicadores do aumento da importância dos assuntos relacionados à política externa para a sociedade civil (CASON; POWER, 2009).

Conforme observam Cason e Power (2009), os dois movimentos em direção à pluralização da política externa e ao desenvolvimento da diplomacia presidencial no Brasil não configuram uma contradição, já que ambos foram respostas ao histórico insulamento burocrático do Itamaraty na área.

O aumento da percepção sociedade brasileira sobre o contexto internacional pode ser indicado, segundo Cason e Power (2009), pelo fato de que passou a haver maior cobertura da mídia na área, uma maior e melhor análise do Mercosul e da região Sul-Americana, além da multiplicação de cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais. A resposta do Itamaraty a essas demandas domésticas foi o incremento de ações visando ao diálogo com a sociedade.

Os autores também avaliam que as mudanças no ambiente internacional, impulsionadas pelo o fim da Guerra Fria, fomentaram a pluralização dos atores no processo de tomada de decisão em política externa. Destaca-se o papel das Organizações Não-Governamentais e da sociedade civil, que também criaram vínculos com organizações de outros países, o que inevitavelmente aumentou a pressão sobre os decisores políticos.

O novo contexto sul-americano regional da década de 1990 foi coincidente com a democratização acelerada em todos os países, inclusive no Brasil. Embora a integração tenha sido iniciada de cima para baixo, isso rapidamente despertou demandas por participação pela sociedade civil. As elites políticas foram forçadas a levar em conta estes novos atores (CASON e POWER, 2009, p.126, tradução nossa).⁴

Cason e Power (2009) salientam, contudo, que essas mudanças não tiveram um impacto direto nas decisões políticas, mas que influenciaram o ambiente em que a política externa é formulada:

Uma vez solicitadas suas opiniões, os atores da sociedade civil irão querer manter um lugar na mesa quando se trata de formulação da política externa. Sob condições de democracia política, que na década de 1990 havia se tornado extremamente robusta no Brasil, essa tendência não é fácil de ser revertida (CASON; POWER, 2009, p. 126, tradução nossa⁵).

O espaço público vem ganhando força nas discussões sobre relações internacionais no Brasil, no sentido de que a sociedade civil brasileira ampliou o debate sobre as ações externas do país e incluiu essa dimensão no processo de escolha dos seus governantes. Essa mudança significou um benefício para o funcionamento das instituições no país, na medida em que se

⁴ The new South American regional context of the 1990s was coterminous with accelerating democratization in all countries, including Brazil. Although integration was initiated from the top down, it quickly sparked demands for participation by civil society. Policy elites were forced to take account of these new actors (Zylberstajn et al., 1996).

⁵ Once asked for their opinion, civil society actors will want to maintain a place at the table when it comes to formulating foreign policy. Under conditions of political democracy, which by the 1990s had become extraordinarily robust in Brazil, such a trend is not easy to reverse.

passou a refletir sobre o lugar do Brasil no mundo (SARAIVA, 2002). Assim, conforme salienta o autor, a partir da campanha eleitoral de 2002, o tema da inserção internacional do país foi incluído como importante aspecto dos programas de governo dos candidatos à presidência da República.

A pluralização da política externa contém o elemento descrito por Danese (1999) como diplomacia aberta. O autor observa que diplomacia aberta, ou diplomacia pública, ultrapassa o trabalho das chancelarias, que normalmente se caracterizam por relativa independência com relação aos poderes executivo e legislativo e por um distanciamento da sociedade civil, ao demandar suporte da opinião pública.

(...) A diplomacia de encontros e visitas de chefes de Estado e chefes de governo é uma expressão de regimes democráticos. Traduz a ideia democrática do exercício em público de uma política pública: a política externa. (...) O diálogo entre os líderes dos diversos países, que acelera o processo decisório em momentos cruciais e permite à opinião pública mundial identificar os Estados como atores da vida internacional por meio do seu mandatário, é hoje uma prática necessária e corrente. (LAFER apud DANESE, 1999, pp. 66-67).

2.3. Desenvolvimento da diplomacia presidencial no Brasil

A evolução da diplomacia presidencial no Brasil coincide com o aumento da pluralização da política externa (DANESE, 1999; BARNABÉ, 2009). O envolvimento da figura do presidente nos eventos e tratativas internacionais é um dos fatores que proporciona relativa abertura sobre a agenda externa do país à sociedade civil, principalmente por atrair maior cobertura midiática e, por conseguinte, também contribui para a configuração da diplomacia aberta (DANESE, 1999).

O enfoque dado pela Folha de S. Paulo às viagens internacionais dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva é a questão central desta dissertação, que busca identificar um diálogo entre a postura presidencial na condução da política externa, a cobertura midiática e o processo de produção da política externa. Parte-se do pressuposto de que a nova ênfase dada à diplomacia presidencial por Cardoso e Lula, com a adoção de uma prática mais intensa, acionou uma maior cobertura midiática. Em outras palavras, quando o presidente atua ativamente na política externa de seu país, pressupõe-se que a mídia tende a pautar a sua agenda com mais frequência sobre o tema.

Assim, esta seção traz um exame da diplomacia presidencial no Brasil que, embora tenha origens no início do período Republicano (BARNABÉ, 2009), ganha destaque, portanto, somente a partir do governo FHC, quando os analistas especializados e os meios de comunicação também passaram a abordar o tema, ainda que de maneira pouco sistemática.

Conforme analisa Danese (1999, p.21), após o mandato de Cardoso a diplomacia presidencial “ganhou uma nova dimensão no planejamento estratégico e na execução da política externa brasileira”, fato que ampliou os espaços para sua avaliação e crítica:

“(…) um tema virtualmente reinventado pela diplomacia do governo Fernando Henrique Cardoso e redescoberto pelo país graças à intensa cobertura da mídia às visitas e deslocamentos presidenciais – mesmo que nem sempre o interesse prioritário estivesse nos aspectos propriamente diplomáticos desses deslocamentos.” (DANESE, 1999, p.25).

Ao longo do século XX, a diplomacia presidencial no país foi exercida timidamente, com apenas alguns momentos marcantes, que obedeceram à regra do uso da diplomacia para se avançar em grandes questões diplomáticas pontuais:

(…) como as relações com a Argentina, com o Paraguai e com o Uruguai, as relações com os Estados Unidos, a integração sub-regional e a construção do Mercosul, as relações com alguns parceiros-chave na Europa, com Portugal à frente, e na Ásia, a construção de Itaipu e a cooperação transfronteiriça, geradora de uma importante e produtiva vertente da nossa diplomacia presidencial a partir dos anos 1930, os encontros de fronteira, de importância singular para um país com dez vizinhos contíguos, a construção do que hoje viria a consolidar-se como a nossa política sul-americana (DANESE, 2009, p. 225).

Conforme avalia Danese (2009), nesse período observa-se o “fenômeno Rio Branco”, já que a atuação singular de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, como chanceler, de certa forma inibiu a atuação diplomática dos quatro presidentes a quem serviu durante os dez anos em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902 a 1912 – Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca). É ainda considerável o fato de que o prestígio do chanceler (e da corporação diplomática) prolongou-se nas décadas subseqüentes, exercendo ainda hoje um importante papel simbólico na coesão do corpo diplomático brasileiro (BARROS, 1986; MOURA, 2006).

Contudo, Cardoso e Lula conferiram uma nova ênfase à diplomacia presidencial brasileira, a partir da combinação entre um maior poder nacional, decorrente da estabilização e dos atrativos econômicos do país, da abertura econômica, do vigor da democracia brasileira e da vocação de ambos os presidentes (CASON; POWER, 2009; DANESE, 2009; PINHEIRO; NOGUEIRA; MACEDO, 2007).

Cason e Power (2009, p.118) trabalham com a concepção clássica de Waltz de que as fontes para formulação de política externa provêm dos níveis internacional (mudanças sistêmicas), nacional (grupos de interesse domésticos e organizações estatais) ou individual (líderes particulares ou políticos), porém, os autores partem da premissa de que esses três

níveis de análise combinados são capazes de explicar as mudanças na política externa brasileira em direção à sua pluralização e presidencialização, a partir dos mandatos de FHC e Lula.

De acordo com a visão de Cason e Power (2009), além dos fatores ligados ao perfil individual de Cardoso e Lula e das mudanças no país e no ambiente internacional, a intensificação da diplomacia presidencial também foi pautada por outros dois fatores domésticos, o sistema partidário e a ideologia. Tanto Cardoso quanto Lula foram “arquitetos” de suas legendas, o PSDB e o PT, os dois partidos mais influentes da recente experiência democrática brasileira e ambos com ligações transnacionais bem desenvolvidas na América Latina e na Europa.

Porque Fernando Henrique Cardoso e Lula efetivamente exploraram as ligações construídas anteriormente em suas carreiras, a presidencialização da política externa foi legitimada externamente durante os seus anos de mandato. A pluralização dos atores na política externa foi facilitada pelas bases sociais do PSDB e do PT, respectivamente (CASON; POWER, 2009, p.127, tradução nossa)⁶.

Cardoso, que já possuía experiência diplomática como Ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco, proporcionou uma nova referência à diplomacia presidencial que, posteriormente, foi trabalhada por Lula a ponto de se criar um novo padrão, conforme é possível se inferir a partir do exame comparativo das viagens internacionais oficiais realizadas por FHC e Lula abaixo (Tabela 1).

Salienta-se que os dados apresentados nesta seção são uma síntese de uma cronologia das viagens oficiais internacionais realizadas por Cardoso e Lula ao longo de seus mandatos compilada por esta pesquisa (Apêndice A), cujo método será explicitado em detalhe mais à frente, no Capítulo 4.

⁶*Because Cardoso and Lula effectively exploited linkages constructed earlier in their careers, the presidentialization of foreign policy was externally legitimated during their years in office. The pluralization of actors in foreign policy was facilitated by the social bases of the PSDB and PT, respectively.*

Tabela 1: Viagens internacionais oficiais: FHC e Lula

	FHC (1995-2002)				Lula (2003-2010)			
Total de deslocamentos do Brasil para o exterior	94				146			
Número de países visitados	44				85			
Número de visitas	135				254			
Número de países visitados e número de visitas por região								
	Países		Número de visitas		Países		Número de visitas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
África	3	6,81%	5	3,7%	21	24,7%	32	12,59%
América do Sul	11	25%	56	41,48%	12	14,11%	92	36,22%
América Central e Caribe	4	9,09%	6	4,44%	11	12,94%	21	8,26%
América do Norte	3	6,81%	15	11,11%	2	2,35%	20	7,87%
Antártida	0	0%	0	0%	1	1,17%	1	0,39%
Ásia	8	18,18%	8	5,92%	10	11,76%	19	7,48%
Europa	14	31,81%	44	32,59%	18	21,17%	57	22,55%
Oriente Médio	1	2,27%	1	0,74%	10	11,76%	12	4,72%
TOTAL	44	100%	135	100%	85	100%	254	100%

Fonte: Faria e Ribas (2011)

A Tabela 1 apresenta uma comparação sistemática dos deslocamentos internacionais realizadas pelos dois presidentes ao longo dos seus oito anos de mandato. O que se pode afirmar, de imediato, é a maior intensidade da diplomacia presidencial durante o mandato de Lula:

Essa afirmação é possível mesmo quando se recorda, como assinalado anteriormente, que a diplomacia de visitas não é sinônimo de diplomacia presidencial. Até porque, nos anos Lula, o Brasil também parece ter recebido um número maior de mandatários estrangeiros (Almeida, 2004). Cabe recordarmos, ainda, que a lógica das relações diplomáticas é fortemente pautada pela reciprocidade, o que vale, por exemplo, tanto para benefícios concedidos como para a diplomacia de visitas (FARIA; RIBAS, 2011).

Conforme evidenciado em Faria e Ribas (2001), o número de deslocamentos de Lula para o exterior é 64% maior do que o número de deslocamentos de FHC (146 contra 94). Lula visitou quase o dobro do número de países visitados por FHC (85 contra 44), além de também ter feito mais do que o dobro de visitas, em comparação com o período anterior (245 contra 135)⁷.

As duas próximas subseções promovem uma discussão sobre a política externa desenvolvida nos dois governos, bem como sobre a diplomacia presidencial adotada por

⁷ Para uma comparação completa e sistemática sobre os deslocamentos internacionais de Cardoso e Lula, ver Faria e Ribas (2011), que explicitam em que medida a diplomacia de visitas pautou, refletiu e/ou buscou dinamizar as diretrizes gerais da política externa no período.

Cardoso e Lula. Assim, busca-se analisar a nova dimensão dada ao planejamento e execução da política externa, a partir da intensa diplomacia presidencial desenvolvida nos dois períodos, com a finalidade de reunir elementos capazes de embasar uma percepção da estratégia enunciativa da imprensa acerca da atuação internacional dos chefes de Estado.

2.3.1. A diplomacia presidencial no governo FHC

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) inaugurou uma fase em que a prática de uma diplomacia presidencial mais intensa tornou-se fato recorrente, com a realização de viagens que cobriram, praticamente, todas as regiões do mundo.

A política externa do período foi estruturada a partir de quatro pilares básicos: a defesa da democracia, a abertura ao exterior e a estabilidade econômica, além de adotar o pragmatismo como ferramenta para a defesa dos interesses do país (VIZENTINI, 2008; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004). Conforme aponta Vizentini (2008, p. 94), as linhas de ação prioritárias no governo FHC foram avançar na integração nacional, aprofundando o Mercosul, estimular a diversificação de parceiros nas relações bilaterais, reforçar o ideal do multilateralismo junto às organizações econômicas multilaterais, em especial a Organização Mundial do Comércio (OMC), e elevar a condição de potência internacional do país.

Vigevani, Oliveira e Cintra (2004) destacam que o governo Cardoso buscou, com sua política externa, substituir a agenda reativa predominante no período da Guerra Fria denominada “autonomia pela distância” por uma agenda externa proativa, denominada “autonomia pela integração”.

Entre os eixos centrais da política externa desenvolvida no período estão o fortalecimento da integração sul-americana e a consolidação do Mercosul, vistos como base para uma maior capacidade negociadora do país no cenário internacional. Destacam-se ainda as relações com Estados Unidos e Argentina, cujos esforços foram direcionados para a melhora da relação entre esses países e o Brasil (ALMEIDA, 2011; VIZENTINI, 2008; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004).

Tiveram maior ou menor destaque: o acordo de livre comércio com a União Européia; a integração hemisférica e negociações da Alca; as alianças no âmbito da OMC; a ampliação das relações bilaterais com parceiros importantes, como China, Japão, Índia, Rússia, África do Sul; e questões como a não-proliferação nuclear, o desarmamento, o avanço do terrorismo, o meio ambiente, os direitos humanos, a defesa da democracia, a candidatura a uma vaga permanente no Conselho de Segurança, a crítica aos atuais regimes financeiros internacionais, a relação com Portugal e com os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP), e a relação com Cuba (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004, pp.39-40).

No plano diplomático, Cardoso diluiu algumas das atribuições do Itamaraty devido, entre outros fatores, ao seu intuito de assegurar uma presença maior do Brasil no cenário internacional, além da vocação e da aptidão para conduzir uma diplomacia presidencial ativa (VIZENTINI, 2008; DANESE, 1999).

No discurso de posse, FHC afirmava a necessidade de mudanças que garantissem uma participação mais ativa do Brasil no mundo, destacando o objetivo de “influenciar o desenho da nova ordem [...] e a necessidade [...] de atualizar nosso discurso e nossa ação externa” (apud VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004, p. 43).

Vigevani, Oliveira e Cintra (2004, p.40) ainda ressaltam que a diplomacia presidencial desenvolvida nos anos FHC, aliada ao relativo sucesso do Plano Real, foi importante para a reconstrução da imagem do país, “solidificando-o e tornando-a melhor perante inúmeros governos, incluindo os de países ricos e também as instituições multilaterais”.

Os autores destacam como pontos positivos dessa melhora da imagem no Brasil no cenário internacional o aumento da confiabilidade do país no exterior, o que atraiu mais investimentos externos diretos e contribuiu para a garantia da estabilidade econômica, e o apoio dado ao país por organismos multilaterais e por países desenvolvidos diante de ameaças de crises financeiras e econômicas, como a crise cambial de 1999. Por outro lado, esse aspecto é relativizado ao se explicitar que ele:

representa apenas parcialmente o quadro pelo qual o país é visto pela opinião pública internacional, bastante influenciada pelas percepções existentes nos países ricos. Temas sensíveis, como direitos humanos, minorias, crianças, povos indígenas, criminalidade, meio ambiente, tráfico de drogas, constituem-se em fatores de deterioração da imagem brasileira, dificilmente compensados pelo ativismo governamental ou mesmo pela adequação aos padrões hegemônicos exigidos no campo da estabilidade macroeconômica (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004, p. 41).

Ao avaliar o novo realce dado à diplomacia presidencial no governo Fernando Henrique Cardoso, Danese (1999) afirma que este gerou impactos que deram a impressão de que a diplomacia presidencial brasileira estava sendo criada do zero. Grande parte dessa impressão deve-se ao fato de que se ampliou o espaço para sua avaliação e crítica.

A diplomacia presidencial de Cardoso resultou de uma combinação da prática e do discurso, dois elementos inéditos, segundo Danese. Ou seja, foi uma decorrência da união da

intensidade da agenda de política externa do presidente e da inserção da diplomacia presidencial nos discursos diplomáticos. Isso fez com que se ampliasse o debate e a informação sobre a política externa, assim como a própria política externa passou a ser marcada pelo prisma da diplomacia presidencial, “que começou a organizar a ação diplomática, como vetor e elemento que lhe dá coesão e sentido” (DANESE, 1999, p.26).

A marca da diplomacia presidencial de Cardoso foram as viagens internacionais, mecanismos de promoção do Real e das reformas no Brasil. Danese identifica diversos esforços da chancelaria brasileira em expor e justificar a diplomacia presidencial com ênfase nas visitas internacionais no governo FHC, como no discurso de posse do então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia:

A diplomacia presidencial não é apenas uma exigência da diplomacia moderna, que o presidente cumpre com a sua longa experiência internacional e diplomática, ela é também um instrumento essencial para que o Itamaraty possa operar em sintonia perfeita com a presidência, com o restante do Governo e com os nossos parceiros. (LAMPREIA apud DANESE, 1999, p. 35).

Ao citar artigo publicado por Cardoso na imprensa brasileira que causou forte repercussão, Danese ressalta a preocupação do presidente em divulgar os contatos que fazia em suas viagens, a projeção dada ao Brasil, além de justificar a sua ausência do país em favor da agenda externa, baseada no papel do chefe de Estado de aproximar as dimensões interna e externa. Como no seguinte trecho:

Quando viajo ao exterior, levo comigo essa imagem de um Brasil melhor [...] São viagens de trabalho, de muito trabalho: falo do país a um grande público; encontro lideranças do governo e dos setores empresariais; mostro o que estamos fazendo. [...] As visitas funcionam como catalisadoras de atividades em vários níveis, do diálogo político aos encontros empresariais. [...] Os múltiplos encontros [...] com os presidentes [...] foram fundamentais para a obtenção de resultados positivos no âmbito do Mercosul [...].” (CARDOSO apud DANESE, 1999, p. 40).

A dimensão da política externa na vida do país foi outro ponto explorado durante o mandato de Cardoso, em outras palavras, exploraram-se as implicações que o desempenho internacional do país, especialmente sob a condução do presidente, gerou para a vida do cidadão comum. Por vezes esta foi relacionada ao papel do cidadão como eleitor e como consumidor, ou seja, incorporou-se a dimensão de diplomacia pública, no sentido de que a diplomacia presidencial era um instrumento capaz de atender aos interesses do cidadão.

A percepção da mídia acerca da diplomacia presidencial de Cardoso, segundo Danese, foi diferenciada desde o início de sua implementação, passando por aprovação, crítica intensa,

por muitas vezes desinformada ou ideológica, e cobertura objetiva e isenta, o que, conforme afirmado anteriormente, é objeto de análise deste trabalho.

Segundo afirma o autor, a dimensão interna da diplomacia presidencial e sua utilização como instrumento para promoção dos interesses do país no exterior são corroboradas pelas percepções positivas. Contudo, “são as percepções negativas as que mais dialogam com o discurso diplomático, dele exigindo um constante esforço de explicação e valorização da diplomacia presidencial”. (DANESE, 1999, p. 46).

As críticas negativas, mas equívocas, salienta Danese, decorrem da busca por resultados imediatos das visitas, aliada a uma falta de compreensão sobre os seus objetivos. Isso prejudica a percepção da diplomacia presidencial pelo público, algo que se torna difícil de ser corrigido. É também comum haver contestações sobre a ausência do presidente no país e críticas com relação ao número de viagens, quando julgadas excessivas.

Danese cita ainda os aspectos pitorescos, como no caso de Fernando Henrique Cardoso que, ao viajar no avião presidencial denominado por diplomatas e funcionários da presidência “sucatóo” (um *Boeing 707*), este acabou conhecido pelo público devido à excessiva atenção da imprensa, que discutiam a segurança, o conforto e a impressão que seu uso causava.

O mesmo ocorreu com Lula, quando o presidente resolveu trocar o avião presidencial por uma aeronave mais moderna (um *Airbus A319CJ*, com designação na Força Aérea Brasileira de VC1A, batizado de Santos-Dumont). Entre os motivos da troca, estavam as restrições que o *Boeing 707* sofria em alguns aeroportos internacionais. A repercussão na imprensa brasileira também difundiu a alcunha do novo avião, “aerolula”, e gerou críticas, principalmente acerca do valor debitado dos cofres públicos – US\$ 56,7 milhões.

2.3.2. A diplomacia presidencial no governo Lula

Em comparação com o governo anterior, o presidente Lula desenvolveu uma diplomacia presidencial de intensidade igual ou até mesmo superior à de Cardoso. Parte deste protagonismo está ligada ao fato de que Lula passou a simbolizar a ascensão do país como um todo, a partir da sua história pessoal e do seu carisma (RICUPERO, 2010).

Sem dúvida alguma, do ponto de vista da forma, a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial (...), complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações

Exteriores, funcionário normalmente (e tradicionalmente) dedicado às lides administrativas e aos assuntos de “economia doméstica” da Casa (ALMEIDA, 2004, p.165).

Almeida (2004) observa que o conteúdo da diplomacia presidencial desenvolvida por Lula foi mais assertivo e enfático, se comparado a FHC, com relação à defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais. Lula ainda lançou mão do seu protagonismo:

(...) para articular a sua política sul-americana e projetá-la em outras geometrias inter-regionais, para atualizar as relações com os parceiros desenvolvidos, para fazer uma ponte política entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento e para oxigenar nossa diplomacia africana, árabe e junto aos chamados “países gigantes”, Índia, China e Rússia (DANESE, 2009, p. 228).

Com diretrizes que coincidem com a postura adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) sobre o tema, a política externa desenvolvida no governo Lula é uma das suas áreas de atuação que possui maior alinhamento com as formulações históricas da sua legenda (ALMEIDA, 2004, 2005; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A ascensão da esquerda ao poder com a eleição de Lula, um ex-sindicalista, por vezes contrário ao envolvimento do Brasil com instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), produziu um “choque de desconfiança” e deixou o país com grandes vulnerabilidades externas (SANTANA, 2006). Com isso, Lula priorizou desde o início de seu mandato a superação dessas vulnerabilidades.

Na área econômica, poucas mudanças foram efetuadas inicialmente em relação ao governo antecessor. O governo Lula adotou um plano de governo que combinou ortodoxia na política macroeconômica e heterodoxia na política externa (LIMA, 2005b; SOUZA, 2009), esta última com características “mais assertivas nas relações com o Norte e de maior protagonismo no Sul” (LIMA, 2005b, p. 16). Nesse sentido, a política externa, conforme observa a autora, foi transformada em um espaço de inovação, usando da heterodoxia política para exibir o legado de esquerda de sua trajetória política e implantar pelo menos parte das expectativas de mudança do eleitorado.

Ricupero (2010) sinaliza quatro eixos principais da política externa de Lula:

1. A obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político global de primeira ordem no sistema internacional policêntrico em formação, o que normalmente se vem traduzindo pela busca de um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas pode assumir eventualmente outras modalidades de realização como a participação nos recém-criados agrupamentos do G-20, Brics e Ibas.
2. A consolidação de condições econômicas internacionais que favoreçam o desenvolvimento a partir das vantagens comparativas brasileiras concentradas na

agricultura, objetivo que se expressa primordialmente na conclusão da Rodada Doha da OMC.

3. A dimensão reforçada emprestada às relações Sul-Sul, ensejada naturalmente pela forte e visível emergência da China, da Índia, da África do Sul, pela retomada do crescimento africano e expressa na proliferação de foros de contatos, alguns superpostos aos gerais (Ibas, Brics em parte), outros originais (Afras, Aapa, Brasil-Caricom etc.).

4. A edificação de espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana (implicitamente de preponderância brasileira no resultado, se não na intenção), a partir da expansão gradual do Mercosul. (RICUPERO, 2010, pp. 39-40).

Do ponto de vista simbólico, Vigevani e Cepaluni (2007) apontam para o fato de que o governo Lula transpareceu a necessidade de se estabelecer uma mudança em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso; contudo, os autores afirmam que não se estabeleceram rupturas significativas com padrões históricos da política externa brasileira. Algumas das metas implementadas seriam apenas desdobramentos de processos já colocados em prática no próprio governo FHC – ambos os governos, por exemplo, buscaram o desenvolvimento econômico do país e a estabilidade financeira, mas ao mesmo tempo preservaram certa autonomia política, um dos eixos que sempre foi central ao debate sobre a política externa do país, e avançaram na inserção internacional do Brasil, iniciada em 1990 (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; BARNABÉ, 2007; SOUZA, 2009).

De acordo com Souza (2009), há vários pontos de convergência entre a política externa desenvolvida por FHC e Lula. Com base em duas pesquisas de opinião realizadas em 2001 e em 2008 com as “principais personalidades que integram a ‘comunidade brasileira de política externa’” (SOUZA, 2009, p. 2), o autor expõe que essa convergência pode ser percebida a partir das avaliações predominantemente favoráveis à política externa de ambos os governos. As linhas de continuidade percebida nos dois períodos abrangem não apenas os objetivos da atuação internacional, sublinha Souza, mas também o fato da diplomacia presidencial ter passado a ser um ponto central, “valendo-se da cobertura da mídia para reforçar na opinião pública doméstica as escolhas da chancelaria” (SOUZA, 2009, p. 124).

Por outro lado, Vigevani e Cepaluni (2007) assinalam que houve uma mudança na ênfase dada a determinadas áreas. Lula implantou em sua política externa ajustes e mudanças de programa, já que os objetivos da mesma não foram alterados de forma significativa. Dessa forma, os autores salientam que “Lula da Silva procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras”, caracterizando a estratégia de sua política externa como “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 282). Isso devido, principalmente, à ênfase na cooperação Sul-Sul, para se reduzir as assimetrias com os países mais poderosos e

se aumentar a capacidade de negociação, e aos ajustes para se ampliar o protagonismo internacional do Brasil.

Almeida (2005) defende a concepção de que o governo Lula investiu na elaboração de um novo discurso diplomático, uma diplomacia “ativa e altiva”, palavras utilizadas pelo chanceler Celso Amorim. No entanto, o autor também assinala que a condução da política externa pelo governo Lula ainda guarda aspectos de continuidade, como o foco na integração sub-regional e a preferência pela América do Sul, observação também compartilhada por Barbosa (2008), o qual acrescenta, na mesma linha de Vigevani e Cepaluni (2007), que uma mudança efetiva foi realizada na ênfase dada a essas metas tradicionais e na forma com que o país passou a interagir com o seu entorno geográfico.

No plano geral, FHC adotou uma abordagem mais tradicional da política externa, tendo-a como mecanismo complementar para o processo de desenvolvimento, ao passo que Lula procurou promover uma diplomacia mais “criativa”, com papel central na formulação de um “projeto nacional” (ALMEIDA, 2004).

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Power (2010) descreve a ruptura iniciada por Cardoso na condução da política externa brasileira e intensificada por Lula:

Mas sem dúvida o Lula faz uma diplomacia presidencialista, que começou com o Fernando Henrique. Foi o Fernando Henrique quem quebrou com a tradição brasileira de discrição presidencial. Mas o Lula intensificou muito esse processo, justamente porque gosta - como o Reagan (Ronald Reagan, ex-presidente americano) também gostava - do aspecto cerimonial do cargo. A bagagem pessoal do Lula é uma coisa bastante interessante, porque ele mostra uma nova cara do Brasil, por ser uma pessoa que veio de origem humilde - e isso contribui para vender a história do País no exterior. Principalmente na África. Os africanos realmente adoram o Lula, porque ele encarna a esperança de mudança social, que no Brasil está começando, mas que na África é mais distante (POWER apud MAIA, 2010, p. 1).

A partir dessa constatação do fortalecimento da diplomacia presidencial a partir dos governos FHC e Lula, torna-se necessário estabelecer uma discussão acerca da relação entre mídia e política externa, para se considerar a existência de uma relação entre a cobertura dos meios de comunicação e a condução pessoal da política internacional pelos dois governantes, a partir da constatação de que a imprensa amplia sua cobertura sobre política externa com o envolvimento dos mandatários nos episódios, tema que será tratado com mais profundidade no próximo capítulo.

3. MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA EXTERNA

Diante da constatada interação entre os ambientes doméstico e internacional (PUTNAM, 1988), torna-se plausível o estudo da relação entre política externa, opinião pública e mídia, especialmente devido ao fato de que a imprensa dialoga tanto com a opinião pública, quanto com os mandatários, não apenas como fonte informacional, mas como um ator capaz de organizar a agenda pública e de atribuir sentidos à realidade (MAIA, 2008). Dessa forma, este capítulo aborda as discussões sobre o alcance dos atores domésticos na produção de política externa, bem como a conexão desta última com a opinião pública e com a mídia.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a intensa diplomacia presidencial desenvolvida por FHC e Lula conferiu maior visibilidade à agenda internacional do governo e fez com que esta fosse pautada com mais intensidade pelos meios de comunicação. Assim, esta seção ainda trabalha a conjugação da teoria denominada *Presidential Agenda Setting*, que enfoca a efetividade do presidente em determinar a agenda de discussão da mídia e de outros atores estatais, com a teoria da comunicação do enquadramento (*framing*), a qual pressupõe que os meios de comunicação constroem quadros referenciais para o debate dos receptores.

Dessa forma, a pesquisa buscará alimentar uma interlocução entre os campos das Relações Internacionais e da Comunicação, de forma a agregar elementos teóricos que possam ajudar no avanço conceitual da função da mídia como fonte de ressonância da sociedade civil e interlocutora entre sociedade e governo dos assuntos relacionados à política externa. Especificamente, sobre a formulação de uma opinião sobre o tema da diplomacia presidencial ativa e intensa, que se tornou notável e amplamente discutido a partir do governo FHC, e intensificado no governo Lula.

3.1. Os atores domésticos na produção da Política Externa

A produção de política externa pode ser compreendida como um processo que parte da esfera doméstica, uma vez que leva em conta o chamado interesse nacional (Putnam, 1988). Especialmente a partir da década de 90, os processos globalizantes atenuaram a separação entre os ambientes externo e interno. Conforme destaca Souza (2009), no Brasil, as relações entre política externa e política doméstica estreitaram-se especialmente como um reflexo da crescente inserção internacional do país.

Temas centrais da agenda doméstica são cada vez mais afetados por decisões tomadas em fóruns internacionais. Consequentemente, a par do surgimento de novas e complexas responsabilidades, que têm exigido maior sofisticação e competência do corpo diplomático, aumentou também a demanda por mecanismos de participação e consulta que permitam a representação dos interesses de grupos organizados ou das grandes tendências da opinião nacional (SOUZA, 2009, p.123).

O exame do alcance dos fatores domésticos no processo de produção de política externa surgiu como crítica e alternativa ao modelo Realista, que vê o Estado como um ator unitário, centrado na figura do poder Executivo. O Realismo coloca a política internacional acima da política doméstica, a partir da constatação de que a primeira é voltada para a defesa dos interesses nacionais e por tratar da segurança e da sobrevivência do Estado (LIMA, 2000). Contudo, estudos posteriores ao Realismo centraram-se na eliminação das fronteiras entre interno e externo, a partir da aproximação da política externa a outras políticas públicas, abordagem defendida por Lima (2000) como solução para a “artificialidade” da separação entre política exterior e política doméstica, tanto no plano teórico, como empírico. “Se as diferenças entre política externa e doméstica deixam de existir, também não mais se sustenta a alegação de um processo decisório distinto para questões internas e externas” (LIMA, 2000, p. 277).

Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Putnam (1988), precursor da abordagem teórica do Jogo de Dois Níveis, que trata da relação entre os formuladores de política externa, denominados negociadores internacionais, e as forças domésticas, às quais o negociador está submetido. Putnam demonstra como a diplomacia e a política doméstica podem entrelaçar-se, expondo a interação entre fatores domésticos e internacionais. Assim, segundo esta teoria, as pressões domésticas têm influência na atuação do país no cenário internacional, bem como essa ação externa tem efeito sobre o plano doméstico.

O modelo de Putnam (1988) estabelece que uma negociação internacional segue um processo dividido em dois estágios, o primeiro, chamado de “Nível I”, envolve a negociação em si, a barganha, que leva a um acordo provisório, o segundo, denominado “Nível II”, envolve a ratificação ou não desse acordo pelos grupos domésticos. Desse processo decorre o que o autor chama de *win-set* (o que pode ser livremente traduzido como uma “estrutura de ganhos”), ou seja, é o conjunto de todos os acordos potenciais no Nível I que sairiam vitoriosos em termos de alcançar a maioria quando colocados em votação.

Em outras palavras, o modelo do Jogo de Dois Níveis demonstra como fatores domésticos podem moldar as ações dos negociadores, já que os acordos vitoriosos, com potencial ratificação no Nível II, devem estar contidos no *win-set* do Estado. Assim, Putnam

evidencia que o interesse nacional de um Estado inevitavelmente enfrenta certo conflito doméstico, assim como os tomadores de decisão buscam conciliar as demandas domésticas e internacionais.

A novidade do jogo de dois níveis é não apenas introduzir a causalidade doméstica na explicação dos resultados internacionais, mas apontar para a necessidade da ratificação interna de compromissos internacionais, quando estes envolvem questões distributivas no plano doméstico, gerando custos internos que levam à mobilização dos atores afetados, positiva e negativamente, o que empurra para a esfera pública a discussão da política internacional (LIMA, 2000, p. 276).

Dessa maneira, a abordagem teórica de Putnam sugere que os grupos de interesse domésticos irão pressionar o governo para a adoção de determinadas ações políticas, ao passo que os governantes tentarão construir coalizões com esses grupos. Os governos, portanto, no nível internacional, além de buscarem maximizar suas competências, irão tentar satisfazer as demandas e pressões domésticas. Assim, no cerne da reflexão de Putnam, está a premissa de que o Estado não é um ator unitário no processo de formulação de política externa.

Hill (2003) corrobora a afirmação de que há uma clara conexão entre política interna e política externa, o que favorece a maior atuação de determinados grupos domésticos em política externa. É importante sublinhar, contudo, que o autor não elimina o papel central do Estado nesse processo, este apenas deixa de ser um ator unitário. Conforme destaca Spécie (2008), a análise de Hill (2003) ressalta outros valores da política externa, além da maximização de interesses individuais do Estado, como a promoção internacional de valores, entre eles a democracia, que dependem do cenário doméstico.

A ação de atores como o Poder Legislativo, ou as pressões eleitorais e de demanda por *accountability*, apesar de muitas vezes serem de pequena projeção, exercem alguma influência sobre a execução da política externa (HILL, 2003). Isso porque também podem afetar a opinião pública. Hill assevera que “(o) conceito de opinião pública é difícil de definir. Refere-se ao mesmo tempo a um ator no processo político e a um objeto de influência”. (HILL, 2003, p. 262, tradução nossa)⁸.

Dessa forma, a opinião pública passa a ser vista como ator relevante para a formulação da política externa, com efeitos por vezes mensuráveis para esse processo, apesar da constatação de que a política exterior ainda é um assunto bastante especializado e distante para uma maioria nas sociedades (RISSE-KAPPEN, 1991; HILL, 2003; SOROKA, 2003; FARIA, 2008).

⁸ The concept of public opinion is difficult to pin down. It refers at once to an actor in the political process and to an object of influence.

Como será discutido mais à frente neste capítulo, a mídia possui uma ligação direta com a opinião pública, no sentido de que é capaz de direcionar o foco dado a determinadas questões, especialmente com relação à política externa (NAVEH, 2002, KLUVER, 2002, SOROKA, 2003.). Sendo a mídia objeto central de análise deste trabalho, torna-se necessário, portanto, discutir a relação entre opinião pública e política externa, bem como o papel dos meios de comunicação no processo de produção de política externa. Logo, a subseção a seguir discute os efeitos da opinião pública sobre a política externa.

3.1.1. Opinião pública e política externa

Faria (2008) propõe uma análise sobre a interação entre opinião pública e política externa ao observar que ambas “têm o potencial de se afetar mutuamente” (FARIA, 2008, p. 91). O autor trabalha com estudos desenvolvidos após a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, os quais demonstraram que, ao contrário do pensamento predominante anteriormente, a opinião pública não é volátil ou incoerente e, pelo contrário, possui relevância para o processo de formulação da política externa.

Soroka (2003) confirma a constatação de que estudos mais antigos indicavam que a opinião pública exercia um fraco efeito em política externa, porém, estudos recentes indicam um efeito mensurável da opinião pública sobre a política externa. Da mesma forma, a opinião pública antes vista como volátil e incoerente, após estudos da década de 1970, passou a ser tratada como estável, estruturada e racional (SOROKA, 2003).

O baixo grau de informação da população sobre o tema, por outro lado, deve ser levado em conta (RISSE-KAPPEN, 1991; HILL, 2003; SOROKA, 2003; FARIA, 2008). Hill (2003) realiza uma distinção entre massa e as pessoas de opinião mais bem formada, isso porque a política externa é muitas vezes um tema particularmente distante da vida cotidiana, que necessita de um conhecimento especializado para ser completamente compreendida. “Não é que a maioria da população nunca esteja interessada, mas o interesse aumenta ou diminui de acordo com a questão, com o grau de percepção de sua urgência ou importância moral” (HILL, 2003, p. 262) ⁹.

Por sua vez, Faria (2008) salienta que apesar de serem mal-informadas, as pessoas são capazes de emitir opiniões coerentes com relação à agenda externa, processo que o autor denomina “racionalidade de baixa informação”. Faria cita alguns estudos relevantes para a

⁹ It is not that the majority of the population is never concerned; only that interest goes up and down according to the issue and to its degree of perceived urgency or moral importance.

compreensão do impacto da opinião pública sobre a política externa, como o realizado por Richard Sobel sobre a política externa dos Estados Unidos desde o Vietnã, o qual demonstrou, empiricamente, que tanto a opinião pública influenciava os formuladores da política externa, assim como estes também afetavam a opinião pública, principalmente por meio da mídia.

Ao levar em conta o caso específico do Brasil, Souza (2009) afirma que a “comunidade brasileira de relações internacionais” (denominação dada pelo autor às elites) ainda avalia a opinião pública brasileira como um grupo de pouco interesse em política externa, baseado em dados de pesquisas em que essa era a opinião de 76% dos entrevistados em 2008 e de 78% dos entrevistados em 2001. Contudo, o autor afirma que, atualmente, já faz parte da realidade brasileira o fato de que o Congresso ou as organizações da sociedade civil exercem certa influência sobre as relações exteriores do país.

Risse-Kappen (1991), ao também trabalhar os efeitos da opinião pública no processo de formulação de política externa em democracias liberais, a partir de estudo de caso sobre Japão, Estados Unidos, Alemanha e Rússia, concluiu que a opinião pública de massa importa no processo de formulação de política externa, mas em diferentes graus. Conforme observa o autor, a influência da opinião pública no processo de formulação política se dá de diversas maneiras:

Eles [opinião pública] podem afetar diretamente as escolhas dos principais decisores, ao alterar objetivos políticos ou a maneira como esses objetivos são priorizados, ao estreitar o leque de opções e/ou os meios para implementar esses objetivos, ou pela obtenção de concessões simbólicas, no sentido de mudança de retórica, em vez de reformas políticas. Além disso, o público pode também afetar indiretamente as políticas, influenciando o processo de formação de coalizões entre as elites. Ele pode fortalecer ou enfraquecer as posições das burocracias ou de atores individuais dentro do governo. A opinião pública e as atividades de interesse do público podem levar a alterações e/ou realinhamentos dentro ou entre organizações políticas, como os partidos (RISSE-KAPEN, 1991, p. 482, tradução nossa)¹⁰.

O estudo de Risse-Kappen sugere que as decisões dos mandatários geralmente não são contrárias ao consenso público, porém, a situação não é determinada por um acordo, já que os limites estabelecidos pela opinião pública são, segundo o autor, na maioria das vezes amplos e não específicos para a formulação de política externa.

¹⁰ They can directly affect the choices of top decision makers by changing policy goals or how those goals are prioritized, by narrowing the range of options and/or means to implement goals, or by winning symbolic concessions in the sense of changed rhetoric rather than policy reforms. Moreover, the public may also indirectly affect policies by influencing the coalition-building process among the elites. It can strengthen or weaken the positions of bureaucracies or single actors within the government. Public opinion and the activities of public interest may lead to changes and/or realignments within or between political organizations such as parties.

Assim, o exame de Risse-Kappen proporciona a conjectura de que os efeitos indiretos da opinião pública são os mais importantes, já que o principal papel dos grupos organizados, de acordo com o autor, seria o de influenciar o processo de construção de coalizões entre grupos da elite governante.

Apesar de concordar com o fato de que apenas uma minoria da população pode ser considerada politicamente ativa, Risse-Kappen afirma que uma proporção um pouco maior do público segue regularmente as notícias sobre política externa na mídia. Segundo ele, há três tipos de receptores ao qual a mídia se direciona, quais sejam, a opinião pública de massa, o público atento, geralmente interessado em assuntos de política, e o público temático, atento a questões específicas relacionadas a seus interesses.

O autor também indica que as atitudes do público, ao menos em relação a questões básicas de política externa, parecem ser mais estáveis do que habitualmente se sugere. Para Risse-Kappen, o público é mais racional e menos aberto à manipulação das elites.

Enquanto problemas domésticos habitualmente excedem questões externas e de segurança como destaque para o público, dados revelam que minorias substanciais consideram os assuntos externos entre os problemas mais importantes relativos a seus respectivos países. Em média, 20-30 por cento do público indica interesse em assuntos externos (RISSE-KAPPEN, 1991, p. 481, tradução nossa)¹¹.

A argumentação de Risse-Kappen (1991) ainda sustenta que o fato dos líderes políticos tentarem manipular as massas por meio de propaganda e campanhas sugere que estes levam em conta o poder das massas e se sentem vulneráveis a elas.

Desse modo, entende-se que a opinião pública é um ator que deve ser levado em conta para o processo de formulação de política externa, mesmo que sua influência seja, de certa forma, indireta. Neste ponto, situa-se claramente a mídia, capaz de atuar como intermediadora entre esses dois atores (KLUVER, 2002; SOROKA, 2003), ponto a ser explorado na seção a seguir.

3.2. A relação entre Mídia e Política Externa

Com a constatação, portanto, de que a opinião pública exerce algum impacto sobre a política externa, infere-se também que a mídia possui um papel importante, mesmo que

¹¹ *While domestic problems usually outweigh foreign and security issues in public salience, data reveal that substantial minorities consider foreign affairs among the most important problems facing their countries. On the average, 20-30 percent of the public indicate serious concern about foreign affairs.*

indireto, no respaldo ou constrição das opções políticas, por meio de sua influência em moldar a opinião pública (KLUPER, 2002).

O precursor dos estudos que consideram a mídia no processo de tomada de decisão em política externa foi Bernard Cohen, a partir de sua obra denominada “*The Press and Foreign Policy*”, de 1963 (apud NAVEH, 2002; SOROKA, 2003). Com base na teoria da Comunicação do *Agenda-Setting*, Cohen declara que o papel mais importante da imprensa no que se refere ao pensamento sobre política externa está na descrição do ambiente político e na sugestão das alternativas políticas capazes de proporcionar a melhor gestão desse ambiente. Assim, a mídia teria sucesso, na maior parte do tempo, não em determinar às pessoas o que pensar, mas em pautar os seus receptores sobre quais assuntos discutir (apud NAVEH, 2002; SOROKA, 2003).

Em suas abordagens sobre os efeitos da mídia na produção de política externa, Robinson (1999) e Kluver (2002) consideram os desdobramentos gerados pelo advento de novas tecnologias de comunicação, que potencializaram a capacidade da mídia em transmitir acontecimentos em tempo real. Kluver (2002) denomina esse novo cenário de “*new media*” e estuda a sua influência no discurso das relações internacionais por meio do argumento de que esse relativo impacto pode ser entendido como um desdobramento da logística da mídia, em outras palavras, das práticas de organização e transmissão da informação. Dessa forma, o autor propõe três critérios de análise para o impacto da mídia:

- (1) a capacidade do meio em criar uma estrutura narrativa;
- (2) a divulgação de informação relevante e oportuna, ‘epistemologicamente significativa’; e
- (3) o grau em que a mídia promove uma perspectiva deliberativa¹² sobre uma questão (KLUPER, 2002, p. 500, tradução nossa)¹³.

Por conseguinte, Kluver trata do enfoque dado pelos meios de comunicação aos assuntos de política exterior, meio pelo qual se direciona o que será discutido a partir do destaque ou da omissão de determinados fatos, abordagem advinda da teoria da Comunicação do enquadramento, que ainda será tratada com mais profundidade na próxima seção deste capítulo.

Robinson (1999) sinaliza que um dos eventos emblemáticos que marcaram o desenvolvimento das tecnologias comunicacionais foi o colapso do comunismo, simbolizado

¹² "Perspectiva deliberativa" está ligada ao conceito de deliberação pública, processo social em que há o confronto de razões relacionadas a determinada questão, debatidas pública e abertamente (MAIA, 2008).

¹³ (1) *the ability of the format to create a narrative framework*;
 (2) *the delivery of relevant and timely, or ‘epistemologically significant’ information*; and
 (3) *the extent to which the media promotes a deliberative perspective on an issue*.

pela queda do muro de Berlim, que se tornou um grande evento midiático transmitido para a sociedade ocidental. A percepção dessa mudança foi, ainda, de acordo com Robinson, reforçada pelo fim da ordem bipolar. O autor explica que os jornalistas, ao se verem “liberados” do prisma da Guerra Fria, sentiram-se livres para cobrir as histórias que desejassem e, ainda, para criticar a política externa dos Estados Unidos. “As novas tecnologias surgiram para reduzir a possibilidade para deliberação calma sobre política, forçando os formuladores de política a responder a quais fossem as questões focadas pelos jornalistas” (ROBINSON, 1999, p. 301, tradução nossa) ¹⁴.

O estudo de Robinson (1999, 2001) sintetiza as duas linhas adotadas pelos estudiosos da relação entre mídia e tomada de decisão em política externa, o *CNN Effect* (“Efeito CNN”) e o *Manufacturing Consent* (“Consentimento Fabricado”, numa tradução livre), uma em direção oposta à outra.

O primeiro conceito, do Efeito CNN, de acordo com Robinson, pode ser entendido como a ideia de que tecnologias comunicacionais de tempo real são capazes de provocar mais respostas de audiências domésticas e de elites políticas a eventos globais. A teoria do Efeito CNN foi construída a partir da constatação de uma aparente habilidade da cobertura midiática em direcionar a intervenção ocidental durante crises humanitárias.

A suposição que se apreende da literatura sobre o Efeito CNN, sublinha Robison (1999), é de que a imprensa possui poder para influenciar o governo. Vários teóricos trabalharam essa perspectiva, segundo o autor, sem, contudo, terem conclusões suficientes para esclarecer ou provar uma relação causal entre a cobertura midiática e as opções políticas. Ao analisar obras significativas sobre o tema, como de Gowin, Strobel, Minear e outros e Shaw, Robinson conclui que essas abordagens sugerem um modelo teórico de interação entre mídia e política que prevê a influência da mídia na política governamental apenas quando existem políticas incertas. Assim, a cobertura prioriza determinados cursos de ação, o que, de certa forma, é um ponto em comum com as teorias que abordam o consenso manufaturado.

Quando existe incerteza política *vis-à-vis* um problema que o governo é incapaz de alimentar, uma linha política plausível e bem delineada é traçada pela mídia que, portanto, define a agenda. Nessa situação os jornalistas são capazes de formatar relatos de um modo crítico à falta de ação do governo e pressionar para um curso particular de ação. Assim é quando ocorre o efeito CNN (ROBINSON, 1999, p. 308, tradução nossa) ¹⁵.

¹⁴ *The new technologies appeared to reduce the scope for calm deliberation over policy, forcing policy-makers to respond to whatever issue journalists focused on.*

¹⁵ *When there exists uncertain policy vis-à-vis an issue the government is unable to feed a plausible and well rehearsed policy line to the media and therefore set the agenda. In this situation journalists are able to frame*

A segunda linha teórica, que trabalha com o conceito de Consentimento Fabricado, assume que a mídia não influencia ou determina as ações do governo, mas que esta é influenciada pelo governo e suas políticas. “Aqueles que falam sobre Consentimento Fabricado argumentam que as elites políticas impelem os produtores de notícia a ‘ler’ os eventos globais de determinada maneira” (ROBINSON, 1999, p. 303, tradução nossa)¹⁶. Logo, essa visão da mídia, focada nas elites políticas, gera a implicação de que a crítica ao governo seria possível apenas quando houvesse conflitos políticos. Segundo o autor, ainda, essa linha de pensamento não explica de forma suficiente a ligação entre cobertura midiática e formulação política.

De acordo com a abordagem de Robinson (1999, 2001), portanto, a mídia é capaz de produzir algum efeito no processo de formulação de política externa quando existe incerteza por parte do governo com relação às políticas adotadas ou dissenso entre a elite política. Em consonância com Kluver (2002), o autor ainda considera a compreensão da teoria do enquadramento midiático crucial para a formulação de um modelo interacional entre mídia e política. Robinson assevera que esse conceito permite que se entenda como a mídia não apenas replica a realidade, mas a constrói de forma a produzir um entendimento particular ou determinada percepção de um fato.

Naveh (2002), por sua vez, propôs uma abordagem a partir do desenvolvimento da teoria do Efeito CNN. O autor considera que os líderes políticos se informam sobre eventos internacionais por meio da mídia, a qual passa a fazer parte de um ambiente de acesso que fornece aos líderes políticos informação e dados, ou seja, os líderes levam a mídia em conta quando definem sua política. Além disso, em concordância com a visão de Robinson (1991), Naveh (2002) também aponta que os governantes levam em consideração e reagem a uma percepção da realidade construída pela imprensa. Assim, a mídia é parte do ambiente o qual formuladores de política externa tentam influenciar ao tomarem suas decisões.

Isso significa que líderes que atuam em um ambiente o qual inclui a mídia tomam decisões políticas para resolver problemas, mas ao mesmo tempo tentam tomar decisões que vão melhorar sua imagem e desenvolver uma campanha que vai afetar

reports in a way that is critical of government inaction and pressures for a particular course of action. This is when the CNN effect occurs.

¹⁶ *Those who talk of the manufacture of consent argue that political elites impel news makers to ‘read’ global events in a particular way.*

a mídia ao lidar com eventos internacionais e interações relevantes (NAVEH, 2002, p. 4, tradução nossa)¹⁷.

Naveh explora a ideia de que o processo de tomada de decisão em política externa acontece em um ambiente parcialmente criado pela mídia. O autor baseou seu argumento em teorias de tomada de decisão em política externa e em teorias dos efeitos dos meios de comunicação de massa para criar um arcabouço teórico capaz de descrever a complexidade do envolvimento da mídia no processo de tomada de decisão em política externa.

Os argumentos do autor apontam que estudos anteriores sobre processo de tomada de decisão em política externa negligenciaram o complexo papel da mídia, descrita, em alguns casos, apenas como um dos canais por onde os líderes se informavam sobre eventos internacionais, como fonte para o processo de tomada de decisão. Segundo Naveh, contudo, essa é uma visão que minimiza o lugar da mídia, a qual deve ser analisada por meio de uma abordagem mais completa.

A mídia é parte crucial do ambiente de tomada de decisão em política externa, um ambiente que não deveria ser considerado apenas como o estágio de entrada do processo, mas muito mais em um contexto geral, e como um ambiente de produção no qual os líderes fazem suas políticas” (NAVEH, 2002, p. 2, tradução nossa)¹⁸.

A mídia e seus vários aspectos formam um componente importante do cenário o qual os tomadores de decisão em política externa consideram para desenvolver suas políticas, para ganhar suporte ou para legitimar suas decisões. Naveh observa que a imprensa pode ser vista não apenas como parte do ambiente internacional, mas também como parte do ambiente interno do Estado.

No Estado os meios de comunicação não são apenas canais de informação, eles formam uma “rede comunicacional” que influencia a política dentro do Estado, assim como o sistema partidário, os grupos de interesse ou a estratificação sócio-econômica da sociedade (NAVEH, 2002, p. 3, tradução nossa)¹⁹.

¹⁷ *This means that leaders who perform in an environment which includes the media take political decisions to solve problems, but at the same time try to make such decisions that will improve their image or develop a campaign that will affect the media dealing with the relevant international events and interactions.*

¹⁸ *The media are a crucial part of the foreign policy decision-making environment, an environment which should not be regarded only as the input stage of the process, but much more as a general context, and as an output environment in which leaders make policies.*

¹⁹ *In the state the media are not just information channels, they form a “communication network” influencing policy from within the state, as well as the party system, interest groups or the socio-economic stratification of society.*

Naveh respalda seu argumento na teoria do *agenda-setting*, ao argumentar que a atmosfera criada pela imprensa reflete eventos de política externa e pauta a opinião pública sobre qual tema discutir – não necessariamente sobre o que pensar – e, assim, compele os tomadores de decisão a responder por meio da mídia. Além disso, o autor também utiliza a teoria do Enquadramento para explicar a atuação da mídia no processo de formulação de política externa, por esta explicitar que a mídia cria imagens que refletem e também filtram a realidade.

Outra contribuição para o estudo do papel da mídia no processo de tomada de decisão em política externa foi trazida por Soroka (2003), que analisou empiricamente esta relação entre mídia, opinião pública e política externa nos Estados Unidos e no Reino Unido. O autor, a partir de uma análise com base em *agenda-setting*, demonstra uma forte conexão entre a relevância das relações internacionais na mídia e a relevância do assunto para o público.

O conteúdo dos meios de comunicação de massa é a fonte mais provável para mudanças de preferências dos indivíduos em política externa ao longo do tempo. Por um lado, os meios de comunicação de massa são os condutores primários entre o público e os formuladores de política. Os formuladores de política seguem os relatos da mídia sobre a opinião pública e a mídia é a principal fonte de informação para o público sobre o que os políticos estão fazendo. Além disso, a mídia é o principal meio pelo qual a maioria dos indivíduos recebe informações sobre relações exteriores, um tema para o qual a experiência pessoal é improvável de fornecer muita informação relevante (SOROKA, 2003, p. 28, tradução nossa)²⁰.

Com uma pesquisa baseada em publicações dos jornais *The New York Times* (Nova Iorque) e *The Times* (Londres) e em pesquisas de opinião, Soroka (2003) criou um modelo que sugere que o interesse recente do público sobre política externa é uma função do interesse passado do público sobre assuntos externos, dos conteúdos passados e atuais divulgados pela imprensa e de eventos atuais do mundo real.

Soroka chama a atenção para o fato de que se deve distinguir o que são verdadeiros efeitos da mídia e o que é apenas efeito das circunstâncias do mundo real. Em outras palavras, há uma diferença entre o que é realmente pautado pela mídia e os acontecimentos do mundo real apenas reproduzidos pela mídia. Isso, de acordo com o autor, é uma questão relativamente difícil de tratar quando relacionada à política externa, devido à falta de mecanismos precisos para medição dos indicadores do mundo real. Contudo, dados sobre

²⁰ *Mass media content is the most likely source of over-time changes in individuals' foreign policy preferences. On one hand, the mass media are the primary conduit between the public and policymakers. Policymakers follow media reports on public opinion, and the media are the public's chief source of information on what policymakers are doing. In addition, the media are the principal means by which the vast majority of individuals receive information about foreign affairs, an issue for which personal experience is unlikely to provide much useful information.*

eventos de política externa podem proporcionar uma representação razoável, segundo Soroka (2003).

Os efeitos da mídia, entretanto, não desaparecem com a adição de variáveis de eventos do mundo real sobre política externa. Segundo Soroka (2003), o coeficiente da mídia reflete tanto os efeitos da própria imprensa, que são produto de filtros, enfoque ou distorção inerentes à cobertura midiática, quanto os efeitos que são mais apropriadamente considerados eventos do mundo real, como a taxa de desemprego.

Formuladores de política externa, observa Soroka, respondem à ênfase dada pela imprensa a determinados temas (*issue salience*) de duas maneiras: a primeira, reagindo indiretamente ao responder ou antecipar mudanças na avaliação do público por meio da priorização a determinadas questões (*issue priming*). A segunda, uma reação direta com ajustes em suas políticas externas.

Mudanças de ênfase na cobertura de política externa podem afetar o grau com que governantes ou políticos são avaliados com base em suas ações em política externa, bem como a própria política externa pode também ser alterada. As decisões de voto dos indivíduos e, conseqüentemente, os resultados eleitorais e as decisões em política externa subsequentes podem mudar de acordo com essas variações de ênfase. Alternativamente, governantes e políticos podem alterar sua política externa como antecipação ou reação à ampliação da atenção do público aos assuntos internacionais (SOROKA, 2003).

Hill (2003) também considerou o papel dos meios de comunicação como instrumento de diálogo entre a opinião pública e os decisores políticos. “Na era da televisão os *mass media* parecem reis. Eles parecem ser a chave para influenciar a opinião pública, e eles têm o ouvido e o olho do governo” (HILL, 2003, p. 274, tradução nossa)²¹. Hill alia as duas visões principais das abordagens sobre os efeitos dos meios de comunicação em política externa, de que o fluxo da influência da imprensa possui duas direções, do público, através da imprensa, para o governo (*bottom up*), assim como de cima para baixo (*top down*).

O autor afirma que o jornal, desde cedo, foi reconhecido como um instrumento favorável para difusão de informação e mobilização das massas, seja para fins construtivos, seja para a manipulação. Hill aponta que em uma área restrita como a política externa, a mídia exerce um papel praticamente exclusivo de *gatekeeping*²² em relação ao público. Isso porque

²¹ *In the age of television the mass media look like kings. They seem to be the key to influence over public opinion, and they have the ear and eye of government.*

²² Processo pelo qual a informação passa por uma série de decisões, de filtros, até chegar ao receptor. A teoria do *Gatekeeper* aponta para o fato de que os profissionais da mídia agem como esses filtros – porteiros – da informação, eles selecionam não só o que será noticiado, mas também a abordagem empregada.

o autor também considera que apenas uma pequena parcela da população possui condições de obter informações ou expressar seus pontos de vista sobre as relações internacionais sem depender dos meios de comunicação, até mesmo em sociedades com altos níveis de instrução.

O debate público, portanto, acaba delimitado por essa atuação dos meios de comunicação como *gatekeepers*: jornalistas e editores de notícia possuem valores próprios que interferem na forma como uma notícia é transmitida e, ainda, têm certa restrição de acesso aos fatos, o que os fazem divulgar apenas determinados problemas. Nesse sentido, a mídia é capaz de criar um sentimento na opinião pública que pode ser repassado ao governo. Por outro lado, Hill faz a importante observação de que apesar da mídia parecer ter acesso quase monopolista ao público, o seu impacto também é limitado, por razões como o reduzido espaço dedicado aos assuntos internacionais nos noticiários ou os curtos *deadlines*, o prazo para se publicar uma notícia.

Os meios de comunicação têm a capacidade de influenciar argumentos políticos, ao submeter o discurso oficial à análise crítica e favorecer determinadas posições em detrimento de outras. Entretanto, Hill (2003) pondera que o seu papel não deve ser exagerado. Muitas vezes a mídia não consegue estabelecer amplos debates públicos e ainda pode ser, segundo o autor, facilmente manipulada por políticos sem que o público o perceba.

O autor cita o exemplo de muitos eventos serem essencialmente projetados para o uso da imprensa, como instrumentos de projeção doméstica e exterior. Além disso, o governo possui certa vantagem em relação aos meios de comunicação, pelo fato de os ocupantes dos cargos oficiais contarem com certa perícia e senso de continuidade, ao passo que os meios de comunicação contam com uma “memória” relativamente curta, devido aos *dead lines* que precisam cumprir, ou seja, ao tempo extremamente curto em que devem divulgar as notícias. Assim, acaba faltando à mídia sensatez e pujança para investigar questões externas mais complexas e com implicações de longo prazo, fato que muitas vezes leva o debate sobre política externa a ocorrer dentro de limites muito estreitos.

Entretanto, é consenso entre os autores estudados o fato de que o papel da mídia durante o processo de formulação da política externa não deve ser subestimado, especialmente a partir da sua relação com a opinião pública. Na seção a seguir, a atuação da mídia e sua interação com a política externa é avaliada de forma mais sistemática a partir da teoria da Comunicação do Enquadramento, aliada à abordagem denominada *Presidential Agenda-Setting*, que enxerga a forte capacidade do mandatário de um país em determinar a agenda de discussão da imprensa.

A adoção deste direcionamento alinha-se a um dos temas centrais abordados nesta dissertação: a diplomacia presidencial como elemento ativador e intensificador da cobertura midiática. Busca-se analisar a nova dimensão dada ao planejamento e execução da política externa, a partir da intensa diplomacia presidencial desenvolvida nos governos FHC e Lula, sob o viés de que essa prática ampliou os espaços de discussão e promoveu maior abertura à sociedade sobre o tema.

3.3. *Presidential Agenda Setting* e Teoria do Enquadramento: a atuação da mídia e seus efeitos sobre a opinião pública

Conforme visto na seção anterior, os autores que consideram a mídia no processo de tomada de decisão em política externa (KLUVER, 2002; ROBINSON, 1999; NAVEH 2002; SOROKA; 2003) concordam que a imprensa detém o papel de respaldar ou constranger as decisões tomadas pelos governos, ao descrever as ações políticas e sugerir determinados cursos de ação, a partir da priorização de determinadas questões. A mídia é considerada parte do ambiente o qual os mandatários levam em conta para formular sua agenda em política externa. Logo, torna-se necessário avaliar mais sistematicamente a forma com que os meios de comunicação atuam na intermediação de informação entre opinião pública e decisores políticos.

Este trabalho utiliza a teoria denominada *Presidential Agenda Setting*, que destaca a efetividade do presidente como um *agenda setter*, ou seja, um ator capaz de determinar a agenda de discussão da mídia e de outros atores estatais. Levando-se em consideração que esta dissertação trabalha com o enfoque dado pelos meios de comunicação às viagens internacionais dos mandatários, objetiva-se relacionar a interferência da postura do presidente na cobertura midiática, bem como o retorno dessa cobertura para o próprio processo de produção da política externa.

Estudos recentes desafiaram o modelo tradicional sobre a influência do presidente na mídia e no Congresso, ao afirmarem que o mandatário não é o principal *agenda setter* (definidor de agendas) em política, mas o contrário, que sua agenda em política externa é responsiva à cobertura midiática e aos eventos internacionais (PEAKE, 2001). Contudo, Peake (2001) realizou uma análise nos Estados Unidos que, apesar de não contrapor a primeira abordagem, de que o presidente responde à mídia, sugere o contrário. Isso porque o autor estendeu sua análise a eventos internacionais menos relevantes para os interesses de segurança nacional americanos, o que revelou que os presidentes possuem uma influência

maior nas agendas da imprensa e do Congresso que o sugerido pelos estudos recentes. “Quando uma atenção sistêmica a uma questão é geralmente leve e o presidente faz dessa questão uma prioridade política, o sucesso presidencial em definir a agenda aumenta (PEAKE, 2001, p. 69, tradução nossa)²³.

O sucesso e o poder presidencial em política externa aumentam caso o presidente consiga influenciar a atenção do Congresso, da mídia e do público para as questões vigentes.

O presidente ter ou não sucesso parece ser dependente de variáveis temáticas relacionadas, incluindo a relevância do tema, a sua importância relativa para segurança nacional ou sobrevivência dos EUA e o grau de liberdade dos presidentes para implementar uma agenda independente face ao sistema internacional. Além disso, os presidentes que têm distintas prioridades em política externa são definidores de agenda mais bem-sucedidos (PEAKE, 2001, p. 69, tradução nossa)²⁴.

A análise de Peake foca questões da política externa norte-americana voltadas para América Central e Caribe, regiões consideradas não muito críticas para a segurança nacional norte-americana e de pequena importância política para a presidência, se comparada ao conflito Árabe - Israel, por exemplo, e também questões de assistência e comércio internacionais que, embora politicamente importantes, requerem que o presidente trabalhe de perto com o Congresso.

Conforme observa o autor, enquanto eventos internacionais proporcionam competição para o presidente e aumentam o poder da mídia de *agenda setting*, questões como assistência internacional e trocas comerciais proporcionam um maior espaço para o mandatário influenciar a agenda de cobertura midiática e do Congresso em política externa.

Assim, fatos de grande relevância para o público, como as crises, diminuiriam o poder de influência do presidente, ao passo que questões de relevância moderada ou baixa proporcionariam ao presidente mais oportunidades para influenciar a agenda da mídia ou do Congresso, já que são casos em que a concorrência pelo poder de influência é diluída. Em suma, questões não incluídas no debate midiático corrente ou nas discussões do Congresso permitem que o poder de definição de agenda do presidente seja maior (PEAKE, 2001).

²³ *When systemic attention to an issue is generally light and the president makes the issue a policy priority, presidential success in setting the agenda increases.*

²⁴ *Whether or not the President is successful appears to be dependent upon issue related variables, including the salience of an issue, its relative importance to U.S. national security or survival, and the degree of freedom Presidents have to put forth an independent agenda given the international system. In addition, presidents that have distinct foreign policy priorities are more successful agenda setters.*

A via de influência entre presidência, mídia e Congresso não é de mão única, as diferenças entre qual esfera detém o poder de determinar a agenda variam de acordo com as questões de política externa analisadas (PEAKE, 2003). Dessa forma, quando o presidente prioriza determinadas questões em política externa, aumentam-se as chances de se direcionar e sustentar a atenção da mídia e do Congresso. Portanto, Peake (2003), em consenso com Robinson (1999, 2001), conclui que aqueles presidentes com claras prioridades em política externa possuem maior poder de influência na atenção do Congresso e da imprensa que aqueles sem diretrizes evidentes.

Outro teórico que trabalhou o poder de influência do presidente em política externa foi Sorensen (1994), que focou o seu trabalho na formulação da política externa em democracias presidenciais, tendo como estudo de caso os Estados Unidos. Sorensen admite que o poder do presidente em política externa não é absoluto, principalmente porque existem algumas fontes de poder rivais, como o Congresso, a opinião pública e a imprensa. Dessa forma, o autor observa que o sucesso ou o fracasso da política externa de um presidente é determinado pela forma com que ele lida com esses três rivais.

Sorensen utiliza a figura de uma pirâmide para ilustrar a estrutura de poder norte-americana em decisão em política externa. No topo, o presidente, seguido dos Secretários de Estado e de Defesa. Logo abaixo, alguns nomeados pelo Executivo, seguidos por uma faixa com um grupo de membros do Estado e de líderes do congresso. Não muito longe do topo está um grupo homogêneo e pequeno de líderes de opinião e colunistas dos principais jornais norte-americanos. Já as camadas maiores e inferiores são ocupadas por congressistas, jornalistas e cidadãos informados sobre política externa, seguidos, logo abaixo, pela camada maior do público geral, geralmente desinformado sobre política externa, com exceção dos períodos de crise, que possui poder apenas de quatro em quatro anos, durante os períodos eleitorais.

Atualmente, de acordo com Sorensen, há uma melhor distribuição de poder entre as camadas, porém, a divisão permanece, com o presidente detendo a autoridade final. Fica claro, no entanto, o aumento considerável do número de cidadãos e organizações da sociedade civil com interesse e conhecimentos sobre política externa.

Porém, o governo democrático não precisa ser um mero concurso de popularidade, e nenhum presidente é obrigado a cumprir os ditames da opinião pública. O dever do presidente é formatar essa opinião, informá-la, cortejá-la, conquistá-la, recrutá-la para seus propósitos. O presidente com consciência será capaz de separar em sua mente e em seus discursos o interesse de longo alcance do público daqueles

interesses de curto prazo da opinião pública (...) (SORENSEN, 1994, p. 524, tradução nossa)²⁵.

O suporte da opinião pública à política externa de um presidente é alcançado se este consegue estabelecer diretrizes sensatas e realistas e, ainda, se a opinião pública está bem informada sobre o assunto por um período prolongado (SORENSEN, 1994).

Neste ponto, Sorensen destaca a importância da imprensa em informar o público, especialmente da televisão, presente na maioria dos lares norte-americanos, o que também ocorre no Brasil. Pesquisas, segundo o autor, mostram que as pessoas assistem mais TV que lêem os jornais impressos, o impacto das imagens televisionadas é mais forte e, ainda, a televisão é capaz de atingir uma grande parcela da audiência desinteressada em eventos internacionais, aquela que ocupa a base da pirâmide esboçada por Sorensen para representar a distribuição de poder em política externa na sociedade americana.

Apesar de o autor concordar que o grau de informação do público atingido pela televisão ainda é baixo, Sorensen afirma que a TV contribuiu consideravelmente para a democratização da política externa. Dessa forma, o autor alega que o presidente se preocupa com a apatia do público devido ao fato de ele necessitar do seu apoio, assim, os meios de comunicação, principalmente a televisão, configuram-se como meios de liderar e informar esse público sobre política externa.

Em suma, as fontes rivais de poder podem ser pontos fortes em vez de obstáculos para um presidente eficaz. Ele pode não só consultar, mas mobilizar o Congresso, não só informar, mas mobilizar a opinião pública, e não só reconhecer, mas utilizar o poder da televisão nacional (SORENSEN, 1994, p. 528, tradução nossa)²⁶.

Desse modo, o poder do presidente em determinar a agenda de discussão não pode ser negligenciado. Como já visto, presidentes que desenvolvem uma diplomacia presidencial intensa são capazes de atrair maior cobertura midiática para o tema de política externa. Da mesma forma, a mídia e outros fatores exógenos possuem impacto sobre o conteúdo da agenda internacional de um país.

Nesta linha, um estudo realizado por Andrade e Young (1996) indica uma série de variáveis contextuais com alguma influência na relevância dada pelo presidente a

²⁵ *But democratic government need not be a mere popularity contest; and no president is obliged to abide by the dictates of public opinion. The president's duty is to shape that opinion, inform it, woo it, win it, enlist it to his purposes. The conscientious president will be able to separate in his mind and speeches the long-range public interest from short-term public opinion (...).*

²⁶ *In short, the rival sources of Power can be strengths instead of obstacles to an effective president. He can not only consult with but enlist the Congress, not only inform but mobilize public opinion, and not only recognize but utilize the power of national television.*

determinados temas. Os autores analisaram discursos de presidentes norte-americanos (discursos dedicados exclusivamente a assuntos de política internacional) entre os anos de 1953 e 1993 para identificar fatores capazes de influenciar o foco do mandatário em determinados itens na agenda de política externa.

As evidências apresentadas por Andrade e Young (1996) demonstram que a tomada de decisão presidencial em política externa pode ser determinada por muitos fatores que fogem ao seu controle. A capacidade do presidente em formular sua agenda internacional depende dos seus índices de aprovação, da sua influência no Congresso e da ocorrência de eventos internacionais.

Consequentemente, a composição das agendas presidenciais é determinada não tanto pelas características individuais dos presidentes, mas em grande parte por fatores fora da esfera de controle presidencial. Isso não quer dizer que as características individuais não importam. Diferenças entre os presidentes permanecem mesmo após levar-se em conta o contexto. No entanto, essas diferenças não são particularmente pronunciadas (ANDRADE; YOUNG, 1996, p. 6, tradução nossa)²⁷.

Diante desses fatores, pode-se concluir que existe uma dinâmica de influência entre a mídia, o poder Executivo e a opinião pública. O presidente leva em conta variáveis contextuais para formular a sua agenda (ANDRADE; YOUNG, 1996), ambiente em que claramente observa-se a atuação da mídia, já que esta é responsável por criar uma realidade percebida por governantes e cidadãos (ROBINSON, 1991; NAVEH, 2002). Em suma, ao formularem sua agenda em política externa, os líderes levam em conta um contexto em que a mídia não apenas faz parte, mas também contribui para a criação de uma percepção do mesmo; ao mesmo tempo, as ações dos mandatários são direcionadas de forma a afetar a mídia em prol de sua popularidade (NAVEH, 2002; HILL, 2003). Assim sendo, esta pesquisa optou por utilizar a teoria do enquadramento como ferramenta para se examinar o posicionamento da Folha de S. Paulo com relação ao maior protagonismo internacional dos presidentes, com o intuito de se aferir o grau de apoio ou rejeição à realização das visitas internacionais.

²⁷ *Consequently, the composition of presidential agendas is determined not so much by the individual characteristics of presidents but by factors largely outside the realm of presidential control. This is not to say that individual characteristics do not matter. Differences across presidents remain even after accounting for context. However, these differences are not particularly pronounced.*

3.3.1. A Teoria do Enquadramento e o estudo da relação entre mídia e política

A teoria do Enquadramento é, atualmente, importante ferramenta para se estudar os efeitos da atuação da imprensa no processo de formulação de política externa (ROBINSON, 1999, 2001; KLUVER, 2002; NAVEH, 2002). Isso porque leva em conta o fato de que os padrões de seleção e ênfase utilizada pelos meios de comunicação, que acabam por destacar certos temas e eliminar outros, acabam construindo um entendimento particular da realidade (PORTO, 2002).

Porto (2002), em uma revisão do estudo da teoria do enquadramento (*framing*), a apresenta como uma tendência contemporânea para a análise da relação entre mídia e política. Entre as principais fontes que embasaram o desenvolvimento do conceito de enquadramento está o livro do sociólogo Ervin Goffman intitulado *Frame Analysis*, de 1986, que aplicou o conceito à análise de fenômenos sociais.

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais (PORTO, 2002, p. 4).

Segundo Scheufele e Tewksbury (2007), a visão introduzida pelo campo sociológico a respeito do conceito de enquadramento partiu da premissa de que os indivíduos, por serem incapazes de compreender o mundo completamente, buscam constantemente interpretar suas experiências de vida e estabelecer sentidos ao mundo ao seu redor. Em outras palavras, os indivíduos se valem de esquemas interpretativos para classificar e entender as informações de forma significativa (SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007).

O campo da psicologia cognitiva foi outra fonte significativa para o desenvolvimento do conceito de enquadramento, a partir de estudos de Kahneman e Tversky (PORTO, 2002; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007), os quais demonstraram que o processo de formação de preferências dos indivíduos pode ser influenciado não apenas pela manipulação de informação, mas também através do enquadramento dado às mesmas.

Os estudos de comunicação possuem o livro *Making News*, da socióloga Gaye Tuchman, publicado em 1978, como precursor do uso do conceito de enquadramento, trabalhado como uma ferramenta capaz de determinar a produção jornalística e de moldar a realidade (apud PORTO, 2002). Já Giltlin desenvolveu uma definição clara do conceito de

enquadramento, largamente utilizada, a qual indica que os processos e recursos que organizam a produção jornalística constroem uma interpretação do fato noticiado:

Os enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorreremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, apud PORTO, 2002, p.6).

Hackett (apud PORTO, 2002), por sua vez, aponta que o trabalho jornalístico é direcionado por uma “estrutura profunda”, composta por um conjunto de regras e conceitos, ativada pelos jornalistas nem sempre de forma consciente ou intencional. Entre os componentes dessa “estrutura profunda” está o enquadramento dos relatos jornalísticos, que acabam apresentando à sociedade civil um direcionamento intelectual e moral dos fatos (HACKETT; TANKARD, apud PORTO, 2002).

Outro autor importante para o desenvolvimento da teoria foi Entman (1993), segundo o qual o uso da teoria do enquadramento esclarece a forma como a consciência humana pode ser influenciada pela transferência de informação de um local específico, como um discurso, uma enunciação, uma reportagem ou um romance.

O enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição de um problema particular, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, itálicos do autor, tradução nossa)²⁸.

De acordo com Entman, os enquadramentos noticiosos podem diagnosticar causas, definir problemas, avaliar ações em termos de valores culturais comuns, bem como os agentes causais e seus efeitos, realizar julgamentos morais e propor soluções. Os jornalistas realizam esses julgamentos de forma consciente ou inconsciente, direcionados por enquadramentos definidos por funções similares, como seleção e destaque, ou seja, a ênfase ou a omissão de alguns elementos, que acabam por construir um argumento sobre determinados eventos.

Os enquadramentos destacam algumas partes da informação sobre um tema que é o objeto de uma comunicação, conferindo-lhe, assim, saliência. A própria palavra saliência deve ser definida: significa fazer uma informação mais visível,

²⁸ *Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.*

significativa ou memorável para o público. Um aumento na saliência aumenta a probabilidade de que os receptores vão perceber a informação, discernir seus sentidos e, portanto, processá-la e armazená-la em sua memória (ENTMAN, 1993, p. 53, tradução nossa).

Contudo, Entman faz a importante ressalva de que a ênfase a determinados assuntos ou enfoques é produto da interação entre texto e receptores e, portanto, a presença de enquadramentos em uma matéria jornalística não garante totalmente sua influência no pensamento da audiência. Em outras palavras, o enquadramento pode exercer influência em uma grande parte dos receptores, porém, não é possível que tenha um efeito universal. É ainda necessário salientar que a noção prévia dos receptores pode aumentar ou suavizar os efeitos do enquadramento (ENTMAN, 2002).

No caso específico da cobertura política, percebe-se a busca e a disputa dos políticos entre si e com os jornalistas por apoio às suas ações, por meio dos enquadramentos (ENTMAN, 2002). Neste ponto, cabe identificar os dois principais agentes sociais envolvidos na produção jornalística, o próprio jornalista, que domina os procedimentos inerentes à prática de transmissão de notícias, e as fontes, os fornecedores de informação, que também insinuam suas posições e interesses (ZAMIN, 2011).

Ao tomar parte no e do discurso do outro, o jornalismo, por sua natureza de mediação (GOMIS, 1987, 1991), enreda uma trama de dizeres possíveis, uma vez que se constitui como lugar de proposição de sentidos. Ao mesmo tempo em que se nutre de discursos outros, o jornalismo visa a um controle e ordenamento destes, sob condições de produção específicas que ensejam modos de perceber e apreender os acontecimentos no mundo. Em parte, é aí que reside a complexa relação entre jornalistas e fontes (BOURDIEU, 1997; SANTOS, 1997, 2006) (ZAMIN, 2011, p. 251).

Dessa forma, tanto os jornalistas quanto as fontes buscam atribuir significados aos fatos, o que envolve a já mencionada disputa, ou seja, um conflito de perspectivas, e uma negociação entre esses agentes, o que, inevitavelmente, configura-se como interpretação. Essa disputa, portanto, envolve o interesse das fontes em revelar ou não determinadas informações e a ação do jornalista em tentar extrair da fonte os assuntos que deseja abordar (ZAMIN, 2011). Além disso, conforme explica Zamin, as complexas trocas entre jornalistas e fontes, por serem processadas no interior do sistema social, sofrem pressões do mercado e de empresas jornalísticas.

A rede informativa incorpora interesses dos leitores e da organização jornalística, possibilidades financeiras desta e a distribuição dos repórteres e correspondentes a partir dos elementos anteriores, voltando-se para ocorrências em lugares, organizações e tópicos específicos (ZAMIN, 2011, p. 252).

Assim, o jornalista sofre influência dos interesses organizacionais do meio em que trabalha, bem como da sua própria visão de mundo. Conforme sublinha Zamin, quando uma reportagem prioriza uma fonte em detrimento de outra, torna-se claro a presença de uma disputa por sentidos intrínseca à complexa relação entre os meios de comunicação e as fontes.

Maia (2008, p. 99), ao abordar o processo de mediação realizado pelos meios de comunicação, afirma que estes não são “meros condutores” de informação para outras fontes, mas funcionam como organizadores da agenda pública, o que envolve uma seleção e atribuição de sentido às mensagens transmitidas. Além disso, envolve um quadro complexo de disputa entre grupos de interesse.

A autora endossa a utilização da teoria do enquadramento “quando se trata de conhecer melhor a disputa entre os atores sociais para interferir na produção de bens simbólicos da mídia (...)” (MAIA, 2008, p. 100). Os textos midiáticos decorrem, portanto, de princípios que estruturam os sentidos, em articulação com as relações sociais. Princípios esses que são concorrentes, provindos das fontes e da própria mídia. Assim, a visibilidade proporcionada pela imprensa aos eventos é vista por Maia como uma arena onde diversos grupos sociais e instituições disputam a construção de sentidos a respeito da vida pública.

Tomando por base, portanto, que é inerente à produção jornalística o enquadramento dos acontecimentos da vida real em notícia e que a visibilidade dada pela mídia aos fatos decorre de uma disputa de atores sociais pela interferência na produção de sentidos, é plausível apreender-se, no caso da atuação do presidente em política externa, que este último é um ator que se sobressai na hora de determinar a agenda de discussão.

Conforme Entman (2002), o conhecimento prévio dos receptores da notícia aumenta ou suaviza os efeitos do enquadramento noticioso. Ao levarmos em conta, portanto, que a população ainda detém um baixo grau de conhecimento sobre política externa (RISSE-KAPPEN, 1991; HILL, 2003; SOROKA, 2003; FARIA, 2008), é de se esperar que o presidente, ao exercer uma diplomacia presidencial intensa, não só atrai uma maior cobertura da imprensa, como tem em suas mãos a capacidade de direcionar a atribuição de significados a determinados temas. Especialmente, como já visto, se o mandatário estabelece claras prioridades em política externa, o que aumenta seu poder de influência (PEAKE, 2003; ROBINSON, 1999, 2001).

Assim sendo, o próximo capítulo avaliará as matérias publicadas pela Folha de S. Paulo, a partir do suporte teórico do enquadramento, com relação à diplomacia presidencial exercida por FHC e Lula, com o escopo de destacar a interpretação e os enfoques dados pelo jornal impresso às viagens presidenciais.

4. A FOLHA DE S. PAULO E AS VIAGENS PRESIDENCIAIS

Pressupõe-se que o exercício da diplomacia presidencial de forma intensa, conforme exposto nos capítulos anteriores, atrai maior cobertura midiática. Quanto mais consolidada e baseada em diretrizes claras é a política externa conduzida pelo mandatário, maior sua capacidade de influenciar a opinião pública e os meios de comunicação (PEAKE, 2003; ROBINSON, 1999, 2001). Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar o posicionamento do periódico Folha de S. Paulo com relação aos compromissos internacionais dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Para analisar a cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens presidenciais de FHC e Lula, este trabalho adotará como suporte teórico a Teoria do Enquadramento, discutida no Capítulo 3, a partir do pressuposto de que os meios de comunicação constroem quadros referenciais que direcionam a interpretação e a discussão dos receptores (SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007).

4.1. Metodologia

O tema proposto nesta pesquisa implica a realização de um estudo empírico com viés qualitativo, visto que a preocupação desta é a compreensão e interpretação dos sentidos que a Folha de S. Paulo deu à intensificação da diplomacia presidencial realizada por Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva e, mais especificamente, às suas viagens internacionais. Isso porque parte-se do pressuposto de que a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como um ato subjetivo de construção do conhecimento, baseada na interpretação, no estabelecimento de nexos causais e na atribuição de significados aos fenômenos estudados. Conforme observa Boaventura de Sousa Santos (1988) acerca do caráter subjetivo da ciência social:

(...) tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais. (SANTOS, 1988, p.7).

Para tanto, a primeira fonte de informação do trabalho foi uma pesquisa exploratória no jornal impresso Folha de S. Paulo. Optou-se por esse veículo, primeiramente, por estar entre os jornais diários de maior tiragem e circulação nacional. De acordo com dados do

Grupo Folha²⁹, números auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) sobre circulação paga, de dezembro de 2011, mostram que a média diária de comercialização da publicação de segunda-feira a domingo é de 286.398 exemplares; especificamente aos domingos a média é de 317.164 exemplares; e nos dias úteis é de 281.270. A mesma pesquisa foi publicada pela Associação Nacional de Jornais³⁰, a qual mostra que a Folha de S. Paulo, no ano de 2011, ocupou a segunda posição entre os jornais de maior circulação no Brasil (com a tiragem média de 286.398 exemplares por dia), ficando atrás apenas do jornal Super Notícia, com a média diária de 293.572 exemplares.

Outro elemento importante é o fato do veículo representar o maior conjunto urbano do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) apontam São Paulo como “grande metrópole nacional”, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007.

Levou-se em conta, ainda, a facilidade de acesso às edições do jornal, que se encontram disponíveis em formato eletrônico no site da Folha de S. Paulo (<http://acervo.folha.com.br/fsp>). Ressalta-se que esta pesquisa seria consideravelmente complementada com a possibilidade de uma análise comparativa entre mais de um veículo impresso nacional, como se aventou em um primeiro momento, entre a Folha e O Globo. Contudo, isso não foi possível devido à dificuldade de acesso aos arquivos do jornal O Globo, o que resultou na eliminação da pretensão inicial.

A metodologia foi utilizada dentro de uma perspectiva interseccional, ou seja, a pesquisa está localizada em um tempo determinado. Para a definição dos recortes da análise, esta pesquisa realizou uma cronologia das viagens oficiais ao exterior realizadas por FHC e Lula na integralidade de seus mandatos, com base em fontes oficiais e em trabalhos de analistas sobre o tema, além de consultas à mídia impressa (Apêndice A). É necessário explicitar, contudo, que diante do fato de a maioria das fontes consultadas não abranger a completude das viagens internacionais, torna-se previsível a ocorrência de possíveis lacunas com relação ao número de visitas realizadas³¹. O trabalho ainda adotou a tipologia da diplomacia dos encontros elaborada por Danese (1999) para classificar cada deslocamento e, assim, selecionar os recortes para análise das viagens. São 18 modalidades:

²⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em mar. 2012.

³⁰ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em mar. 2012.

³¹ Esta compilação das viagens internacionais encontra-se sintetizada na Tabela 1 deste trabalho, já apresentada no Capítulo 2.

1. *Viagem de candidato (a presidente, a primeiro ministro);*
2. *Viagem de presidente-eleito:*
 - a) *viagem de trabalho, como parte de um projeto diplomático e de apresentação das políticas a serem seguidas pelo novo governo no plano internacional;*
 - b) *viagem de lazer, protocolar;*
3. *Visita privada (eventualmente com encontro com autoridades locais);*
4. *Posses presidenciais e coroações;*
5. *Funerais de Estado;*
6. *Atos comemorativos:*
 - a) *unilaterais (por exemplo, as festividades do bicentenário da Revolução Francesa, em Paris, em 1989);*
 - b) *bilaterais;*
 - c) *multilaterais (comemorações do VE_Day, Cinquentenário da ONU);*
7. *Escala técnica com contato oficial;*
8. *Visitas bilaterais unitárias, nas três categorias usualmente utilizadas pelos protocolos:*
 - a) *visita de Estado;*
 - b) *visita oficial;*
 - c) *visita de trabalho;*
9. *Encontros bilaterais regulares, alternando a sede;*
10. *Encontros bilaterais paralelos a compromissos regionais ou multilaterais;*
11. *Encontros sub-regionais paralelos a compromissos regionais ou multilaterais;*
12. *Encontros de fronteira:*
 - a) *do lado do país do mandatário;*
 - b) *do outro lado da fronteira;*
 - c) *nos dois lados alternadamente;*
 - d) *em cidade de um dos dois países próxima à fronteira;*
13. *Encontros regionais e sub-regionais:*
 - a) *regulares, figurando como itens obrigatórios nas agendas dos mandatários (por exemplo, as reuniões presidenciais do Grupo do Rio, as cúpulas da OUA);*
 - b) *ad hoc, em função de problemas tópicos ou em preparação para outros encontros maiores (por exemplo, as reuniões presidenciais do Tratado de Cooperação Amazônica e do Mercosul em preparação da Rio-92, ou a Cúpula Hemisférica de Miami, OUA Cúpula do Desenvolvimento Sustentável);*
14. *Encontros de coalizões limitadas ou coalizões pluriregionais:*
 - a) *regulares (por exemplo, as cúpulas do G-8, do Grupo dos 15, do MNA);*
 - b) *ad hoc (os summits da Segunda Guerra Mundial, a cúpula sobre terrorismo);*
15. *Mecanismos permanentes de coordenação de macro-políticas (MERCOSUL, União Europeia);*
16. *Encontros multilaterais e grandes conferências mundiais de cúpula;*
17. *Viagens unilaterais para participação em seminários internacionais, em atividades acadêmicas ou contatos empresariais;*
18. *Viagem para a tratamento de saúde. (DANESE, 1999, pp. 402-404).*

É importante ressaltar o fato de que são comuns as combinações entre as modalidades, conforme observa Danese (1999), ao citar, por exemplo, que uma visita bilateral pode ser vinculada a uma multilateral, ou estender-se a um compromisso unilateral na região ou, ainda, agregar uma escala técnica, por exemplo. Em outras palavras, é comum os presidentes realizarem viagens com múltiplos propósitos.

Cabe assinalarmos, ainda, que a tipologia apresentada parece não esgotar o leque de alternativas possíveis, uma vez que, por exemplo, nela não nos parece possível encaixar o encontro que o presidente Lula teve com lideranças sindicais dos EUA (em 24 de dezembro de 2003) e o encontro com a comunidade brasileira em Nagóia, Japão (em 28 de maio de 2005) (FARIA e RIBAS, 2011, p.13).

Assim, este estudo elegeu dois recortes para análise, as viagens de FHC e Lula para as Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU) e as visitas à Venezuela após a posse do presidente Hugo Chávez.

Em um primeiro momento avaliou-se a cobertura das viagens dos presidentes para participação das Assembleias Gerais da ONU por se tratar de um evento que faz parte de uma agenda permanente, sendo, inclusive, desde 1949, competência do Brasil pronunciar o discurso de abertura. Desse modo, o primeiro *corpus* de pesquisa foi constituído pelo material jornalístico publicado nos seguintes períodos: Do período Cardoso, no qual foram realizadas oito Assembléias Gerais e uma Especial, analisaram-se as duas conferências em que FHC esteve presente, a 20ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, sobre o tema das drogas, realizada em 8 junho de 1998 (quarto ano do primeiro mandato), e a 56ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 10 novembro de 2001 (terceiro ano do segundo mandato), quando o então presidente brasileiro proferiu o discurso de abertura.

Como Lula esteve presente em todas as oito Assembleias Gerais da ONU ocorridas durante os seus dois mandatos, esta pesquisa optou por fazer um paralelismo com aquelas em que Cardoso esteve presente levando-se em conta o mesmo tipo de conferência e o mesmo ano de realização referente ao período de mandato de oito anos. Dessa maneira, foram selecionadas a 60ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 15 de setembro de 2005, que também contou com cerimônias especiais, nesta ocasião pelo seu sexagésimo aniversário, e a 64ª Assembleia Geral da ONU, devido ao ano de realização (23 de setembro de 2009), o penúltimo ano do segundo mandato do presidente.

A opção por avaliar a cobertura das atuações de FHC e Lula nas Assembleias Gerais da ONU se justifica pelo fato de que conferir ao Brasil um papel relevante no cenário internacional sempre fez parte da agenda de política internacional do país. Conforme apontado por Lima (2005a), o modelo de Estado autônomo, alcançado por meio da defesa da integridade física e da soberania territorial do país, além de sempre ter permeado a política externa brasileira, conta com a legitimação das elites.

Outro ponto destacado pela autora é o fato de que o Brasil foi precoce ao buscar ter voz nos espaços de discussão de grandes questões internacionais em relação aos seus vizinhos hispânicos, já a partir da segunda metade do século XIX, período que marcou início dos

esforços de coordenação multilateral, notadamente a partir do Congresso de Viena (1815). Lima (2005a) salienta que essa precocidade não resultou em uma capacidade de influenciar as discussões de questões internacionais, prerrogativa reservada às grandes potências, mas trouxe um aprendizado para as negociações multilaterais e abriu oportunidades para participação do país em fóruns mundiais.

Nesse sentido, na década de 1990, a agenda diplomática brasileira passou também a versar sobre a reforma da Organização das Nações Unidas e a ampliação do número de membros permanentes no Conselho de Segurança desta entidade, com a busca por tornar o Brasil um dos membros permanentes do órgão. “A aspiração de transformar o Brasil em um ator global é absolutamente consensual na ‘comunidade brasileira de política externa’, de acordo com dados de um *survey* de elites realizado entre março e agosto de 2001” (LIMA, 2005a, p.9).

As pesquisas sobre a opinião das elites brasileiras em política externa, nas quais Lima (2005a) baseou o seu estudo, assinalam que a pretensão de conferir ao Brasil um papel relevante no cenário internacional é inerente à própria identidade nacional, tal como construída pelas elites. “A identidade internacional do país nada mais é que a projeção de sua identidade nacional, daí sua continuidade ao longo do tempo” (LIMA, 2005a, p. 11).

Outro ponto importante é o fato de que as diretrizes da política externa dos governos FHC e Lula caracterizaram-se mais pela continuidade que pela mudança substancial de rumos, diferenciando-se em ênfase, principalmente. Dessa forma, destaca-se a prioridade dada por ambos os governos à estabilização econômica, à consolidação da democracia e ao avanço da inserção internacional do país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; BARNABÉ, 2007; SOUZA, 2009).

O segundo recorte adotado por esta pesquisa, por outro lado, abrangeu uma agenda inicialmente vista como polêmica: as viagens à Venezuela após a posse de Hugo Chávez, em fevereiro de 1999. Isso porque, conforme assinala Souza (2009), há uma nítida divisão de opiniões quanto ao relacionamento com a Venezuela Chavista, bem como ao alcance da proposta brasileira de integração profunda da América do Sul e do ingresso da Venezuela ao Mercosul.

Portanto, do período Cardoso selecionou-se a cobertura da Folha sobre a viagem realizada em 6 e 7 de abril de 2000, para uma visita bilateral, e o deslocamento do dia 13 de agosto de 2001, em que o motivo principal fora a cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela, na cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen. Cabe

ressaltar que essas foram as únicas viagens feitas por Cardoso à Venezuela após a posse de Chávez.

Lula, por sua vez, realizou 14 viagens à Venezuela, todas elas durante o governo Chávez. Assim, esta pesquisa optou novamente por um paralelismo com as viagens realizadas por FHC para se selecionarem as viagens a serem analisadas, desta vez seguindo o critério de se examinar viagens com propósitos semelhantes. Optou-se, portanto, pela primeira visita bilateral realizada pelo presidente Lula, em 26 de agosto de 2003, e pela viagem realizada em 13 de agosto de 2006, em função da cerimônia de inauguração de uma segunda ponte sobre o rio Orinoco, em Puerto Ordaz.

Brasil e Venezuela são hoje parceiros fundamentais, especialmente para o processo de integração econômica regional (FUCCILLE, 2008). Contudo, consoante Fuccille (2008), as áreas de defesa e de segurança regional ainda detêm alguns problemas, já que a Venezuela chavista defende bandeiras como o anti-americanismo, a implementação de uma nova doutrina militar e o armamentismo, comportamento que demanda atenção especial do Brasil.

A Venezuela, particularmente a Venezuela do governo Chávez, representa ao mesmo tempo um parceiro e um concorrente; que tanto agrega benefícios quanto traz constrangimentos políticos em relação aos outros países da região e em relação à opinião pública interna do Brasil. Por outro lado, não há como pensar o subcontinente sem a presença da Venezuela. Nem no aspecto da integração política – cenário no qual a Venezuela tem sido protagonista – nem no cenário das diversas dinâmicas de integração econômica – cenário no qual os hidrocarbonetos venezuelanos desfrutam de grande importância (FUCCILLE, 2008, p. 4).

De acordo com Souza (2009), determinadas iniciativas em política externa no governo Lula geraram discordâncias e repercussões negativas na opinião pública brasileira, como a contestação da política de cooperação aprofundada na América do Sul diante de eventos como a admissão da Venezuela ao Mercosul ou quando o presidente boliviano, Evo Morales, nacionalizou as refinarias da Petrobras na Bolívia. Segundo o autor, esses episódios geraram críticas no sentido de que o interesse nacional havia sido desfavorecido em função de simpatias ideológicas ou de benevolência para se evitar atritos, “projetando na política externa as polarizações da política doméstica (SOUZA, 2009, p. 124).

Vizentini (2005) levanta um ponto importante referente à relação entre Brasil e Venezuela. Segundo o autor, independente do governo empossado em qualquer um dos dois países, as relações sempre foram “intensas e amistosas”.

Acordos sobre controle de fronteira, complementação econômica, integração das redes de transporte e de energia foram estabelecidos entre Caracas e Brasília já em

1994, durante os governos Itamar Franco e Rafael Caldera (Protocolo La Guzmara) (VIZENTINI, 2005, p. 391).

De acordo com Vigevani, Oliveira e Cintra (2004), a posição assumida pelo governo FHC pela defesa da democracia durante a greve geral venezuelana iniciada no fim de 2002, como desdobramento de uma crise econômica e da tentativa de um golpe militar, resultou em certa convergência com o governo Lula, prestes a ser empossado.

Já no governo Lula, diante da persistência da crise institucional venezuelana comandada pela oposição ao governo Chávez, o Brasil encaminhou ajuda ao país e propôs a criação de um Grupo de Países Amigos da Venezuela, em apoio à mediação da Organização dos Estados Americanos (OEA) – o grupo incluiu Brasil, EUA, Chile, México, Portugal e Espanha.

A proposta brasileira gerou críticas da oposição daquele país e certo desconforto por parte dos EUA. Washington foi surpreendida pela agilidade da diplomacia brasileira e procurou assumir a iniciativa como forma de minimizar a emergente liderança sul-americana do Brasil. (VIZENTINI, 2005 p. 390).

Assim, este trabalho optou para analisar a cobertura da Folha sobre as viagens dos presidentes brasileiros à Venezuela após a posse de Hugo Chávez devido ao fato de que, desde então, alguns pontos da relação entre os dois países passaram a dividir opiniões.

Cabe enfatizar que esta pesquisa quantificou toda a produção jornalística da Folha de S. Paulo publicada nos períodos selecionados que mencionou a atividade presidencial no exterior. Contudo, entende-se que nem todas as reportagens, artigos ou editoriais que tratam de compromissos internacionais do presidente realmente analisam temas relacionados à política externa ou à diplomacia presidencial (CERQUEIRA, 2005). É prática comum nas coberturas das visitas ao exterior a repercussão de pautas domésticas apuradas com o presidente fora do país (DANESE, 1999), o que não faz parte do escopo da pesquisa. Portanto, foram selecionados para análise os textos jornalísticos que enfocaram essencialmente a visita internacional do presidente, assim como discussões de pautas relacionadas à política externa do país (CERQUEIRA, 2005).

Conforme explica Bauer (2002), a pesquisa por meio de amostragem de agrupamento, sistematicamente selecionada, é melhor que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso: “Sempel (1952) mostrou que 12 edições, selecionadas aleatoriamente, de um jornal diário, fornecem uma estimativa confiável do perfil de suas notícias anuais” (BAUER, 2002, p. 197).

Visto que o escopo deste trabalho é analisar as matérias veiculadas nos períodos selecionados para se avaliar como a Folha de S. Paulo se posicionou com relação à diplomacia presidencial desenvolvida por FHC e Lula, a pesquisa também adotou o método quantitativo, uma vez que mensurou o número de notícias publicadas para fim de comparação.

Conceitualmente, a técnica a ser empregada se baseia no que Sartori (1994) defende sobre método comparativo, definindo-o como chave para se explicar, entender e interpretar um objeto, mais especificamente como uma forma de controle das generalizações. O autor defende que comparar requer critério para se encontrarem objetos realmente comparáveis e, ainda, para se analisar aspectos que permitam se perceber não apenas as singularidades dos objetos, mas também outras possibilidades de generalização.

Ainda consoante Sartori (1994), o método comparativo e o estudo de caso são mecanismos complementares. O autor afirma que os estudos de caso devem ser implicitamente comparativos. “Em essência o caso é expressamente escolhido ou porque parece útil para se gerarem hipóteses ou porque é ‘crucial’ na hora de confirmar ou não confirmar uma teoria.” (SARTORI, 1994, p.45, tradução nossa)³².

Para se considerar o discurso jornalístico adotado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a cobertura das viagens presidenciais de FHC e Lula, este trabalho analisou as reportagens (matérias principais e retrancas³³), as notas, os artigos de opinião, os editoriais e as charges que tratavam das viagens internacionais presidenciais, com base em estudo realizado por Freitas e Pires (2009), que demonstram a impossibilidade de se desenvolver uma reflexão sobre “opinião jornalística” analisando-se apenas os espaços a ela destinados (editoriais e artigos de opinião).

Entende-se que a “opinião jornalística” – que não se reduz aos termos “jornalismo de opinião” ou “jornalismo opinativo” – está presente no jornalismo, qualquer que seja seu formato, ainda que em maior ou menor grau, de forma mais ou menos explícita. (FREITAS e PIRES, 2009, p. 130).

A pesquisa, dessa forma, considerou todos os gêneros presentes em uma edição do jornal porque, conforme observam Freitas e Pires (2009), a comparação entre as diferentes narrativas contidas em um veículo impresso, em uma edição e também ao longo de um período, possibilita observarem-se as estratégias enunciativas dos jornais.

³² *En esencia el caso se elije expresamente o porque nos resulta útil para generar hipótesis o porque es ‘crucial’ a la hora de confirmar o no confirmar una teoría.*

³³ Retrancas, no jargão jornalístico, são subdivisões do texto da reportagem, como capítulos agrupados por temas, coordenados com a matéria principal e com a intenção de aprofundá-la.

A avaliação da cobertura das viagens internacionais realizadas por Cardoso e Lula foi fundamentada em um critério de valoração ou valência da notícia (ALDÉ, 2004), levando-se em conta o conteúdo das informações com relação à viagem em si, seus propósitos ou resultados. O critério valorativo estabelecido por Aldé (2004) classifica as notícias como *positivas* (matérias que contenham predominantemente avaliações do autor da matéria ou de terceiros favoráveis, de ordem moral, política ou pessoal), *neutras* (notícias sem avaliação moral, política ou pessoal, predominantemente) e *negativas* (matérias em que prevaleça a reprodução de ressalvas, críticas ou ataques, contendo avaliação de ordem moral, política ou pessoal).

Ainda de acordo com a classificação valorativa de Aldé (2004), para se avaliar os elementos presentes em um texto, deve-se seguir a seguinte orientação:

(...) quando uma matéria tem elementos positivos e negativos, prevaleceria: positiva, se há mais elementos positivos do que negativos; negativa, se há mais elementos negativos do que positivos; neutra, se há equilíbrio entre os elementos positivos e negativos. Elementos editoriais de destaque, como títulos, subtítulos e legendas, por exemplo, prevalecem sobre o corpo da matéria (ALDÉ, 2004, p. 114).

É ainda ilustrativo afirmar que, segundo Bauer (2002), a análise de conteúdo reduz a complexidade de um conjunto de textos. “A classificação sistemática e a contagem de unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características” (BAUER, 2002, p. 191).

Herscovitz (2007), ao também tratar da análise de conteúdo em jornalismo, assevera que esta é resultado da observação de aspectos quantitativos e qualitativos e auxilia na identificação de “tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERSCOVITZ, 2007, p. 123).

Porém, conforme argumentado por Porto (2002), o enfoque tradicional do paradigma da objetividade³⁴ é insuficiente para o estudo da relação entre mídia e política, surgindo como alternativa à teoria do enquadramento, já discutida com maior amplitude no capítulo 3. Dessa forma, o trabalho adotou a estratégia de análise apresentada pelo autor, a partir da identificação dos chamados “enquadramentos noticiosos”, que constituem em:

³⁴ O Paradigma da Objetividade consiste na transmissão, pela mídia, das informações de forma imparcial e objetiva, sem a influência de valores, ideologias, ou opiniões. Além disso, pressupõe-se o relato fiel ao acontecimento noticiado (PORTO, 2002).

padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, esse seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros (PORTO, 2002, p.15).

A pesquisa identificou alguns padrões de enquadramento no que se refere à cobertura das viagens oficiais internacionais dos presidentes, com base nos estudos de Porto (2007) e Rothberg (2007) – a) Episódico, b) Temático, c) Oficialista e d) do Jogo:

a) Enquadramento *Episódico*: apresenta aspectos apenas circunstanciais do fato apresentado, sem tocar nas questões propriamente políticas. São enquadramentos que possuem um forte foco em eventos. No caso da cobertura das viagens internacionais dos Presidentes da República, o ângulo da matéria com enquadramento episódico é voltado essencialmente para a agenda de trabalhos do presidente durante sua viagem.

b) Enquadramento *Temático*: o enfoque da matéria é voltado para os aspectos concretos da política pública, as ações e decisões dos mandatário, situados em um contexto. "Enfim, o enquadramento temático envolve pluralismo e equilíbrio" (ROTHBERG, 2007, p.6). Segundo Porto (2002), o enquadramento temático destaca um contexto analítico mais geral e vai além dos "fatos".

c) Enquadramento *Moral*: envolve críticas morais aos acontecimentos. No material analisado, encontraram-se enquadramentos morais com julgamentos positivos e negativos.

d) Enquadramento *Oficialista*: utiliza um recorte alinhado ao ponto de vista do governo.

e) Enquadramento *do Jogo*: foca os termos estratégicos das políticas e ressalta as intenções e cálculos dos mandatários.

A abordagem adotada se encaixa no método definido por Matthes e Kohring (apud MAIA; VIMIEIRO, 2011) como dedutivo, já que se optou por identificar enquadramentos presentes na literatura e codificá-los em uma análise de conteúdo padronizada.

É importante destacar que esta pesquisa considerou matérias principais e retrancas separadamente, pois é comum se encontrar conteúdos com diferentes classificações em uma mesma reportagem. Conforme instrui o Manual de Redação e Estilo do jornal O Globo, “[c]ada parte precisa ter vida própria, mas é defeito grave repetir dados que já aparecem em

outras; em cada retransmissão, bastam referências abreviadas a tudo que já foi abordado em detalhe nas outras” (GARCIA, 2000, p.37).

Portanto, o trabalho aliou uma abordagem com foco em Análise de Política Externa aos Estudos da Comunicação para se analisar a diplomacia presidencial, especificamente sob a vertente das viagens internacionais. Essa adoção da interdisciplinaridade para produção do conhecimento encontra respaldo nos estudos de Santos (1988), o qual afirma que o aspecto interdisciplinar é oriundo do esgotamento de um padrão de racionalidade advindo das ciências naturais, que prioriza a especialização. Dito de outra maneira, em contraposição à ideia de que quanto mais restrito o objeto de estudo, mais rigoroso será o conhecimento sobre ele, o autor afirma que não basta o conhecimento ser produzido a partir de um único objeto ou em um único campo disciplinar, mas é também necessário que se investigue a pluralidade de possibilidades a serem exploradas no estudo.

4.2. O perfil editorial da Folha de S. Paulo

Em seu Manual da Redação, a Folha de S. Paulo estabelece que o jornal, que possui “irradiação nacional”, direciona sua linha editorial para “um jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (FOLHA DE S. PAULO, 1996, edição online). O manual ainda destaca que, como empresa, a Folha adota uma atitude independente diante de grupos de poder.

Com relação à opinião pública, o jornal assevera que busca uma relação de transparência, “estimula o diálogo, a difusão de novas tendências e o desenvolvimento do próprio jornalismo” (FOLHA DE S. PAULO, 1996, edição online).

O que se busca é a notícia: o fato comprovado, relevante e novo. Quanto mais um fato puder gerar consequências para o mundo, para a sociedade ou para a maioria dos leitores, mais relevante ele é. Quanto mais inesperado, mais noticioso; quanto maior a força de quem está interessado em ocultá-lo, também (FOLHA DE S. PAULO, 1996, edição online).

O Manual da Folha (1996) ainda destaca a importância da edição de um jornal, ação que, de acordo com o documento, compreende selecionar e fazer opções para se realizar um “quadro completo e hierarquizado dos fatos jornalísticos”. A orientação do grupo é que se zele pela publicação de versões e pontos de vista discordantes, quando houver.

É importante ter-se em mente que não há como se fazer um jornalismo puramente imparcial, neutro (MELO, 1985). Melo destaca que a linha editorial de um veículo define a seleção da notícia a ser divulgada e isso se configura como um instrumento de parcialidade.

Ao escolher os assuntos a serem noticiados, omitem-se alguns e sobressaltam-se outros, o que é uma forma de se expressar a opinião, por meio do direcionamento da cobertura. Além disso, elementos como as fontes, as pautas e a edição contribuem para que se faça uma seleção do que noticiar e também da forma como isso será feito, o que leva a uma informação parcial.

Em entrevista ao então Ombusman da Folha, em maio de 1996, Marcelo Leite, o articulista do jornal Hélio Schwartsman, à época editor de Opinião, afirmou que o noticiário deve ser independente dos editoriais, espaços dedicados à opinião do jornal, e procurar ser o mais objetivo possível. Todavia, ele afirma que “de vez em quando se vê que a Folha editorializa um pouco as matérias, talvez indevidamente, ou então acaba publicando sem grifo (itálico) algo que deveria sair em grifo, como um sinal de que é algo mais opinativo e menos noticioso” (LEITE, 1996, p.1).

O Manual da Redação do veículo integra o “Projeto Folha”, um conjunto de medidas adotadas pelo periódico a partir da década de 1980 com o objetivo de implantar uma nova política editorial e profissionalizar a redação (PINTO, 2012). Conforme aponta Arbex Jr. (2001), a implantação do Projeto Folha representou uma considerável mudança de rumos no mercado jornalístico brasileiro, voltada para estratégias empresariais e editoriais, consequência do rápido crescimento do grupo como uma grande empresa de comunicação.

Esse crescimento tem como pano de fundo uma “revolução” operada na FSP no mercado jornalístico brasileiro, cujo programa político e ideológico está expresso no Projeto Folha. Sua implantação introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo das várias décadas nos Estados Unidos e na Europa. O Projeto Folha, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial. Não se deveu a uma mera coincidência o fato de sua implantação ter acontecido ao longo dos anos 80, embora ele já estivesse em gestação desde os anos 70. Foi a década de expansão do neoliberalismo, no cenário internacional, e de profundas transformações políticas no Brasil (1984 foi o ano das Diretas já, momento em que a democratização do país exigia uma redefinição dos rumos que a imprensa nacional teria de adotar após duas décadas de ditadura). Nem foi ao acaso a nomeação, em 24 de maio 1984, de Otávio Frias Filho como diretor de redação: apesar da retórica e dos métodos supostamente “modernizadores” adotados pela FSP, a empresa preservava seus traços fortemente marcados por uma estrutura familiar de poder. (ARBEX JR., 2000, pp. 141 – 142).

Vale lembrar que a Folha foi o primeiro jornal da grande imprensa brasileira a apoiar abertamente a campanha das Diretas Já pela redemocratização do país e a cobrir as manifestações populares (NOVELLI, 1994), porém, conforme atesta Arbex Jr. (2001), essa foi uma estratégia de marketing para sedução do leitor. A postura do jornal não tinha como pano de fundo um ideal político, mas ações de uma empresa capitalista, com o objetivo de se vender como um jornal diferente dos demais (de fato a Folha foi classificada como o “jornal

das diretas”) e de demonstrar ao mercado a sua capacidade de formar opinião (NOVELLI, 1994; ARBEX JR., 2001).

O que provocou surpresa e às vezes revolta nas mudanças propostas pelo Projeto Folha em 1984 não foram os postulados editoriais, mas o fato de o jornal se assumir abertamente como produto, sujeito, portanto, às leis de mercado e à ênfase dada a questões técnicas e procedimentos, como metas, normas e mecanismos de controle (PINTO, 2012, p. 1).

A primeira versão do “Manual da Redação” do jornal, publicada em agosto de 1984, foi o primeiro do gênero a ser posto à venda no Brasil. No livro, segundo Arbex Jr. (2001), fica explícita a diretriz neoliberal do veículo, bem como a opção político-mercadológica adotada pelo impresso como linha editorial, como no verbete “mandato do leitor”:

mandato do leitor - Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

Novelli (1994) ressalta o fato de que a Folha de S. Paulo deixava transparecer, de 1978 a 1984, uma preocupação maior com questões relativas à conjuntura política, econômica e social do país, característica que, a partir de 1984, foi substituída por um foco maior em questões técnicas e operacionais. “Para a inserção da imprensa, na lógica do mercado, é preciso que a atividade jornalística abandone sua antiga aura mítica e absorva padrões de racionalidade e eficiência” (NOVELLI, 1994, p. 147), medidas alcançadas, primeiramente, por meio do Manual da Redação.

A partir do Projeto Folha, a tiragem do jornal aumentou consideravelmente, de acordo com Novelli (1994), o que confirmou o êxito da instituição de uma lógica mercadológica para nortear a produção da informação. Porém, a autora questiona o objetivo apresentado no Projeto Folha de se fazer um “jornalismo crítico, pluralista apartidário e moderno”, ao afirmar que esses conceitos possuem uma grande carga subjetiva, ou seja, as informações transmitidas trariam implícitas opiniões e direcionamentos de interpretação. A autora ainda aponta que a base social da Folha é composta apenas por seu grupo de leitores, fato que fica explícito no Projeto Editorial do periódico, o que impede o estabelecimento de uma verdadeira ponte entre a esfera pública e a sociedade civil. Nesse sentido, passa a prevalecer uma relação privada entre produtor e consumidor da informação (NOVELLI, 1994).

Tal atitude faz com que o jornal abdique de seu lugar na esfera pública e se repositone na esfera privada. Esta caracterização leva a Folha a atuar como uma *news letter*, ou seja, um veículo de “comunicação dirigida” destinado a um consumidor privado e específico. A centralização no leitor leva também a um novo enfoque da notícia. Como o componente do interesse público é minimizado em relação ao interesse do leitor, a notícia passa por um processo de edição de acordo com o enfoque preferido por esse leitor (NOVELLI, 1994, p. 183).

Com relação ao tema específico de política externa brasileira, Jesus (2009) destaca que a linha editorial da Folha foi essencialmente crítica ao longo da história do veículo, especialmente após a redemocratização do país.

(...) particularmente em relação ao que seus editoriais classificavam como a incapacidade política dos diversos governantes brasileiros de definir políticas estratégicas de interesse nacional, bem como a falta de coesão entre os principais atores sociais quanto à elaboração de conteúdo e dos rumos da política externa brasileira na esfera econômica (JESUS, 2009, p. 190).

Ao analisar os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o tema de política internacional durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Jesus (2009, p. 198) afirma que, ao tratar da política externa conduzida pelo governo Cardoso, a Folha se posicionou de forma crítica, “evidenciando lacunas e deficiências na sua atuação e buscando uma posição mais ativa no processo de formulação dessa política”.

Consoante o autor, a análise do veículo era de que a agenda internacional do país se voltava primordialmente para as questões econômicas e carecia de maior envolvimento da sociedade e de setores empresariais na elaboração das estratégias de inserção internacional. Além disso, a Folha adotou, conforme Jesus (2009), postura crítica com relação à integração regional e participação do país na política internacional, considerada periférica. É interessante ressaltar, contudo, que, posteriormente, quando Lula priorizou a integração regional profunda, esta ação foi igualmente desaprovada.

O desenvolvimento dessas críticas, afirma Jesus (2009), deu-se com base na defesa de uma maior democratização da política externa brasileira e na crítica a uma falta de coordenação entre os principais atores envolvidos no processo de formulação da política externa, bem como da sociedade civil e da mídia.

Nesse sentido, a investigação exploratória que dá suporte a este trabalho segue esta linha de análise da cobertura da Folha de S. Paulo, especificamente sobre as viagens internacionais de FHC e Lula, destacando o grau de apoio ou rejeição às ações dos governantes. Assim, a seção a seguir expõe a análise realizada sobre a cobertura da Folha nos

períodos selecionados dos governos FHC e Lula, especificamente as viagens para participação em Conferências da ONU e as visitas à Venezuela Chavista.

4.3. Coberturas sobre as viagens presidenciais para participação na Assembleia Geral da ONU

4.3.1. FHC na Assembleia Geral da ONU

Fernando Henrique Cardoso esteve presente em duas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas durante seus dois mandatos, a primeira vez na 20ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, sobre o tema das Drogas, realizada em 8 junho de 1998 (quarto ano do primeiro mandato), e a segunda na 56ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 10 novembro de 2001 (terceiro ano do segundo mandato), quando proferiu o discurso de abertura.

As coberturas da Folha das duas viagens de FHC aos Estados Unidos para participação nas conferências compreenderam um total de 29 peças jornalísticas, entre matérias principais, retrancas, artigos opinativos, notas e charges.

Dos 12 dias de cobertura, considerados os dois deslocamentos, sete edições trouxeram chamadas de capa, o que demonstra o destaque dado à cobertura quando o presidente está presente no evento. Vale notar que as edições que não trouxeram chamada de capa foram as primeiras ou últimas da cobertura, que continham anúncios das viagens ou suítes (repercussões) das matérias anteriores. Além disso, nove matérias trouxeram fotos ou ilustração.

Tabela 2: Cobertura das duas viagens de FHC para a Assembleia Geral da ONU – Enquadramento

ENQUADRAMENTO	Nº	%
Oficialista	10	34,48%
Episódico	6	20,68%
Temático	1	3,44%
Moral	10	34,48%
Jogo	2	6,89%
TOTAL	29	100%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Cobertura das duas viagens de FHC para a Assembleia Geral da ONU – Conteúdo

CONTEÚDO	Nº	%
Positivo	16	55,17%
Neutro	7	24,13%
Negativo	6	20,68%
TOTAL	29	100%

Fonte: Elaboração própria

Seguindo o critério de valoração proposto por Aldé (2004), como já destacado neste capítulo, de um universo de 29 peças jornalísticas, 16 (55,17%) foram consideradas positivas com relação às viagens internacionais de Cardoso, sete (24,13%) neutras e seis (20,68%) negativas. O primeiro ponto observado foi o número elevado de conteúdos considerados positivos (55,17% das matérias), sendo a maioria com enquadramento oficialista, ou seja, o jornal adotou o discurso do governo ao divulgar o evento. Alguns outros cruzamentos, ainda que não estejam sistematicamente apresentados, merecem destaque, como o fato de todos os textos com conteúdo negativo, entre eles duas charges, terem o enquadramento classificado como moral, o qual teve o mesmo número de incidência que o enquadramento oficialista (34,48% das matérias).

O primeiro deslocamento analisado, durante a 20ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, foi repercutido a partir do dia 7 de junho até o dia 10 de junho de 1998, começando um dia antes do evento principal e se estendendo dois dias após o encerramento da visita, com um total de 10 textos. É importante destacar que as variáveis contextuais afetam diretamente a cobertura. Neste caso, a viagem ocorreu em uma data próxima às eleições majoritárias no Brasil, realizadas em outubro de 1998, o que trouxe certa priorização pelo jornal a assuntos ligados à campanha eleitoral.

As duas primeiras edições trouxeram matérias neutras, com enfoque na agenda e nos compromissos da viagem, caracterizando enquadramentos episódicos. Já nas edições subsequentes notou-se, prioritariamente, a adoção do discurso do governo nas matérias. Quando estava em Nova York, Cardoso anunciou a criação da Secretaria Nacional Antidrogas, ação que foi transmitida de forma positiva pelo jornal, que deu destaque às falas do presidente em prol da iniciativa.

Na matéria principal sobre a Sessão Especial sobre Drogas, publicada no dia 9 de junho, o título e o bigode (subtítulo) dão o tom positivo da matéria: “FHC promete maior prevenção ao tráfico” e “Tucano anuncia criação da Secretaria Nacional Antidrogas, que atuará na recuperação de drogados”. Vale lembrar que o título e o bigode prevalecem sobre o corpo da matéria ao se fazer a classificação, devido ao maior destaque que possuem.

A matéria destaca o discurso proferido por FHC no evento e o anúncio da criação da Secretaria Nacional Antidrogas no Brasil, com diversas falas literais do presidente brasileiro. Citaram-se ainda encontros privados de FHC com outros mandatários. Contudo, cabe ressaltar que há uma crítica sutil ao presidente contida em apenas um parágrafo, de difícil percepção pelo grande público. Cita-se uma carta endereçada ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, assinada por 386 representantes de entidades brasileiras, entre eles representantes acadêmicos e o concorrente de FHC nas eleições daquele ano, Lula, na qual se critica o combate às drogas apenas pela criminalização e repressão. A resposta de Cardoso divulgada foi de que ele não havia lido a carta e que não sabia que Lula se interessava por aquele tema. Porém, é importante ressaltar que a percepção desses detalhes é possível apenas após leitura minuciosa.

Outro ponto explorado pelo veículo foi a boa aceitação de FHC internacionalmente. Em matéria sobre reunião entre Cardoso e executivos brasileiros e norte-americanos durante sua viagem, destacou-se a receptividade ao presidente brasileiro. Apesar da ameaça de aumento no déficit fiscal do Brasil à época, a matéria adotou o discurso do governo de que tudo estava sob controle.

Por favor, olhem com maior profundidade para o déficit antes de dizer que ele está fora de controle”, pediu o presidente. De um modo geral, a platéia foi muito simpática a FHC; os organizadores do evento, ainda mais. O secretário do comércio dos EUA no governo Bush, Robert Mosbacher, saudou o presidente com os maiores elogios possíveis (SILVA, 1998a, p.1-4).

A Folha também repercutiu jantar que o então presidente dos EUA, Bill Clinton, ofereceu a FHC em sua casa em Camp David. As declarações do porta-voz da Casa Branca, Mike McCurry, e de Cardoso são favoráveis ao encontro, ressaltam a relação entre os dois países e o prestígio dado ao mandatário brasileiro.

Nos dois lados, a reação ao encontro informal entre os dois líderes foi a melhor possível. McCurry disse que o fato de FHC ter sido “o único líder mundial que Clinton recebeu em Camp David, além do britânico Tony Blair, mostra como são próximas e positivas as relações entre nós”. Para FHC, o jantar, pernoite e café da manhã no refúgio que Clinton reserva só a amigos são uma “demonstração clara da enorme oportunidade histórica que existe nas relações entre os dois países e uma prova do amadurecimento, que o Brasil tem de pressentir, de seu enorme peso

político e econômico”. Dos 26 chefes de Estado e de governo que vieram aos EUA para a sessão especial da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas sobre o combate às drogas, só FHC foi convidado para um encontro longo com Clinton (SILVA, 1998b, p.1-4).

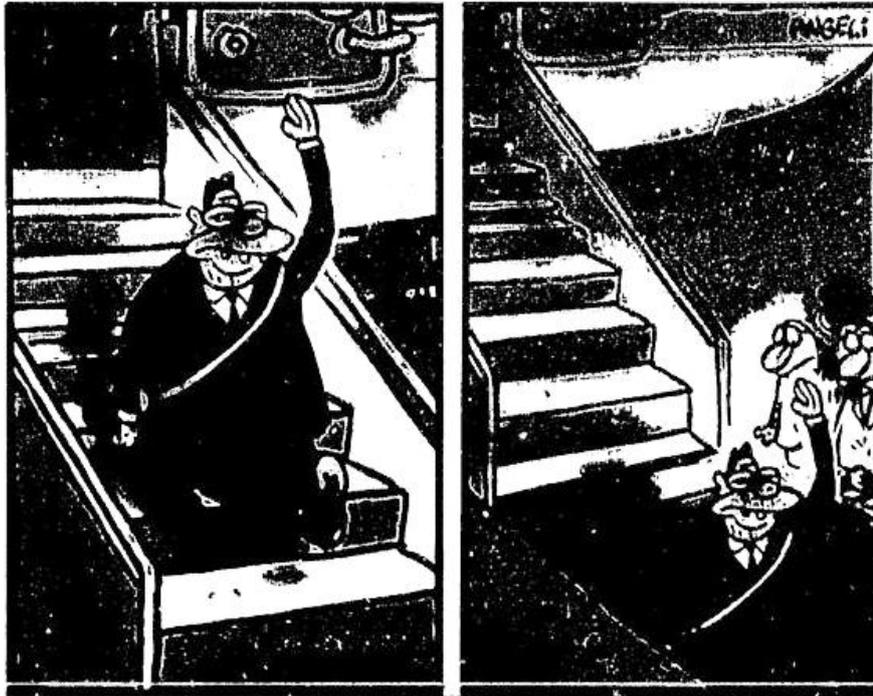
Avaliou-se positivamente, ainda, considerando a diplomacia conduzida pelo governo, a sugestão levada por FHC do uso de acordo realizado anteriormente entre Brasil e Argentina como proposta para se resolver o impasse que havia à época entre Índia e Paquistão sobre seus programas nucleares. É enfatizado o papel do Brasil na negociação internacional e cita-se que a proposta foi levada por FHC aos EUA. Vale destacar que a chamada de capa da edição, publicada em 10 de junho, foi para esta matéria em específico.

Na rivalidade nuclear entre indianos e paquistaneses, os países desenvolvidos e com arsenal atômico escolheram o subdesenvolvido Brasil para desempenhar uma dupla função: oferecer o acordo com a vizinha Argentina como modelo para negociar uma solução entre Índia e Paquistão e assumir um papel ativo nas negociações internacionais (NOGUEIRA, 1998, p. 1-12).

Apenas dois itens foram classificados como negativos na cobertura. O primeiro foi uma retranca coordenada com a matéria sobre as negociações entre Índia e Paquistão acima citada, composta por declarações de militares criticando a provável adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e as consequências para o país. Todavia, apesar de trazer críticas, por meio de declarações de fontes militares, o tom positivo da primeira matéria prevalece.

Já o segundo item negativo da cobertura foi uma charge do cartunista Angeli. Vale lembrar que o espaço opinativo de um veículo também lança mão das imagens, além dos textos, para atingir um público maior que aquele já acostumado a ler os gêneros opinativos convencionais. “No caso da imagem, que produz um impacto imediato, seja pela evidência, seja pelo eventual humorismo, nota-se uma participação consciente na captação do cotidiano” (MELO, 1985, p.121). A figura mostra FHC descendo do avião, saudando a população e, em um segundo momento, afundando em uma espécie de buraco, provavelmente em sua própria sombra (ressalta-se que a qualidade da imagem é ruim), qualificando, provavelmente, uma crítica à imagem interna do presidente.

Ilustração 1: FHC retorna ao Brasil após viagem aos Estados Unidos



Fonte: ANGELI FILHO, 1998

Já a cobertura da segunda viagem de FHC para participar da 56ª Assembleia Geral da ONU (10 novembro de 2001) começou no dia 7 de novembro de 2001 e terminou no dia 12 de novembro, começando, portanto, quatro dias antes do início do evento principal – o mesmo dia em que Cardoso iniciou sua viagem – e finalizando dois dias após o término do deslocamento, com um total de 19 textos.

Nas primeiras edições da cobertura, em que se anunciaram a viagem, os compromissos e intenções do governo brasileiro, prevaleceu o tom positivo. O primeiro dia de cobertura trouxe matéria que enfoca a estratégia em levar para os Estados Unidos o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Alberto Cardoso, para debates com o presidente George Bush sobre ações antiterroristas, configurando um enquadramento “do jogo”. Neste ponto, vale lembrar que os Estados Unidos haviam acabado de sofrer os ataques de 11 de setembro de 2001, fato que alçou o combate ao terrorismo como principal preocupação norte-americana.

A matéria destaca que o objetivo do governo brasileiro fora mostrar supostos avanços do Brasil na área de segurança, bem como reiterar seu apoio aos EUA. Tudo isso é apresentado como ações positivas da política externa brasileira. Contudo, nota-se que logo ao lado da matéria principal há uma nota em *box* a qual informa que a Polícia Federal brasileira ainda não havia prendido homem acusado pela procuradoria paraguaia de liderar o grupo

extremista libanês Hizbollah, por ainda não ter recebido acusações ou pedidos de prisão. Desta forma, é possível que quem leia a nota passe a reavaliar a primeira matéria, já que contradiz o discurso brasileiro destacado.

As edições seguintes também trouxeram enquadramentos “do jogo” ou oficialistas, especialmente por se publicar muitas falas literais do presidente, inclusive com matéria contendo a íntegra de entrevista concedida por Cardoso. Outro exemplo significativo foi a matéria publicada no dia 8 de novembro, com foco na estratégia do governo brasileiro em pedir um encontro entre Bush e FHC para fortalecer a influência internacional do Brasil, sendo citados, inclusive, alguns dos argumentos utilizados pelo Ministério das Relações Exteriores para se agendar a reunião.

Quando se encontrarem hoje no Salão Oval da Casa Branca, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e George W. Bush terão pouco tempo para conversar, muitos assuntos para tratar e estarão realizando um desejo único e exclusivo do governo brasileiro. (...) Para o governo brasileiro, os 30 minutos que irão durar a conversa de FHC com Bush, prevista para as 10h30 (13h30 em Brasília), deverão fortalecer a influência internacional e a visibilidade do Brasil num momento de transição e de instabilidade no mundo. Na visão oficial brasileira, os efeitos positivos do encontro com Bush serão complementados pelo discurso que Cardoso fará no sábado, em Nova York, na abertura da Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) (AITH, 2001a, p. A-13).

A matéria destaca uma boa posição do Brasil no cenário internacional:

“Nós pedimos o encontro e eles aceitaram imediatamente”, disse o embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa. (...) Devido à importância que afirmam dedicar ao Brasil no hemisfério, os EUA se esforçaram para abrir um espaço na agenda de Bush numa semana difícil (AITH, 2001a, p. A-13).

Na edição seguinte, porém, após o anunciado encontro entre FHC e Bush, o discurso do jornal é alterado. A matéria principal sobre a viagem traz um enquadramento classificado como moral e negativo, a começar pelo título: “FHC e Bush têm encontro superficial”. A conversa entre Cardoso e Bush foi classificada pela matéria como “amigável, mas morna”. O presidente estadunidense não concedeu entrevista ao lado de Cardoso, conforme estava previsto quando a reunião fora planejada, fato que levou a Folha a questionar o prestígio internacional do Brasil, noticiado pelo próprio veículo no dia anterior:

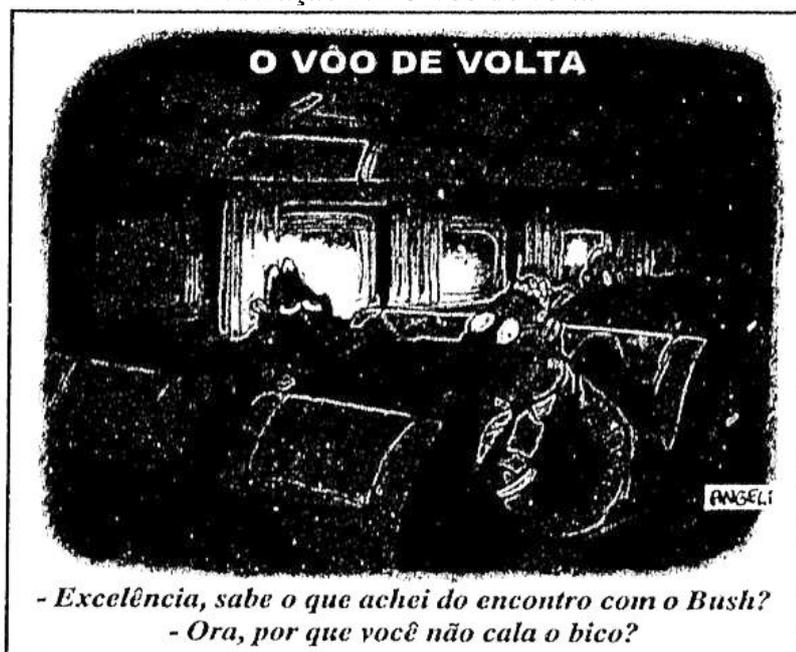
Bush, contrariamente ao que a Casa Branca havia previsto, cancelou a entrevista coletiva conjunta que faria com FHC no Rose Garden (Jardim das Rosas). Nos últimos dias, a entrevista conjunta havia sido anunciada pela diplomacia brasileira como um sinal de prestígio e projeção do Brasil no cenário internacional (AITH, 2001b, p. A-12).

Esta mesma edição trouxe artigo de opinião assinado por Nelson de Sá, então editor do caderno “Ilustrada” da Folha, que deixa clara a avaliação negativa sobre o encontro entre os presidentes brasileiro e estadunidense. O artigo destaca que a reunião entre FHC e Bush não teria alcançado todas as expectativas do presidente brasileiro e ainda critica entrevista concedida por Cardoso à CNN internacional.

Deu tudo errado. FHC se encontrou com George W. Bush, a pedido do próprio FHC, segundo consta, e saiu para falar sozinho. Nada daquelas cenas costumeiras, em que o presidente dos Estados Unidos aparece ao lado do aliado. Sabe-se lá por quê, FHC perdeu a ‘photo-op’ a que qualquer estadista estrangeiro tem direito, quando viaja a Washington. Pior, aproveitando a viagem, a CNN internacional entrevistou o presidente brasileiro logo após noticiar que a tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai é um ‘santuário’ para terroristas. Não foi das melhores entrevistas de FHC, para dizer o menos. (...) O melhor argumento que FHC conseguiu dar, em sua trêmula resposta, foi que ele e Bush não haviam tratado de nada disso em seu (bem rápido) encontro - e que ele, FHC, não tinha ‘informação efetiva’ de nada disso. (...) FHC estava perdido como em raras vezes na TV. Poderia ter sido instruído melhor. Mas é o que acontece com quem fala sem parar na TV, um dia no programa de Adriane Galisteu, outro no Cidade Alerta, o seguinte na CNN (SÁ, 1998, p. A-9).

Fica claro que, neste caso, a crítica foi direcionada à figura do presidente, não ao governo, o que revela certa dissonância com a competência de FHC. No dia 11 de novembro, o mesmo tema foi explorado em charge de Angeli. Intitulada “O vôo de volta”, a charge ironiza a reunião entre FHC e Bush, cujos resultados foram considerados negativos.

Ilustração 2: “O voo de volta”



Fonte: ANGELI FILHO, 2001

As matérias sobre a 56ª Assembleia Geral da ONU propriamente dita retomaram o tom positivo por meio de enquadramentos predominantemente oficialistas. A única matéria de toda a cobertura avaliada com enquadramento temático também versou sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas e sobre o discurso que FHC faria durante abertura do evento que, segundo o jornal, teria como enfoque a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança. A matéria é equilibrada porque traz declarações tanto do presidente, em prol da concessão do assento, quanto de autoridade ligada à ONU justificando a não concessão ao Brasil do assento permanente.

A retranca coordenada a essa matéria principal, por outro lado, repercute visita de FHC ao Museu Guggenheim, em Nova York, onde estava em cartaz exposição denominada “*Brazil: Body and Soul*” (Brasil: Corpo e Alma). Por meio de falas positivas sobre o governo e sobre a intelectualidade do presidente, a matéria passa uma imagem positiva de FHC:

O presidente Fernando Henrique Cardoso viveu ontem o papel de que mais gosta: uma mistura de intelectual com estadista. Atacou de crítico de artes plásticas. A convite da direção, FHC visitou o Museu Guggenheim, em Nova York. (...) No meio do caminho, é abordado por uma das críticas de artes do “The New York Times”, Vicki Goldberg. “Estou muito orgulhosa de seu país”, diz ela. “Muito obrigado”, responde ele. FHC continua sua caminhada e é parado por um francês, que diz em sua língua nativa: “Vi seu discurso na assembléia de meu país e não consegui chegar perto do senhor na época por causa da segurança. Só queria dizer que gostei muito”. “Não há de que”, responde o presidente (DÁVILA, 2001a, p. A-11).

Sobre o discurso de abertura proferido por FHC, a Folha deu destaque à afirmação do presidente em prol da globalização solidária, em contraposição à globalização assimétrica, classificada pelo veículo como uma crítica não-nominal aos Estados Unidos (a começar pelo título e pelo bigode da matéria: “FHC propõe ‘globalização solidária’ ao falar na ONU: Na abertura da assembleia geral, presidente criticou indiretamente EUA”).

Uma crítica sutil aos EUA permeou diversos trechos do texto de FHC e causou um certo mal-estar na delegação norte-americana, uma vez que George W. Bush seria o presidente que sucederia imediatamente FHC no plenário (DÁVILA, 2001b, p.A-5).

É interessante notar que a matéria destaca que esta fora a primeira vez que FHC havia feito o discurso de abertura na Assembleia Geral desde que assumira a presidência, papel geralmente atribuído a um chanceler: “Desde 1949, um representante brasileiro, geralmente o chanceler, abre a reunião” (DÁVILA, 2001b, p.A-5). A edição trouxe também a transcrição na íntegra do discurso proferido por Cardoso.

Houve, ainda, matéria publicada em 12 de novembro com o título “Ocupação das cadeiras varia segundo o poder”, que questionou a proeminência internacional do país. O texto trata da alocação de assentos dos representantes diplomáticos na Assembleia Geral da ONU e dos discursos de FHC e Bush, de uma forma que contraria a ideia do prestígio concedido ao Brasil:

A cada sessão anual da Assembléia Geral da ONU, que reúne as representações diplomáticas de 189 países, o melhor nem sempre está nos discursos ou nos presidentes. É no plenário, na geopolítica das cadeiras, que a verdadeira ação acontece. (...) Anteontem, FHC falou para um plenário cheio, menos pelo prestígio do brasileiro do que por quem o sucederia no púlpito: todos esperavam o pronunciamento de George W. Bush, a seguir. Acabado este, o prédio se esvaziou. Durante a fala de FHC, se a bancada do país prestava toda a atenção, a dos EUA estava descontraída. Condoleezza Rice, a conselheira de Segurança Nacional, trocava bilhetinhos com Colin Powell, o secretário de Estado (DÁVILA, 2001c, p. A-5).

De uma forma geral, entretanto, a cobertura sobre as duas atuações de Fernando Henrique Cardoso durante as Assembleias Gerais das Nações Unidas teve um enquadramento predominantemente oficialista, o que conferiu avaliações positivas às ações do governo. Nesse sentido, é interessante observar que a busca por um papel relevante do país no cenário internacional sempre esteve presente na agenda de política externa do país, além de ser legitimada pelas elites (LIMA, 2005a). Assim, é esperado que a ação do presidente em grandes conferências mundiais de cúpula, como a Assembleia Geral da ONU, seja bem avaliada pela opinião pública – e pelos meios de comunicação –, visto que está em consonância com a busca de espaço nos mecanismos de discussão de grandes questões internacionais.

Outro fator importante a se destacar é o fato de as diretrizes de política externa adotadas durante o governo Cardoso incluírem a busca por boa relação bilateral com os Estados Unidos (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2004). Dessa forma, conforme realçado em Faria e Ribas (2011), a relação do Brasil com os Estados Unidos no período Cardoso assumiu um papel de ordenadora de outras tratativas:

Vale ressaltarmos, ainda, que FHC afirmou o seguinte, em entrevista realizada em 1997: “Pode ver o meu discurso de posse como chanceler, que foi de improviso. A relação com os Estados Unidos, eu disse, é ordenadora do resto. Se vamos brigar, é uma coisa. Se não vamos, é outra. A partir daí, entramos em negociação em tudo o que era contencioso (...)” (apud FARIA; RIBAS, 2011).

Diante disso, é possível inferirmos que a Folha, ao priorizar um discurso oficialista em sua cobertura dessas duas viagens, oferece respaldo e, de certa forma, credibilidade ao curso de ação tomado pelo governo com relação à busca por autonomia internacional por meio da participação em eventos de cúpula pertencentes a uma agenda permanente e da relação com os Estados Unidos.

4.3.2. Lula na Assembleia Geral da ONU

É importante frisar que o presidente Lula esteve presente em todas as oito Assembleias Gerais da ONU ocorridas durante o seu mandato e proferiu o discurso de abertura em sete delas. Escolhemos analisar duas dessas oito viagens a partir de um paralelismo com aquelas em que FHC esteve presente, levando-se em conta o mesmo tipo de conferência e o mesmo ano de realização referente ao período de mandato de oito anos. Assim, foi selecionada a 60ª Assembleia Geral da ONU, realizada em 15 de setembro de 2005, que, assim como na primeira em que FHC compareceu, para cerimônia especial sobre drogas, também contou com cerimônias especiais pelo seu sexagésimo aniversário – o Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento (14 de setembro), a Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança (14 de setembro) e a Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral sobre as Metas do Milênio (15 de setembro). E a 64ª Assembleia Geral da ONU, devido ao ano de realização (23 de setembro de 2009), o penúltimo ano do segundo mandato do presidente Lula.

As duas coberturas contaram com a publicação de 16 peças jornalísticas, considerados matérias principais, retrancas, artigos opinativos e editoriais. Foram oito dias de cobertura no total, dos quais apenas um trouxe chamada de capa. É necessário salientar, diante dessa peculiaridade, a influência das variáveis de contexto. A primeira cobertura analisada, no ano de 2005, coincidiu com o ápice da crise do mensalão no governo Lula, fato que direcionou a cobertura a priorizar repercussões da política interna. Já o segundo evento aconteceu na mesma época em que o então presidente de Honduras, Manuel Zelaya, havia sido deposto de seu cargo por um golpe e se refugiado na embaixada brasileira, fato que praticamente monopolizou a cobertura internacional. Dos 16 textos, cinco trouxeram fotos ou ilustrações.

Tabela 4: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula para a Assembleia Geral da ONU – Enquadramento

ENQUADRAMENTO	Nº	%
Oficialista	5	31,25%
Episódico	1	6,25%
Temático	0	0%
Moral	5	31,25%
Jogo	5	31,25%
TOTAL	16	100%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula para a Assembleia Geral da ONU – Conteúdo

CONTEÚDO	Nº	%
Positivo	8	50%
Neutro	3	18,75%
Negativo	5	31,25%
TOTAL	16	100%

Fonte: Elaboração própria

Assim como na cobertura das viagens realizadas por FHC para participação nas Assembleias Gerais da ONU, no caso do presidente Lula o número de matérias classificadas como positivas superou as neutras ou negativas (50% do total). Salienta-se ainda, que entre os textos com enquadramento moral, apenas um foi classificado como positivo, os outros quatro negativos.

A cobertura da primeira viagem analisada, para participação na 60ª Assembleia Geral da ONU, com reuniões nos dias 14 e 15 de setembro de 2005, começou no dia 12 de setembro e terminou no dia 16 de setembro, ou seja, começou um dia antes do evento e terminou um dia depois, compreendendo cinco dias de repercussão. Lula esteve presente, mas foi a única vez em que não proferiu o discurso de abertura, que ficou a cargo do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O presidente, por outro lado, discursou no encerramento da solenidade.

Com relação ao conteúdo publicado, houve um equilíbrio entre textos positivos, neutros e negativos. De um total de nove matérias, três foram positivas, três neutras e três negativas. Os textos considerados neutros tiveram enquadramentos episódicos, quando se

expôs a agenda e temas que seriam abordados por Lula no evento, e “do jogo”, quando apenas se divulgou as estratégias da política externa do governo, sem, contudo, incluir-se avaliações morais sobre as mesmas.

A primeira matéria publicada sobre a viagem expõe a interferência da crise política do mensalão na esfera da política internacional. Com enquadramento classificado como “do jogo”, por apresentar as estratégias da política externa conduzida pelo governo Lula, em especial o apoio do Brasil ao Haiti, a matéria avalia positivamente as ações do governo nesta área específica. Vale destacar que, antes de ir aos Estados Unidos, Lula passou pela Guatemala.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia hoje na Guatemala uma agenda de quatro dias no exterior na qual poderá retomar temas de sua política externa ofuscados nos últimos meses pela crise, como o combate à fome e missão de estabilização no Haiti (SCOLESE, 2005, p. A-11).

É interessante observar que na mesma página em que a matéria citada acima foi publicada, havia uma entrevista com Celso Amorim, que iria fazer o discurso de abertura na Assembleia Geral, com foco no Conselho de Segurança.

Contudo, parte da cobertura estabeleceu uma ligação entre o escândalo ligado à corrupção que ocorria no Brasil, com a postura adotada pelo governo durante os debates, o que gerou uma repercussão negativa. Matéria publicada no dia 15 de setembro, por exemplo, enfocou questionamento feito a Lula durante coletiva de imprensa com relação à corrupção no Brasil e a possível interferência do fato no combate à fome, uma das principais bandeiras do governo. Título e bigode já ditam o tom da matéria: “Lula é estrangido na ONU a explicar corrupção no país” e “Presidente fica contrariado com questão sobre interferência da crise no combate à fome”.

Após exortar os países pobres a demonstrar responsabilidade interna para “merecer” ajuda internacional, Luiz Inácio Lula da Silva foi estrangido ontem na ONU a explicar como a crise e instabilidade política no Brasil ofuscaram a mobilização contra a miséria. (...) Irritado com a pergunta sobre o tema, feita em coletiva de imprensa, Lula disse que corrupção interna não atrapalha uma política eficaz de combate à pobreza. (...) A questão surgiu devido à fala sobre falta de confiabilidade no uso de recursos doados a países pobres. “Só iremos convencer um cidadão de um país desenvolvido a doar parte de seus ganhos se ele souber que o governo daquele país é sério” (Suwvan, 2005, p. A-13).

Além disso, a matéria ainda afirma que o presidente “se isentou” da responsabilidade de resolver todos os problemas do país. A retranca coordenada com a matéria acima citada

também trouxe críticas. Apesar de focar propostas do presidente e do grupo de trabalho Ação Global contra a Fome a Pobreza – associação liderada por Lula, com apoio de 66 países –, algumas das ações são criticadas, como a adoção de uma declaração que deixava em segundo plano, conforme a matéria, iniciativas como taxas de fluxo de capital, emissões de títulos financeiros, ou temas polêmicos como subsídios agrícolas dos EUA e da União Europeia.

No dia seguinte, 16 de setembro, artigo de opinião assinado por Clóvis Rossi e intitulado “O Batom na Língua” reforçou o tom de desaprovação à viagem. Novamente, percebe-se que as críticas são direcionadas ao presidente, às suas atitudes. O texto versou sobre declaração de Lula em defesa das passagens de sua viagem aos Estados Unidos terem sido pagas pelo Partido dos Trabalhadores, exatamente no momento de ápice da crise do mensalão no governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, em Nova York, uma declaração que acaba sendo a explicação de toda a crise do PT e de seu governo na medida em que revela, no mínimo, no mínimo, pouco caso com o dinheiro público e pouco caso com a lei. A declaração foi em resposta a uma pergunta sobre o pagamento pelo PT de passagens para ele próprio, Lula, além de várias outras pessoas, usando recursos do Fundo Partidário (portanto, usando o meu, o seu, o nosso dinheirinho). Disse Lula: "Eu estranharia se fosse o PSDB ou o PFL que tivesse pago a minha passagem. Mas o PT tinha mais era a obrigação de pagar". Parece irônico, mas é apenas a louvação de uma ilegalidade, (...) É bom lembrar que, na grotesca entrevista concedida em Paris, o presidente já havia tratado com pouco caso o caixa dois com o cínico argumento de que todo mundo o utiliza. Se aquele que deveria ser o principal zelador da coisa pública comporta-se com tal grau de leviandade, alguma surpresa com a proliferação de Delúbios e Valérios à sombra do poder e no partido do presidente? (ROSSI, 2005, p. A-2).

Por outro lado, ao fim da cobertura, mencionou-se sobre o prestígio internacional de Lula. Nota publicada no mesmo dia 16 de setembro aborda declarações do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre proeminência internacional do presidente.

(...) Amorim citou o fato de o “New York Times” ter citado Lula em seu texto sobre George W. Bush, quando havia mais de dez líderes e o jornal mencionou apenas quatro – Lula, Vladimir Putin (Rússia), Hu Jintao (China) e Glória Macapagal Arroyo (Filipinas) (LEITE, 2005, p. A-13).

A última matéria publicada sobre a viagem trata de encontro de Lula com investidores americanos e destaca elogios feitos por empresários ao presidente. Vale destacar que a matéria foi publicada no caderno “Dinheiro” e trouxe a vinheta “Receita Ortodoxa” ao lado do título da matéria, fato que comprova a avaliação do jornal de que o governo Lula conduzia uma política econômica de continuidade em relação ao governo anterior.

Na segunda viagem analisada, para a 64ª Assembleia Geral da ONU, em 2009, predominou o tom positivo nos textos. Das sete matérias publicadas, cinco foram consideradas positivas, variando entre enquadramentos oficialistas e do jogo, e duas negativas, com enquadramento moral.

Os textos favoráveis à atuação de Lula focaram, predominantemente, os discursos proferidos pelo presidente, além de repercutirem declarações do presidente sobre o abrigo a Zelaya na embaixada brasileira de Tegucigalpa. Vale destacar artigo de opinião da colunista Eliane Cantanhêde, publicado no caderno “Mundo”, intitulado “Fala vende Brasil como líder de um novo mundo”, no qual a autora analisa discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU e explicita algumas de suas intenções, configurando o enquadramento do texto como “do jogo”.

Discursos de presidentes brasileiros na abertura da Assembleia Geral da ONU são tradicionalmente importantes, têm peso e repercussão. Ontem, com um dado adicional: o presidente brasileiro agora é Luiz Inácio Lula da Silva, e o mundo é todo ouvidos para o que ele tem a dizer. Mas, se o discurso de Lula na ONU foi para a comunidade internacional, para presidentes e primeiros-ministros, bem poderia - ou poderá- ser para o eleitorado nacional de 2010. Foi um libelo pró-Estado forte e exaltação ao Brasil grande, na linha da entrevista da ministra e pré-candidata Dilma Rousseff à Folha de domingo passado. Mas agregando crítica às potências gananciosas. (...) O presidente não deixou de falar do Brasil como "gigante do petróleo", mas priorizando a "condição de potência mundial da energia verde". Soa muito bem aos ouvidos politicamente corretos do público. Afinal, um dos trunfos políticos do Brasil é justamente a biodiversidade e o peso em foros internacionais nessa área. Lula encheu a fala de feitos contra o desmatamento, mas foi vago em propostas concretas. Mas não deixou de garantir aplausos com uma questão pontual, que mexe com sensibilidades de toda ordem e em que o Brasil está metido até o pescoço: Honduras. Ou seja: Lula falou como presidente de um país claramente em ascensão pós-crise econômica e pré-prioridade ambiental. E que se arvora em líder nesse novo mundo (CANTANHÊDE, 2009a, p. A-16).

Interessante observar, porém, que na mesma edição, do dia 24 de setembro, o caderno “Opinião” trouxe outro artigo assinado por Cantanhêde, com o título “Passo em falso”, que critica posições tomadas pelo governo brasileiro com relação à eleição da direção-geral da Unesco, em que o candidato apoiado pelo Brasil, o egípcio Farouk Hosni, havia perdido, além de debater sobre o discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU e o abrigo do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Ok que o discurso de Lula na ONU foi sóbrio e sólido. Ok que não havia outra alternativa senão abrir as portas para Zelaya. Mas Lula e o Brasil poderiam muito bem ter passado sem essa, de mais uma derrota para organismos internacionais. O espaço é curto para relacionar as anteriores. O pior é que o governo jogou para o alto dois bons candidatos "made in Brasil", o atual vice-diretor da entidade, Márcio Barbosa, que chegou a colecionar uma penca de apoios internacionais, e o ex-ministro e atual senador Cristóvam Buarque, do PDT. E, em vez de ganhar ou perder

com um dos seus, perdeu apoiando um egípcio com a má fama de racista, antisemita (...) Esse apoio foi uma decisão com ares oportunistas, mas que teve um efeito bumerangue e veio bater na testa do governo brasileiro (CANTANHÊDE, 2009b, p. A-2).

Por fim, a cobertura da viagem aos Estados Unidos para participação da 64ª Assembleia Geral da ONU ainda focou encontro entre Lula e o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad realizado paralelamente ao evento nos Estados Unidos, fato controverso da política externa conduzida pelo presidente petista. Cabe sublinhar que a cobertura ainda se estendeu para repercussão de encontro paralelo do G20. Contudo, essas matérias não foram analisadas por não contemplarem o escopo do recorte.

No dia 24 de setembro, matéria publicada no caderno “Mundo”, com o título “Lula se reúne com iraniano e defende sua aspiração nuclear”, abordou aproximação entre Lula e Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã, posição notadamente questionada pela imprensa e pela opinião pública.

Após encontro fechado de mais de uma hora com Mahmoud Ahmadinejad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma enfática defesa do colega iraniano, apoiando, inclusive, o direito de Teerã enriquecer urânio. (...) O presidente brasileiro disse que não se sentia constrangido em receber Ahmadinejad, que questiona o Holocausto, defende que Israel seja varrido do mapa e foi reeleito em junho em meio a acusações de fraudes e violenta repressão de opositores (LAGE, 2009, p. A-16)

No dia seguinte, por outro lado, outra matéria adotou o discurso oficial do governo ao repercutir novamente o encontro entre Lula e Ahmadinejad. Com o título “Lula falou a iraniano que negar holocausto é grave, diz governo”, o texto é desenvolvido de forma que parece ser uma resposta do governo à matéria publicada no dia anterior.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse anteontem a seu colega iraniano Mahmoud Ahmadinejad que é "um erro muito grave" negar o Holocausto, como o presidente do Irã o faz reiteradamente. A informação foi dada ontem aos jornalistas brasileiros que cobrem o encontro de cúpula do G20 por Marco Aurélio Garcia, o assessor diplomático de Lula. (...) A explicação do presidente iraniano não convenceu Lula, que retrucou que a questão do Holocausto e a maneira como o Irã se coloca ante o massacre de judeus pela Alemanha nazista "complicam muito a imagem do Irã no mundo" (ROSSI, 2009, p. A-13).

Destaca-se que uma das principais diretrizes em política externa adotada pelo governo Lula foi a contestação da hegemonia no sistema internacional das potências preponderantes, em especial os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França –, em favor de maior autonomia a países de poder

intermediário (RICUPERO, 2010; ALMEIDA, 2004, 2005). Desta busca por uma atuação mais incisiva no cenário internacional também decorreram as alianças a outros países em desenvolvimento, com vistas a se conseguir mais peso em negociações comerciais e multilaterais (ALMEIDA, 2005).

Este protagonismo junto ao Terceiro Mundo e a diversificação dos vínculos com o Primeiro Mundo dão também ao país certo cacife para intensificar a campanha pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU reformado. Ironicamente, hoje o Brasil tem melhor diálogo com Washington e uma diplomacia mais respeitada, com capacidade de negociação (VIZENTINI, 2005, p. 396).

Assim, desta análise sobre as coberturas de duas viagens para participação em reuniões de cúpula das Nações Unidas, pode-se dizer que a Folha, assim como no governo Cardoso, demonstrou certo apoio ao protagonismo do país em fóruns e negociações internacionais, o que respalda a afirmativa de que a busca por uma maior inserção internacional do Brasil sempre fez parte da aspiração nacional, bem como contou com a legitimação das elites (LIMA, 2005a). Por outro lado, com relação a ações como a aproximação ao Irã ou à Venezuela, como se verá na próxima subseção, o veículo assumiu um postura claramente mais crítica.

4.4. Coberturas de viagens à Venezuela Chavista

4.4.1. FHC na Venezuela

Conforme destacado por Vizontini (2005), Brasil e Venezuela têm histórico amistoso em sua relação, por meio de acordos sobre controle de fronteiras, integração física e energética e na área econômica, principalmente a partir de 1994. O governo Cardoso intensificou as relações com a Venezuela a partir dos desdobramentos do Protocolo de La Guzmara, em que os então presidentes Itamar Franco (antecessor de FHC) e Rafael Caldera assinaram variados acordos bilaterais entre os dois países, com destaque para a criação do Mecanismo Político de Consulta (MPC) e da Comissão Binacional de Alto Nível (Coban) (VIZENTINI, 2005; LIMA, 2009; FUCCILLE, 2008).

Seguindo o critério exposto na subseção anterior, de se avaliar a cobertura de uma agenda considerada polêmica, esta pesquisa optou por analisar deslocamentos realizados por FHC e Lula à Venezuela após a posse do presidente Hugo Chávez, em 1999.

Dessa forma, do período Cardoso selecionaram-se a viagem realizada no período de 6 a 7 de abril de 2000, para uma visita bilateral, e o deslocamento do dia 13 de agosto de 2001,

em que o motivo principal fora a cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela, na cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen. Cabe ressaltar que essas foram as únicas viagens feitas por Cardoso à Venezuela após a posse de Chávez, porém, ele já havia feito outras três viagens anteriores ao período chavista.

Os dois deslocamentos somaram seis dias de cobertura da Folha de S. Paulo, com duas chamadas de capa, sendo uma com foto. Ao todo, foram nove textos avaliados, cinco sobre a primeira viagem e quatro sobre a segunda, quatro fotos e uma ilustração.

Tabela 6: Cobertura das viagens de FHC à Venezuela Chavista – Enquadramento

ENQUADRAMENTO	Nº	%
Oficialista	1	11,11%
Episódico	1	11,11%
Temático	1	11,11%
Moral	6	66,66%
Jogo	-	0%
TOTAL	9	100%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7: Cobertura das viagens de FHC à Venezuela Chavista – Conteúdo

CONTEÚDO	Nº	%
Positivo	3	33,33%
Neutro	1	11,11%
Negativo	5	55,55%
TOTAL	9	100%

Fonte: Elaboração própria

O enquadramento que prevaleceu nessas duas coberturas foi o Moral (66,66%), sendo que dos seis textos classificados neste enquadramento, cinco tiveram conteúdos negativos e um positivo. É interessante notar que a quantidade de conteúdos considerados negativos superou, mesmo que em duas matérias, aqueles considerados positivos.

Há ainda que se destacar o fato de que entre as três matérias consideradas positivas, duas foram publicadas no caderno “Dinheiro” e uma no caderno “Mundo”, todas versando sobre temas ligados à economia. Vale lembrar, neste ponto, que apesar das divergências de opinião sobre a relação entre Brasil e Venezuela, especialmente no que se refere a algumas

posturas políticas tomadas por Chávez, estas não se estendem para a integração econômica, vista com bons olhos especialmente pelo setor empresarial brasileiro.

A primeira edição que repercutiu a ida de Cardoso à Venezuela em abril de 2000 trouxe matérias apenas no caderno “Dinheiro”. A primeira delas, com o título “FHC se diz aliviado ao pagar dívida”, adota um discurso oficialista. O texto é aberto com o anúncio feito por FHC em sua visita de dois dias a Caracas do pagamento de parte da dívida do Brasil com FMI e da afirmação de que os acordos com o Fundo seriam mantidos. É significativa a repercussão de uma matéria sobre este tema durante viagem de FHC à Venezuela devido à forte oposição de Chávez ao Fundo.

É clara a adoção do discurso do governo no enfoque da matéria, que reproduz diversas falas de Cardoso sobre o assunto e ainda traz o intertítulo “Caminho certo”, para informar que as ações do país com relação ao empréstimo e pagamento ao FMI e à política econômica estavam bem.

Caminho Certo - FHC falou sempre nesse tom de comemoração sobre a antecipação dos pagamentos, que seriam em junho e outubro, tanto para o FMI quanto para o BIS (Banco de Compensações Internacionais) e o Banco do Japão. Considerou como uma confirmação de que a política econômica está no caminho certo. “Significa que a situação cambial do Brasil ficou muito mais sólida e nós podemos de todas as maneiras honrar os nossos compromissos muito antes do que era imaginado”, disse, cercado de diplomatas brasileiros (CANTANHÊDE, 2000a, p. 2-3).

Contudo, matéria que aborda especificamente o discurso feito por Cardoso durante a viagem, intitulada “FHC diz que Brasil pode entrar na Opep” e com o bigode (subtítulo) “Presidente surpreende comitiva com declaração; estatal venezuelana vai abrir postos de gasolina no país”, afirma no *lead* que a declaração de FHC sobre integração do Brasil à Opep havia surpreendido a própria comitiva brasileira. A matéria contrasta a afirmação do presidente com o dado de que 30% do petróleo consumido no país era importado.

Outro ponto reforçado no texto é a possível abertura de postos de distribuição pela petrolífera estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), a partir do acordo de trabalho conjunto assinado entre a Petrobras e a PDVSA na ocasião. De uma forma geral, a matéria passa a ideia de que a ação de FHC foi precipitada, além de não ressaltar com mais profundidade os possíveis ganhos para o país com a assinatura do acordo (é apenas citado no penúltimo parágrafo que o Brasil conquistaria o “precioso direito de explorar petróleo na Venezuela”). O fechamento da matéria toca na controversa questão da inclusão da Venezuela ao Mercosul.

Cauteloso, FHC disse durante entrevista que a Petroamérica – fusão da Petrobras com a PDVSA – “é um velho sonho, mas é muito mais complexo do que está sendo discutido agora”. Mais tarde, FHC mudou um pouco o tom. “Assistimos a grandes fusões em todo o mundo. Por que não pensar nisso desde agora?”, perguntou. (...) Pródigo em elogios à Venezuela, FHC disse que se empenhará decisivamente para integrar o país ao Mercosul, quando assumir a presidência pro-tempore do bloco, por dois anos, a partir de junho/julho (CANTANHÊDE, 2000b, p. 2-11).

Em contraste, na edição do dia seguinte, o discurso da Folha é alterado. O caderno “Mundo” trouxe matéria que foi aberta com a afirmação de que a visita de FHC à Venezuela havia fortalecido o presidente Hugo Chávez para as próximas eleições gerais, além do Congresso, governos estaduais e prefeituras. É relatado o encontro entre os dois presidentes e se discorre mais a fundo sobre uma questão em que FHC e Chávez tinham opiniões opostas: a forma de se combater o narcotráfico. Enquanto Chávez defendia a criação de um mecanismo de defesa para a América do Sul aos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), FHC foi contra a criação de um organismo tão militarizado como a Otan.

Além de a matéria passar a ideia de que Cardoso possui uma boa imagem no cenário internacional, capaz de fortalecer uma candidatura, o destaque dado à posição contrária de Cardoso à de Chávez na questão do combate ao narcotráfico reforça o seu cunho positivo, já que uma posição mais pacificadora, ao contrário da militarizada, é mais bem aceita pela opinião pública. Há que se relativizar, por outro lado, o destaque dado ao fato de que a presença de FHC na Venezuela havia fortalecido Chávez, pois a ligação com o presidente venezuelano é notadamente questionada.

No caderno “Dinheiro” o acordo firmado entre a Petrobras e a PDVSA é novamente abordado, desta vez, porém, com mais profundidade, ressaltando o que caberia à Venezuela e ao Brasil. Há diversas falas de FHC e de Chávez sobre o acordo, todas apontando para os aspectos positivos da associação. Em geral, a assinatura do acordo é apresentada de forma positiva, com avaliações não apenas dos mandatários, mas também do então presidente da Petrobras, Henry Reichstul.

A cobertura, todavia, trouxe uma crítica clara ao governo, em artigo de opinião assinado por Eliane Cantanhêde, articulista do periódico e enviada à Caracas para cobrir a viagem de FHC. O artigo, publicado no último dia em que ainda se repercutiu o deslocamento, destaca a desinformação e a falta de compromisso em dar explicações à opinião pública dos membros do governo que acompanharam FHC nas negociações do acordo entre Petrobras e PDVSA – Rodolpho Tourinho, então ministro das Minas e Energia, Henry Reichstul, então presidente da Petrobras e Alcides Tápias, então ministro do

Densenvolvimento. A autora ainda destaca que o país, por meio do BNDES, financia obras na Venezuela, como a ponte no rio Orinoco, ao invés de melhorar as estradas brasileiras.

Onde se quer chegar? Ao óbvio: Tourinho, Reichstul e Tápias não são da iniciativa privada. Eles devem satisfação à opinião pública e, queiram ou não, a imprensa é um canal não só legítimo como eficiente entre os dois – poder público e opinião pública. (...) FHC reclama que seus ministros “não batem bumbo” pelas coisas boas do governo. Mas é pior. Também não se sentem no dever de explicar coisa nenhuma, boa ou ruim. Foi assim que deixaram não uma pergunta, mas uma suspeita, no ar: com as estradas brasileiras caindo aos pedaços, qual lógica do BNDES financiar US\$ 430 milhões para uma ponte da Odebrecht na Venezuela? Lógica, tem. Só de raiva, não conto (CANTANHÊDE, 2000c, p. 1-2).

Por sua vez, a cobertura sobre a viagem de Cardoso à Venezuela para a cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e aquele país, em agosto de 2000, teve um tom mais desfavorável às ações do governo brasileiro. Foram quatro matérias publicadas ao longo de três dias, das quais três foram consideradas negativas e uma neutra, a qual, com enquadramento episódico, apenas descreveu a agenda de Cardoso.

Matéria publicada no dia 14 de agosto abordou elogios feitos por Chávez ao governo Cardoso. O título, “Reforma Agrária de FHC recebe elogios de Chávez”, bem como o bigode, “PT considera venezuelano aliado no combate ao neoliberalismo”, já dita o tom da matéria de questionamento da ligação de FHC a Chávez.

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fez as vezes ontem de garoto-propaganda de seu colega Fernando Henrique Cardoso, elogiando o programa brasileiro de reforma agrária em cadeia nacional de rádio e TV. "No Brasil, expropriaram, nos últimos seis anos, 20 milhões de hectares. Expropriados! Mas não foi um atentado contra a liberdade de propriedade, pelo contrário. Foi um ato a favor da busca da paz, do desenvolvimento, da liberdade e da igualdade", afirmou. O presidente venezuelano, que utiliza retórica esquerdista e condena frequentemente o "imperialismo norte-americano", é visto com simpatia por vários setores do PT. O partido de Luiz Inácio Lula da Silva considera Chávez um aliado no combate ao neoliberalismo, que associa a FHC. (...) Ao final da cerimônia, FHC não perdeu a oportunidade de faturar politicamente o elogio: "Todas as pessoas que têm noção das coisas sabem que 500 mil famílias no campo em quatro ou cinco anos é uma coisa muito forte. Até o Fidel ficou impressionado", declarou (ZANINI, 2001, p.A-6).

Apesar do motivo da viagem ser, à época, algo favorável ao governo, a inauguração de uma subestação de energia na cidade venezuelana de Santa Helena de Uiarén para exportar energia para Brasil, justamente no período da crise energética no Brasil, um fato pitoresco acabou tendo destaque. No momento simbólico em que Cardoso ordenaria, por rádio, o início da operação da subestação, o aparelho falhou, fato destacado inclusive na chamada de capa da edição, que trouxe foto com a legenda: “PELO TELEFONE Diante de Hugo Chávez

(Venezuela) e Fidel Castro (Cuba), FHC ordena a operação de uma subestação de energia em Santa Helena de Uiarén (Venezuela), que vai explorar energia para o Brasil; o sistema de rádio falhou”.

É ainda notável o fato de que a fotografia publicada com matéria principal trazer Fidel Castro, então presidente de Cuba: “FHC e Fidel Castro se cumprimentam, observados pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez”.

Edição seguinte ainda trouxe charge, do cartunista Saulo, que ironiza episódio em que o rádio falhou no momento da inauguração de subestação de energia na Venezuela, como se fosse uma ligação a cobrar:

Ilustração 3: Falha no rádio



Fonte: VILLAS BOAS, 2001

Destaca-se, ainda, nota curta assinada pelo então editor do caderno “Ilustrada”, Nelson de Sá, que contrasta atitudes de FHC:

Num dia, FHC se proclama solidário com os manifestantes de Gênova. No seguinte, ontem, abraça Fidel Castro em pleno Jornal Nacional. E ainda aparece perfilado com Hugo Chávez. Isso, diante das câmeras. Longe delas, como registrou o Bom Dia Brasil, encontrou-se com Pedro Malan para preparar o ministro para a ‘espinhosa tarefa’ de defender o acordo com o FMI, hoje no Congresso (SÁ, Nelson, 2001, p. A-6).

Diante do exposto, é possível entender que a Folha mantém uma postura de questionamento da ligação com o presidente venezuelano Hugo Chávez desde o governo FHC. Apesar de as relações econômicas serem, na maioria das vezes, favoráveis aos dois países, e a chegada de Chávez à presidência ter marcado um estreitamento ainda maior nas relações bilaterais entre os dois países, a figura e a postura do presidente venezuelano despertaram rejeições.

4.4.2. Lula na Venezuela

O presidente Lula realizou, ao longo dos seus dois mandatos, 14 viagens à Venezuela, das quais dez foram visitas bilaterais. Para a análise deste trabalho, selecionaram-se duas em paralelismo com aquelas realizadas por FHC. Assim, optou-se pela primeira visita bilateral realizada pelo presidente brasileiro, em 26 de agosto de 2003, já que a primeira visita de FHC ao país analisada (pós-posses de Chávez) foi em função de um compromisso bilateral, e pela viagem realizada em 13 de agosto de 2006, em função da cerimônia de inauguração de uma segunda ponte sobre o rio Orinoco, em Puerto Ordaz, por se tratar de um ato comemorativo, assim como o que levou Fernando Henrique Cardoso pela segunda vez à Venezuela Chavista.

As duas coberturas somaram oito edições, sendo seis com repercussão da primeira viagem e duas da segunda, com um total de 17 peças jornalísticas, entre matérias principais, retrancas, artigos opinativos e editoriais, 11 sobre o primeiro deslocamento e seis sobre os segundo. As coberturas ainda contaram com quatro chamadas de capa, duas delas com foto, e três matérias trouxeram fotos das viagens.

Tabela 8: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula à Venezuela Chavista – Enquadramento

ENQUADRAMENTO	Nº	%
Oficialista	1	5,88%
Episódico	1	5,88%
Temático	1	5,88%
Moral	12	70,58%
Jogo	2	11,76%
TOTAL	17	100%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9: Cobertura das duas viagens selecionadas de Lula à Venezuela Chavista – Conteúdo

CONTEÚDO	Nº	%
Positivo	3	17,64%
Neutro	2	11,76%
Negativo	12	70,58%
TOTAL	17	100%

Fonte: Elaboração própria

No caso dessas duas coberturas sobre viagens do presidente Lula à Venezuela, prevaleceram enquadramentos morais (70,58%) e conteúdos negativos (70,58%). Cabe lembrar que a relação com a Venezuela, principalmente sua adesão ao Mercosul, gerou divergência de opiniões e repercussões negativas entre a opinião pública e a elite brasileiras, com críticas fundamentadas na simpatização ideológica entre Lula e Chávez (SOUZA, 2009).

A primeira cobertura teve início em 24 de agosto de 2003 e foi finalizada no dia 29 do mesmo mês, portanto, estendendo-se dois dias após o fim da viagem. A primeira edição a repercutir a viagem antecipou-se dois dias do seu início. Um artigo de opinião assinado por Eliane Cantanhêde anuncia que Lula não chegaria à Venezuela em um bom momento, devido a uma ação da oposição a Chávez que recolhera assinaturas em favor de um referendo para abreviar o mandato do presidente. A previsão da autora foi de que o pedido não seria acatado, o que acarretaria em conflitos internos. O artigo segue criticando os propósitos da viagem:

Enquanto Lula estiver com Chávez e uma penca de ministros depositando flores no túmulo do libertador Simon Bolívar, a expectativa é que, nas ruas, milhares de venezuelanos estarão gritando “fora Chávez” e outros milhares devolvendo com “abaixo a oposição”. A Venezuela, como se sabe, está dividida ao meio (CANTANHÊDE, 2003a, p. A-2).

Além disso, questiona-se o estilo de Chávez de governar, ressaltando-se os pontos controversos, como a aproximação a Fidel Castro, e, ao fim, a autora faz um alerta a Lula: “Chávez tem muito de bom e muito de ruim. Lula pode captar o que ele prega de bom, mas tem a obrigação de afastar os fantasmas do que ele exercita de ruim. Eis o segredo” (CANTANHÊDE, 2003a, p. A-2).

É interessante observar que nesta mesma edição foi publicada reportagem sobre o projeto de integração Sul-Americana, desenvolvida sob o gancho da viagem que Lula fez ao

Peru logo antes de ir à Venezuela, para firmar acordo entre o país e o Mercosul. A reportagem levanta diversos pontos controversos da iniciativa, com avaliações de especialistas, citando inclusive a questão da Venezuela:

Há quem veja o risco de que a integração enfraqueça, em vez de fortalecer, o Brasil e o Mercosul. Caso de Alfredo Valladão (Instituto de Estudos Políticos de Paris): para ele, o atrativo do Mercosul é o fato de representar um pólo de estabilidade democrática na América do Sul. “Mesclar-se a Chávez, Colômbia, Equador e Peru significa importar toda esta instabilidade”, completa (ROSSI, 2003, p. A-16).

Em edição seguinte, porém, matéria assinada por Cantanhêde, com o título “Frase acalma oposição na Venezuela”, avalia positivamente atitude tomada por Lula em relação ao referendo pedido pela oposição a Chávez na Venezuela. O texto afirma que o pronunciamento de Lula sobre o tema não desagradou o presidente venezuelano, nem a oposição. A reportagem expõe que a afirmação foi cautelosamente articulada para evitar protestos durante sua visita ao país

Contudo, o enfoque de toda a cobertura foi dado a partir de uma declaração de Lula durante discurso feito em viagem. Matéria com o título “Não gosto do rótulo ‘esquerda’, diz Lula: Em encontro com Chávez, presidente afirma que críticas mais duras a seu governo vêm de ‘setores corporativos’”, trabalha a contradição existente no governo Lula, criticada especialmente pela esquerda no Brasil, da adoção de uma política macroeconômica de continuidade em relação ao governo anterior e uma política externa heterodoxa. O título e o *lead* abordam a afirmação de Lula de que não gostava de ser rotulado como esquerdista ou comunista, feita em entrevista concedida na Venezuela, e a contradição é claramente exposta:

Apesar de todo o seu passado de sindicalista e de toda a história do PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ontem em entrevista que jamais gostou de ser rotulado de esquerdista e que nunca foi comunista. Ao seu lado, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que também não é comunista. Os dois, Lula e Chávez, mais de uma vez foram citados como os “esquerdistas” do continente. (...) As declarações de Lula foram em resposta a uma pergunta da Folha. Ele havia feito um discurso contundente de esquerda contra os países ricos, enquanto no Brasil seu governo é elogiado pelas elites e pelo capital, mas enfrenta oposição justamente da esquerda (CANTANHÊDE, 2003b, p. A-9).

Ressalta-se que a chamada de capa também versou sobre o tema, com o título “Lula diz que nunca gostou do rótulo de esquerdista”. A foto publicada também é significativa: com Chávez e Lula segurando uma espada, traz a legenda: “HOMENAGEM Lula e Chávez com réplica da espada de Simon Bolívar, que liderou a independência de cinco países sul-americanos, entre os quais a Venezuela, da qual foi presidente e de onde foi expulso logo

antes de morrer, em 1830; tentou, sem sucesso, unificar os cinco países”, em um claro diálogo com a diretriz da política externa do governo Lula de fortalecimento regional na América do Sul.

Por outro lado, é necessário ponderar que a matéria traz diversas falas literais do presidente Lula explicando as suas ações, o que pode ser visto de forma positiva. Por exemplo, quando se toca no tema da democracia:

Na mesma pergunta, a Folha também quis saber se, ao negociar e ceder a interesses do grande capital, Lula havia aprendido uma lição com as sucessivas crises políticas e a tentativa de golpe na Venezuela, no ano passado. “O Brasil será sempre conta qualquer tentativa de golpe, de quebra da institucionalidade. Aprendi com o golpe na Venezuela a prezar ainda mais a democracia”, disse (CANTANHÊDE, 2003b, p. A-9).

Retranca em *box* coordenada a essa matéria também relativiza as críticas, já que traz uma avaliação sobre a posição ideológica de Lula, por meio de declarações de dois sociólogos ligados ao PT, Francisco de Oliveira, então professor da USP, e Maria Victoria Benvides. Oliveira fez a afirmação que deu título à matéria: “Lula nunca foi de esquerda, afirma sociólogo petista”, o que é uma avaliação negativa ao posicionamento ideológico de Lula. Porém, ambos explicam a razão da declaração feita por Lula de que não gostava de ser rotulado de esquerda a partir do argumento de que o rótulo de esquerdista poderia prejudicar o seu governo e criar obstáculos internacionais, e que a negação do mesmo seria em prol da defesa da democracia.

Outra matéria publicada na mesma edição e página, apesar de trazer afirmações de Lula que apontam para ações positivas, as contrapõe com avaliações das atitudes dos dois presidentes em questão.

Em discurso no Palácio de Miraflores, sede do governo venezuelano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o presidente do país, Hugo Chávez, “tem todas as condições de vencer quaisquer dificuldades políticas através do diálogo e do entendimento”. Uma das principais críticas que se fazem a Chávez é justamente falta de diálogo com a oposição. “Felizmente, para nós, está encerrado o ciclo das aventuras golpistas em nosso continente. Hoje o que predomina é o diálogo, o respeito ao pluralismo e às Constituições e leis de nossos países”, disse Lula, que não teve nenhum encontro à parte com líderes opositores venezuelanos (CANTANHÊDE, 2003c, p. A-9).

A matéria ainda aborda o pedido de referendo na Venezuela que poderia reduzir o mandato de Chávez, dizendo que Lula tratou do assunto com cautela. Ao fim, ainda se

discorre sobre a união da América do Sul almejada pelos dois presidentes e ressaltam-se as críticas feitas por ambos aos países ricos.

No dia seguinte, após a declaração de Lula na Venezuela de que não gostava de ser rotulado como esquerdista, a Folha trouxe um editorial discutindo o assunto, criticando a negação do presidente e relativizando o conceito do termo “esquerda”. O editorial passa a ideia de que Lula não soube trabalhar o termo em seu favor e, ao negá-lo, acabou gerando interpretações desfavoráveis.

A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recusando o termo “esquerda” para defini-lo pode ser interpretada de maneiras diversas. Seria inicialmente tentador considerar que a recusa ao rótulo é mais um sinal da consolidação do movimento do PT em direção ao centro do espectro ideológico, acentuado na eleição presidencial. Lula, nessa perspectiva, estaria negando o seu passado. (...) Se se compreende como de esquerda alguém mais proximamente identificado com a tradição marxista, Lula, de fato, não é essa pessoa. (...) O fato, contudo, de não ter sido marxista não significa que a trajetória do presidente não possa ser descrita como de esquerda – mesmo porque não há uma, mas diversas esquerdas. Lula sempre se mostrou sensível às idéias igualitárias, muitas das quais parecem tê-lo tocado por meio do catolicismo politizado que influenciou fortemente o PT. É exatamente esse compromisso igualitário que, segundo o filósofo italiano Norberto Bobbio, distinguiria, hoje, um político de esquerda. (SER de esquerda: editorial, 2003, p. A-2).

Artigo de opinião assinado pelo articulista Clóvis Rossi também abordou o assunto de forma crítica:

Daí a tomar o rótulo de “esquerdista” como algo ofensivo, como se quisesse dele se livrar, vai uma imensa distância, que Lula percorreu alegremente, ao responder em Caracas a uma pergunta de Eliane Cantanhêde, desta Folha. (...) É triste, não porque a esquerda seja melhor que a direita. Mas porque, se é verdade que Lula jamais foi de esquerda, toda sua retórica, todos os seus aliados até 2002, quase todas as suas propostas eram de esquerda (ROSSI, 2003, p. A-2).

Na mesma página, o artigo de Eliane Cantanhêde teve tom mais positivo. O texto aborda os ganhos trazidos para a economia Brasileira com a aproximação à Venezuela, desde o governo FHC. A autora defende o posicionamento de Lula contrário à rotulação de “esquerda”, afirmando que tanto ele quanto Chávez buscavam alternativas ao neoliberalismo da década de 1990, sendo, agora, uma “neo-esquerda, que quer mudanças sociais e mantém um forte traço nacionalista, mas sonha uma nova ordem internacional e não rechaça parcerias com o setor produtivo. Nem os dólares” (CANTANHÊDE, 2003d, p. A-2).

Apenas uma matéria, publicada no caderno Dinheiro, abordou tratativa bilateral firmada na visita à Venezuela. O texto trata da possível escolha do estado de Pernambuco para abrigar nova refinaria de Petróleo, fruto de acordo entre Brasil e Venezuela. São

apresentadas as razões para Lula não ter feito esse anúncio abertamente em Caracas, que giravam em torno do fato de que no período da viagem estava sendo votada a reforma tributária no Brasil, que poderia ser prejudicada caso alguns governadores ficassem insatisfeitos com o anúncio. Assim, a matéria apresenta as articulações do presidente para alcançar suas intenções.

A última matéria da cobertura, publicada em 29 de agosto, foi um artigo de opinião de Eliane Cantanhêde que repercute a provável instalação da refinaria em Pernambuco. Cantanhêde afirma que Lula havia negado ter tratado do assunto no voo entre Lima e Caracas, como a autora havia publicado em reportagem anterior, mas novamente reafirma suas conclusões:

Lula negou ontem, via assessoria, que tenha discutido a questão no vôo entre Lima e Caracas e acertado não falar em Pernambuco para não criar atritos – como publiquei na Folha. Fica aqui registrada a reclamação, com uma ressalva: na declaração conjunta de terça-feira, Lula e Hugo Chávez “expressaram satisfação” com grupo de trabalho entre PDVSA (a Petrobras venezuelana) e a empresa Renor – cujo objetivo é a refinaria em Pernambuco. E documento de empresários cita especificamente esse Estado. Não por acaso. Bem, o anúncio está para sair, mas só depois da reforma tributária. Se até na Funasa, no Inca, no Incra e no Banco do Brasil tudo tem sido político, por que a refinaria seria apenas técnica? Acredite quem quiser (CANTANHÊDE, 2003e, p. A-2).

Assim como na cobertura de agosto de 2003, na segunda, realizada no mesmo mês do ano de 2006, predominaram os enquadramentos morais negativos, com foco na relação com Hugo Chávez.

A primeira matéria publicada traz título e bigode significativos: “Na Venezuela, Lula deve atuar como cabo eleitoral: Petista participa de inauguração de obra a um mês das eleições no país vizinho”. Esta foi a primeira viagem internacional de Lula após sua reeleição, para inauguração de uma ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, obra feita pela empreiteira brasileira Odebrecht.

O texto foca o ponto de que faltava apenas um mês para as eleições na Venezuela, enfatizando que Lula faria com Chávez o que no Brasil é proibido por lei, inaugurar obras em período de campanha. Há ainda declarações da oposição a Chávez nesse sentido: “A oposição venezuelana afirma que a presença de Lula na Venezuela, neste momento, é indevida, porque o brasileiro apareceria como uma espécie de cabo eleitoral de Chávez” (LEITE, 2006, p. A-11). A matéria ainda aborda as prioridades da política externa do governo Lula:

A primeira viagem de Lula depois de reeleito indica que não mudará a prioridade da política externa no segundo mandato. No primeiro, Lula priorizou a América Latina e países periféricos. Só na África foram 17 países visitados. Agora, cumpre seu primeiro compromisso internacional na Venezuela, principal adversário internacional dos estados Unidos na América Latina depois da ascensão de Chávez. Até o final do ano, Lula ainda tem viagens à Nigéria, à Bolívia e, talvez, ao México (LEITE, 2006, p. A-11).

A edição seguinte mantém o discurso de que Lula estaria atuando como cabo eleitoral de Chávez, repercutindo, também, o discurso do presidente brasileiro feito na Venezuela. Artigo de Eliane Cantanhêde critica declarações feitas por Lula e, principalmente, os ataques à imprensa brasileira.

Em tom de campanha, agora pela re-re-reeleição de Chávez, Lula recuou no tempo, de volta ao primeiro e ao segundo turnos aqui do Brasil, reclamando da... imprensa. E justamente na semana seguinte à descoberta de que a Polícia Federal quebrou o sigilo de telefones da Folha, apesar de Lula falar em lua-de-mel com a mídia e de prometer uma entrevista coletiva como deve ser, com princípio, meio e fim. Ao lado de Chávez, ele pegou pesado, comparando a imprensa do Brasil com a da Venezuela - tão dividida e radicalizada, contra e a favor do governo, como o próprio processo político no país chavista. Foi uma péssima comparação. Os assessores de Lula devem estar arrancando os cabelos (CANTANHÊDE, 2006, p.A-2).

Matéria publicada no caderno “Brasil” sobre a viagem presidencial corrobora o discurso, a começar pelo título e bigode: “Lula critica elite, imprensa e banqueiros e elogia Chávez: Presidente diz que ele e o venezuelano são vítimas de ‘preconceito’ e ‘incompreensões’”. O *lead* dá destaque à afirmação de Lula de que “ele, assim como seu colega Hugo Chávez - que teria sido ‘agredido’ por um certo ‘tipo de meio de comunicação’ - é vítima de ‘preconceito’ e ‘incompreensões’” (LEITE, 2006, p.A-4). O texto ainda afirma que Lula agiu como se Chávez já tivesse sido reeleito nas eleições que se aproximavam à época.

Mesmo após dizer que não daria ‘palpite’ na política venezuelana, o brasileiro fez campanha para Chávez, tratou o venezuelano como reeleito, se comparou mais de uma vez ao amigo e afirmou haver um grupo de governantes alinhados eleitos na América Latina (...) (LEITE, 2006, p.A-4).

A retranca coordenada à matéria acima citada explora a relação de Lula com a imprensa e a classifica como turbulenta. Além dela, há ainda outra nota que trata de gafe cometida por Lula em sua visita à Venezuela, ao tratar os venezuelanos por bolivianos.

Diante do exposto, fica evidente o direcionamento dado pela Folha nas coberturas das viagens de Lula à Venezuela para a discussão da controvérsia gerada pela aproximação com Hugo Chávez. A imagem do presidente venezuelano, nem sempre fidedigna, de esquerdista

revolucionário, avesso às instituições democráticas, acaba influenciando a cobertura, que deixa de lado aspectos da política externa em si, como nos casos analisados, os acordos bilaterais entre os países, para repercutir com maior veemência ações ou declarações dos mandatários, talvez sob influência dos desdobramentos da condução de uma diplomacia presidencial intensa.

Nas conclusões a seguir, este trabalho irá expor mais sistematicamente uma comparação entre a cobertura da Folha sobre as viagens realizadas por FHC e Lula analisadas, com o intuito de se salientar o posicionamento do veículo e de se identificar a maneira com que as informações foram interpretadas e transmitidas ao público.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa partiu da constatação de que a nova ênfase dada à diplomacia presidencial por Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com a adoção de uma prática mais intensa, acionou uma maior cobertura dos meios de comunicação. Assim, apesar de a política externa não ser um tema extensivamente explorado pela imprensa brasileira, adotou-se a hipótese de que quando o presidente atua ativamente em sua condução, a mídia tende a pautar a sua agenda com mais frequência sobre o tema.

Para além disso, o envolvimento do presidente nos eventos e tratativas internacionais é um dos fatores que proporciona relativa abertura sobre a agenda externa do país à sociedade civil, principalmente por atrair maior cobertura midiática (DANESE, 1999).

Assim, este trabalho avaliou a cobertura da Folha de S. Paulo sobre as viagens internacionais realizadas pelos dois presidentes, a partir do recorte de uma agenda permanente, – as viagens para participação nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU) –, ou seja, um evento de cúpula internacional que compõe a agenda de eventos obrigatórios aos mandatários, e uma agenda considerada controversa – as visitas à Venezuela Chavista –, com o intuito de se identificar uma relação entre a postura presidencial na condução da política externa, a cobertura midiática e o processo de produção da política externa e de se identificar possíveis fluxos de influência entre essas duas esferas de poder.

A percepção da Folha de S. Paulo acerca da diplomacia presidencial exercida por Cardoso e Lula oscilou entre respaldo, crítica e cobertura objetiva. Vale destacar que se observou um descolamento das avaliações do governo e do governante feitas pela Folha. Em dados momentos enalteceu-se o mandatário, mas criticou-se a política externa. Percebeu-se que a diferenciação entre FHC e Lula feita pela Folha deu-se pela personificação, não pela política externa exercida por cada presidente.

Ao se observar a cobertura da Folha sobre as viagens de ambos os presidentes para participação de Assembleias Gerais da ONU, de imediato percebe-se que o tom predominante, nos dois governos, foi de aprovação. Além disso, entre as matérias consideradas positivas, ou favoráveis à atuação dos presidentes, a maioria teve enquadramento oficialista, ou seja, adotou-se o discurso do governo para se veicular as informações, e “do jogo”, quando se expôs as estratégias do governo.

A transmissão do discurso oficial, sem apreciação crítica, passa a ideia de que o veículo apóia a atuação do presidente (CERQUEIRA, 2005). A descrição da agenda do presidente em viagem, o chamado enquadramento episódico, apesar de configurar matérias

neutras, isentas de julgamentos morais, também favorece, de certa forma, a diplomacia presidencial. Assim, constatou-se que o veículo demonstrou certo apoio ao protagonismo do país em fóruns e negociações internacionais, o que respalda a afirmativa de que a busca por uma maior inserção internacional do Brasil sempre fez parte da aspiração nacional, bem como contou com a legitimação das elites (LIMA, 2005a).

Tabela 10: Comparativo entre FHC e Lula – cobertura das viagens selecionadas para Assembleia Geral da ONU

ENQUADRAMENTO	FHC		LULA	
	Nº	%	Nº	%
Oficialista	10	34,48%	5	31,25%
Episódico	6	20,68%	1	6,25%
Temático	1	3,44%	0	0%
Moral	10	34,48%	5	31,25%
Jogo	2	6,89%	5	31,25%
TOTAL	29	100%	16	100%
CONTEÚDO	Nº	%	Nº	%
Positivo	16	55,17%	8	50%
Neutro	7	24,13%	3	18,75%
Negativo	6	20,68%	5	31,25%
TOTAL	29	100%	16	100%

Fonte: Elaboração própria

Conforme exposto na tabela 10 acima, o número maior de matérias publicadas sobre as viagens de Cardoso, comparado à cobertura no governo Lula (29 contra 16), se deu, principalmente, pelo fato de que as duas viagens de Cardoso analisadas foram mais extensas que as de Lula. Somaram-se, assim, 12 dias de cobertura no período FHC e oito no período Lula.

Contudo, se compararmos percentualmente a quantidade de matérias positivas e negativas, nota-se que os conteúdos positivos superaram os conteúdos negativos em aproximadamente 34% no governo FHC (55,17% positivo e 20,68% negativo), ao passo que no governo Lula essa mesma porcentagem foi de aproximadamente 19% (50% positivo e 31,25% negativo), ou seja, a cobertura da Folha teceu mais críticas no período Lula.

Na cobertura das viagens realizadas por Cardoso, as críticas concentraram-se em duas charges, uma que questionou a imagem do presidente no país, entre os cidadãos brasileiros, numa comparação, portanto, à imagem no ambiente externo, e outra que criticou os resultados do encontro entre FHC e Bush. Este encontro, particularmente, reuniu a maior parte das

críticas, por seus resultados terem sido considerados pelo veículo como insucessos, conforme visto no Capítulo 4. Diante das expectativas criadas para esse encontro, planejado e divulgado pelo Corpo Diplomático brasileiro, os desdobramentos acabaram não sendo considerados satisfatórios pela Folha. Nesse ponto fica clara a adoção de uma crítica embasada na busca por um resultado imediato da visita (DANESE, 1999). O veículo, portanto, adotou uma postura crítica e trouxe um julgamento da atuação internacional de Cardoso, expondo, nesse caso, pontos de falhos da diplomacia presidencial.

Já a parte negativa da cobertura sobre as viagens de Lula para participação em Assembleias Gerais da ONU teve forte influência de variáveis de contexto, especificamente o escândalo de corrupção ocorrido no Brasil em 2005. Os desdobramentos internos foram relacionados à atuação do presidente em sua primeira viagem analisada, gerando repercussões negativas. Além disso, a Folha discutiu o encontro entre Lula e o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, realizado paralelamente ao encontro multilateral realizado nos Estados Unidos, expondo as controvérsias da aliança entre os dois países.

Todavia, é importante reforçar a constatação de que as coberturas, em ambos os governos, priorizaram os fatos positivos das viagens às Assembleias Gerais da ONU, além de, por vezes, ressaltarem o prestígio internacional dos dois presidentes. Dessa forma, a Folha demonstrou apoio, ainda que tópico, ao curso de ação e à diplomacia presidencial adotada por FHC e Lula. Fato relacionado à constatação de que a liderança de ambos os presidentes foi acompanhada pela ascensão do Brasil no ambiente internacional, curso de ação historicamente apoiado pelas elites brasileiras (LIMA, 2005a).

Cabe lembrar que após a redemocratização do Brasil na década de 1980, a política externa passou a ter maior importância para o processo decisório no país, especialmente por assegurar maior autonomia do Brasil em tratativas internacionais (CASON; POWER, 2009).

Portanto, a busca pela projeção dos interesses brasileiros no exterior foi fato marcante tanto no governo Cardoso quanto no governo Lula. Conforme expõe Almeida (2011), no período Cardoso estabeleceu-se um multilateralismo moderado, enquanto durante os mandatos de Lula, esse multilateralismo passou a ser classificado como forte. Além da participação em agrupamentos como G-20, BRICs e IBAS, a reivindicação pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU reformado foi uma das principais diretrizes contidas no projeto de reforçar a atuação internacional do país de ambos os presidentes (ALMEIDA, 2004).

Em análise sobre a cobertura editorialística da Folha sobre globalização, abertura da economia e política externa no período FHC e o primeiro mandato do governo Lula,

Frizzarini (2007) corrobora a afirmação de que o jornal foi, de certa forma, complacente com o projeto de liberalização e reinserção internacional do Brasil no governo FHC.

Constituindo-se num pólo de defesa e vulgarizador intransigente da proposta do governo, a FSP erigia, como prioridade para a consecução dos propósitos de modernização e reinserção mundial, a estabilização da moeda e a necessidade de internacionalização da economia. Ao mesmo tempo, ia referendando a política externa do governo; a opção pelo multilateralismo, pela posição de *global trader*, a prioridade dada à América do Sul e, mesmo, o posicionamento do governo em relação à Alca, que, no seu entender, não seria um posicionamento ideológico e sim pragmático, uma vez que a postura do governo brasileiro havia invertido a famosa frase “O que é bom para os Estados é bom para o Brasil”, isto é, “FHC deixa claro que o Brasil não renuncia ao legítimo direito de defender sua 'individualidade', seus interesses divergentes e até mesmo concorrentes com os dos EUA” (FRIZZARINI, 2007, p. 12).

Dessa forma, a diplomacia presidencial mais ativa foi retratada, tanto pelo governo quanto pela Folha, como instrumento de promoção dos interesses brasileiros no cenário internacional. Por outro lado, as críticas realizadas pelo jornal às visitas à Venezuela Chavista demandaram maior esforço por parte do governo para explicação e valorização da diplomacia presidencial.

Em dissertação na qual se analisaram os editoriais e colunas da Folha de S. Paulo e do Globo no governo Cardoso, Cerqueira (2005) observou, no caso da Folha, uma postura de apoio à diplomacia presidencial exercida por FHC até aproximadamente 1996. Após esse período, segundo o autor, as análises do jornal sobre o tema passaram a ser norteadas por uma postura crítica até o fim do mandato, em 2002.

Esta conclusão não contradiz os achados desta dissertação, visto que nos espaços destinados à opinião do jornal, a Folha trouxe críticas a Cardoso, como as duas charges que questionaram a atuação externa de FHC, bem como artigos de opinião que questionaram, principalmente, os encontros entre os presidentes brasileiro e norte-americano. Contudo, como vimos, o tema específico da participação em Assembleias Gerais da ONU gerou uma percepção positiva pelo jornal, que dialogou com o discurso oficial do governo. Conforme já discutido neste trabalho, uma maior inserção internacional do Brasil encontra respaldo das elites e a diplomacia presidencial foi retratada como instrumento catalisador desse objetivo.

Outro ponto levantado por Cerqueira (2005) foi o fato de que o desenvolvimento da economia brasileira foi o parâmetro que pautou as análises do jornal sobre a condução da política externa brasileira no período, mesmo que a chancelaria a avaliasse com base em outros critérios, como a melhora das relações do Brasil com os outros países a partir das

visitas presidenciais, a capacidade de FHC de comandar a diplomacia do país e os resultados não imediatos de suas viagens.

Na cobertura das visitas à Venezuela sob o governo de Hugo Chávez, este ponto fica claro, já que as matérias consideradas positivas foram publicadas no caderno “Dinheiro” e no caderno “Mundo”, todas versando sobre temas ligados à economia. Reforça-se o ponto de que os resultados da integração econômica para o país foram bem avaliados, especialmente pelo setor empresarial brasileiro, a despeito das divergências de opinião sobre a relação entre Brasil e Venezuela, pautadas especialmente pela controvérsia de algumas posturas políticas tomadas por Chávez.

Constatou-se que a Folha manteve uma postura de questionamento da relação com o presidente Hugo Chávez desde o governo FHC. Em ambos os períodos, nos governos Cardoso e Lula, prevaleceram matérias de enquadramento moral (66% para FHC e 70 % para Lula) com conteúdos negativos (55% para FHC e 70 % para Lula).

Tabela 11: Comparativo entre FHC e Lula – cobertura das viagens selecionadas à Venezuela Chavista

ENQUADRAMENTO	FHC		LULA	
	Nº	%	Nº	%
Oficialista	1	11,11%	1	5,88%
Episódico	1	11,11%	1	5,88%
Temático	1	11,11%	1	5,88%
Moral	6	66,66%	12	70,58%
Jogo	-	0%	2	11,76%
TOTAL	9	100%	17	100%
CONTEÚDO	Nº	%	Nº	%
Positivo	3	33,33%	3	17,64%
Neutro	1	11,11%	2	11,76%
Negativo	5	55,55%	12	70,58%
TOTAL	9	100%	17	100%

Fonte: Elaboração própria

A Folha priorizou a exposição da controvérsia gerada pela aproximação à Hugo Chávez a partir da exploração da imagem de esquerdista revolucionário do presidente Venezuelano, avesso às instituições democráticas. A cobertura perpassou pelo viés ideológico, especialmente no período Lula, tirando o foco de alguns aspectos da política externa, como acordos bilaterais entre os dois países sul-americanos.

Alguns constrangimentos políticos da relação com Chávez foram explorados pelo jornal nos dois períodos com repercussão negativa, norteado pela visão de desfavorecimento

dos interesses nacionais em virtude de simpatias ideológicas, nesse caso, com maior veemência no governo Lula.

Assim como constatado no trabalho de Cerqueira (2005), notou-se também o fato de que a Folha, por algumas vezes, transmitiu a ideia de que os presidentes Cardoso e Lula haviam invertido a lógica da diplomacia presidencial, ou seja, a imagem positiva dos mandatários no exterior estaria sendo explorada para se encobrir problemas internos.

Conforme visto no Capítulo 3, o noticiário apresenta versões dos fatos sob o ponto de vista daqueles que produzem a notícia, direcionando a compreensão dos receptores. É importante salientar, ainda, que aspectos inerentes à empresa jornalística condicionam a cobertura. A adesão a um projeto em andamento, como no caso analisado da cobertura das viagens para a Assembleia Geral da ONU, também se deve, em parte, pelo fato de que “o jornal é também a expressão de uma burguesia que necessita se associar ao capital para se modernizar [e, portanto,] apóia o projeto de internacionalização” (FRIZZARINI, 2007, p. 24). Por outro lado, ao ser porta-voz de determinados interesses, tece críticas pontuais ao governo que, de acordo com Frizzarini (2007), não chegam a afetar substancialmente os fundamentos essenciais da política vigente.

Fica evidente, portanto, a constatação da existência de uma relação entre a mídia e o processo de formulação de política externa, mesmo que a imprensa não exerça uma influência direta nas tomadas de decisão em política internacional. Não se pode negligenciar, todavia, que os meios de comunicação estão presentes no cotidiano da sociedade civil, bem como do Executivo que, por muitas vezes, responde às provocações da imprensa.

Há que se relativizar a influência da mídia, por outro lado, nos casos estudados em específico, pelo fato de que tanto FHC quanto Lula estabeleceram metas claras para suas respectivas políticas externas, especialmente no que concerne o aumento da inserção internacional do país. Conforme já visto no Capítulo 3, quando o presidente exerce uma diplomacia presidencial intensa, este não só atrai uma maior cobertura da imprensa, mas também possui em suas mãos a capacidade de direcionar a atribuição de significados a determinados temas. Especialmente se o mandatário estabelece claras prioridades em política externa, o que aumenta seu poder de influência (PEAKE, 2003; ROBINSON, 1999, 2001).

Assim, com a ativa diplomacia presidencial exercida por FHC e Lula e a consequente cobertura midiática sobre política externa mais intensa, ampliaram-se os espaços de discussão sobre o tema. Visto que os meios de comunicação têm a capacidade de submeter o discurso oficial à análise crítica (HILL, 2003), o papel da imprensa no processo de formulação de política externa não pode ser subestimado.

REFERÊNCIAS

- AITH, Márcio. Bush recebe FHC hoje, a pedido do Brasil: encontro de presidentes na Casa Branca foi solicitado pelo governo brasileiro e terá curta duração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 nov. 2001a. Caderno Mundo, p.A-13.
- AITH, Márcio. FHC e Bush têm encontro superficial: reunião dura mais que previsto, mas agenda derruba entrevista no jardim da Casa Branca. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 nov. 2001b. Caderno Mundo, p.A-12.
- ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu Revista de Comunicação, Cultura e Política da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p.93, jan./jun. 2003.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.47, n.1, p.162, jun. 2004.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.49, n.1, p.95, jun. 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Diplomacia presidencial: cronologia de viagens e visitas, 2002-2007. Viagens efetuadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ao exterior, visitas de personalidades estrangeiras de alto nível ao Brasil e participação do Presidente da República em eventos multi- e plurilaterais.** Disponível em <www.pralmeida.org/05DocsPRA/ViagensVisitasLula.pdf>. Acesso em 13 jan. 2011.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva.** Disponível em <www.pralmeida.org/05DocsPRA/1227PolExtFHCLula.pdf>. Acesso em 25 dez. 2011.
- ANDRADE, Lydia; YOUNG, Garry. Presidential agenda setting: influences on the emphasis of foreign policy. **Political Research Quarterly**, v.49, p.591-605, Feb. 1996.
- ANGELI FILHO, Arnaldo. Charge. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1998. Caderno Opinião, p.2.
- ANGELI FILHO, Arnaldo. O voo de volta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2001, Caderno Opinião, p.A-2.
- ARBEX JR, José. **Shownarlismo: a notícia como espetáculo.** São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse Nacional**, São Paulo, Ano 1, n.1, p.11, out. 2008.
- BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL CONJUNTA ABRI-ISA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Relações Internacionais, jul. 2009.

BARROS, Alexandre de S. C. A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: MUÑOZ, Heraldo; TULCHIN, Joseph (Ed.). **A América Latina e a política mundial**. São Paulo: Convívio, p.29, 1986.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p.189, 2002.

BENEDETTI, Mario. No te salves. In: BENEDETTI, Mario. **Poesia Habana**. Ciudad de la Habana: Editorial Pueblo e Educación, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cronologia da política externa do governo Lula (2003-2006)**. Brasília: Funag, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Visitas internacionais do presidente Lula e visitas ao Brasil de chefes de estado e de chefes de governo (2003 a 2010)**. Brasília: Funag, 2011.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Informações presidenciais**. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais>>. Acesso em 23 abr. 2011.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Diários do príncipe: imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CANTANHÊDE, Eliane. FHC se diz aliviado ao pagar dívida: presidente fala em Caracas sobre US\$ 10,2 bilhões devolvidos ao FMI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2000a. Caderno Dinheiro, p.3.

CANTANHÊDE, Eliane. FHC diz que Brasil pode entrar na Opep: presidente surpreende comitiva com declaração; estatal venezuelana vai abrir postos de gasolina no país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2000b. Caderno Dinheiro, p.11.

CANTANHÊDE, Eliane. Silêncio ensurdecador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 abr. 2000c. Caderno Opinião, p.2.

CANTANHÊDE, Eliane. Lula em Caracas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2003a. Caderno Opinião, p.2.

CANTANHÊDE, Eliane. Não gosto do rótulo ‘esquerda’, diz Lula: em encontro com Chávez, presidente afirma que críticas mais duras a seu governo vêm de ‘setores corporativos’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2003b. Caderno Opinião, p.2.

CANTANHÊDE, Eliane. Chávez pode vencer pelo diálogo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2003c. Caderno Brasil, p.A-9.

CANTANHÊDE, Eliane. Os companheiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2003d. Caderno Opinião, p.A-2.

CANTANHÊDE, Eliane. Refinando. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2003e. Caderno Opinião, p.A-2.

CANTANHÊDE, Eliane. Papai noel que se cuide. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2006. Caderno Opinião, p.A-2.

CANTANHÊDE, Eliane. Fala vende Brasil como líder de um novo mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 set. 2009^a. Caderno Mundo, p.A-11.

CANTANHÊDE, Eliane. Passo em falso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 set. 2009b. Caderno Opinião, p.A-2.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. **International Political Science Review**, v.30, n.2, p.117, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Avaliação do governo e pesquisa eleitoral**. Brasília: CNI-Ibope, 2010.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

DANESE, Sérgio. **A Escola da liderança**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DÁVILA, Sérgio. Presidente visita museu e ataca de crítico de arte. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2001a. Caderno Brasil, p.A-11.

DÁVILA, Sérgio. FHC propõe ‘globalização solidária’ ao falar na ONU: na abertura da assembleia geral, presidente criticou indiretamente EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2001b. Caderno Brasil, p.A-5.

DÁVILA, Sérgio. Ocupação das cadeiras varia segundo o poder. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2001c. Caderno Brasil, p.A-5.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, vol.43, n.4, p.51-58, 1993.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.51, n.2, p.80, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2009, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Relações Internacionais, jul. 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; RIBAS, Letícia Diniz. A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula. In: III SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, nov. 2011.

FREITAS, Ananias José de; PIRES, Teresinha Maria de C. Cruz. Produção da opinião jornalística na berlinda. **Líbero**, São Paulo, vol.12, p.129-141, jun. 2009.

FRIZZARINI, Maria Goreti Juvencio Sobrinho. Análise da cobertura editorialística do jornal Folha de S. Paulo sobre a globalização, a política externa e a reinserção do Brasil na economia mundial durante 1995-2006. **Communicare**, São Paulo, vol.7, n.1, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação da Folha de S. Paulo: edição eletrônica**. São Paulo: 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em 14 jan. 2012.

FUCCILLE, Luís Alexandre. Segurança e defesa no cenário sul-americano: um balanço das tensões entre realidade doméstica e plano externo. In: IX BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION CONGRESS, 2008, Nova Orleans, Estados Unidos. **Anais...** Nova Orleans, 2008.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GARCIA, Luiz (Org.). **O Globo: manual de redação e estilo**. 27. ed. São Paulo: Globo, 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, Cap.2, 2007.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Análise de Conjuntura OPSA**, n.12, dez. 2010. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/81_analises_AC_n_12_dez_2010.pdf>. Acesso em 03 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 02 mar. 2012.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Viagens oficiais de Fernando Henrique Cardoso 1995 - 2002 (ordem cronológica)**. Disponível em <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/doctosApoio/viagens_1995_2002_crono.pdf>. Acesso em 05 dez. 2011.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Mídia e política externa: democratização ou instrumentalização? A política externa brasileira segundo a Folha de S. Paulo (1998-2002). **Política Externa**, São Paulo, v.18, p.189, 2009.

KLUVER, Alan R. The logic of new media in international affairs. **New media & society**, Sage Publications, v.4, n.4, p.499, 2002.

LAFER, Celso. Prefácio. In: DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

LAGE, Janaína. Lula se reúne com iraniano e defende sua aspiração nuclear: brasileiro diz que Irã tem direito de enriquecer urânio desde que aceite fiscalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 set. 2009. Caderno Mundo, p.A-16.

LEITE, Marcelo. Quem faz a opinião da Folha. **Folha de S. Paulo**, 12 maio 1996. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fofha/ombudsman/omb_19960512.htm. Acesso em 04 dez. 2011.

LEITE, Pedro Dias. Ministro diz que sucesso externo de Lula incomoda. **Folha de S. Paulo**, 16 set. 2005. Caderno Brasil, p.A-13.

LEITE, Pedro Dias. Lula critica elite, imprensa e banqueiros e elogia Chávez: presidente diz que ele e o venezuelano são vítimas de 'preconceito' e 'incompreensões'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2006. Caderno Brasil, p.A-4.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.265, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração internacional e política externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, vol.82, p.4-19, 2005a.

LIMA, Maria Regina Soares de. Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, n°.83, p.16, 2005b.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Razões para a adesão da Venezuela ao Mercosul**. 3ª Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto legislativo n° 430, de 2008. 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. 9 de junho de 2009. Disponível em http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/artigos/2_conferencias_2009_06_09_Lima_Venezuela.pdf. Acesso em 07 fev. 2012.

MAIA, Lucas de Abreu. Política externa deve perder caráter "presidencialista". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,politica-externa-deve-perder-carater-presidencialista,632484,0.htm>. Acesso em 28 nov. 2011.

MAIA, Rousiley C. M (Coord.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

- MAIA, Rousiley C. M.; VIMIEIRO, Ana Carolina. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v.18, n.1, p.235-252, 2011.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes,1985.
- MOURA, Cristina Patriota de. O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco. **Cena Internacional**, Ano 8, n.1, p.20, 2006.
- NAVEH, Chanan. The role of the media in foreign policy decision-making: a theoretical framework. **Conflict & Communication Online**, v.1, n.2, 2002.
- NOGUEIRA, Rui. Brasil exhibe modelo para acordo nuclear: tratado de 91 com a Argentina será usado para tentar convencer Índia e Paquistão a cessar testes atômicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1998. Caderno Mundo, p.12.
- NOVELLI, Ana Lúcia C. R. **O projeto Folha e a negação do quarto poder**. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.
- PEAKE, Jeffrey S. Presidential agenda setting in foreign policy. **Political Research Quarterly**, v.54, n.1, p.69-86, 2001.
- PINHEIRO, Letícia; NOGUEIRA, Danielle; MACEDO, Vanessa Rodrigues de. Brazilian foreign policy: a tale of several voices? BISA ANNUAL CONFERENCE, 2007. **Anais...** Cambridge, Reino Unido, 2007.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. Projeto Folha inicia jornalismo moderno. In: **Folha 80 Anos** – edição eletrônica. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>>. Acesso em 09 mar. 2012.
- PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. 2002. 26º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...** Caxambú, 22 a 26 set. 2002.
- PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, Boston, v.42, n.3, p. 427, 1988.
- RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos Estudos**, São Paulo, v. 87, p. 35, 2010.
- RISSE-KAPPEN, Thomas. Public opinion, domestic structure, and foreign policy in liberal democracies. **World Politics**, n. 43, p. 479, 1991.
- ROBINSON, Piers. The CNN effect: can the news media drive foreign policy? **Review of International Studies**, n. 25, p. 301-309, 1999.

ROBINSON, Piers. Theorizing the influence of media on world politics - models of media influence on foreign policy. **European Journal of Communication**, Sage Publications, v. 16, n. 4, p. 523-544, 2001.

ROSSI, Clóvis. Coesão de novo bloco é questionada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2003. Caderno Mundo, p.A-16.

ROSSI, Clóvis. A deserção final. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2003. Caderno Opinião, p.A-2.

ROSSI, Clóvis. O batom na língua. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2005. Caderno Opinião, p.A-2.

ROSSI, Clóvis. Lula falou a iraniano que negar holocausto é grave, diz governo: segundo assessor do presidente brasileiro, Ahmadinejad contesta apenas a utilização política do massacre por Israel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2009. Caderno Mundo, p.A-13.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: 5º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2007, Aracajú. **Anais...** Aracaju, 2007.

SÁ, Nelson de. FHC em toda parte. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 nov. 2001. Caderno Brasil, p. A-9.

SÁ, Nelson de. Limpeza de imagem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2001. Caderno Brasil, p. A-6.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Revista Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 4, n. 1, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 5, 2002.

SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. **Journal of Communication**, Washington, vol. 57, p. 9-20, 2007.

SCOLESE, Eduardo. Lula foca Haiti em ida à Guatemala e aos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 set. 2005. Caderno Brasil, p.A-11.

SCOLESE, Eduardo. Lula completa 470 dias de viagens ao exterior: tempo equivale a 16% do mandato de 8 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 dez. 2010. Caderno Poder, p.A-7.

SER de esquerda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2003. Caderno Opinião, p.A-2.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. FHC diz a empresários dos EUA que controla déficit: presidente afirma que se deve olhar para a natureza dos gastos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1998a. Caderno Brasil, p.4.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Brasileiro elogia Clinton. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 1998b. Caderno Brasil, p.4.

SPÉCIE, Priscila. **Política externa e democracia: reflexões sobre o acesso à informação na política externa brasileira a partir da inserção temática ambiental no caso dos pneus entre o Mercosul e a OMC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SORENSEN, Theodore. Foreign policy in a presidential democracy. **Political Science Quarterly**, Nova Iorque, v. 109, n. 3, p. 515, 1994.

SOROKA, Stuart N. Media, public opinion, and foreign policy. **Harvard International Journal of Press and Politics**, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 27, 2003.

SOUZA, Amaury. **A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier CEBRI, 2009.

SUWWAN, Leila. Lula é constrangido na ONU a explicar corrupção no país: presidente fica contrariado com questão sobre interferência da crise no combate à fome. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 2005. Caderno Brasil, p.A-13.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31, 2004.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273, 2007.

VILLAS BOAS, Glauco. Charge. **Folha de S. Paulo**, 15 ago. 2001. Caderno Opinião, p.A-2.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, vol. 5. n. 2, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil. De Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ZAMIN, Ângela. Meios-fonte nas páginas de internacional de O Estado de S. Paulo. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 22, p. 250-261, 2011.

ZANINI, Fábio. Reforma agrária de FHC recebe elogios de Chávez: PT considera venezuelano aliado no combate ao neoliberalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2001. Caderno Brasil, p.A-6.

APÊNDICE - Cronologia das Viagens Internacionais dos Presidentes FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) ³⁵

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 – 2002)

1995 – 1º MANDATO

Fevereiro / Março

1. Dia 28ª a 1º março – Visita ao Uruguai para assistir às cerimônias de posse do Presidente Júlio Maria Sanguinetti. **POSSE PRESIDENCIAL**
Dias 1º a 4 - Visita oficial ao Chile. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

2. Dias 17 a 22 – Visita oficial aos Estados Unidos da América (Nova York e Washington). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Mai

3. Dias 5 a 7 – Participa das cerimônias oficiais de comemoração do Cinquentenário do Término da Segunda Guerra Mundial, na cidade de Londres, Inglaterra, Reino Unido. **ATO COMEMORATIVO MULTILATERAL**

Julho

4. Dias 3 a 5 – Visita à Venezuela para participar das comemorações da data nacional venezuelana (dia 5 de julho: Dia da Independência) e discutir uma ampla agenda bilateral. **ATO COMEMORATIVO UNILATERAL + VISITA BILATERAL ÚNITÁRIA**
5. Dias 7 a 9 – Visita à Argentina para assistir às cerimônias de posse do Presidente Carlos Saul Menem. **POSSE PRESIDENCIAL**
6. Dias 18 a 22 – Visita de Estado a Portugal (Lisboa, Coimbra e Porto). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
7. Dias 27 e 28 – Visita ao Peru para assistir às cerimônias de posse do Presidente Alberto Fujimori (Lima). **POSSE PRESIDENCIAL**

Agosto

8. Dias 4 e 5 – Participa da VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum (Mercosul), na cidade de Assunção, Paraguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Setembro

9. Dias 13 a 18 – Visita oficial à Bélgica (Bruxelas). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

³⁵ Esta cronologia foi elaborada com base nas fontes: DANESE, 1999; GARCIA, 2005; ALMEIDA, 2007; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2007; VIZENTINI, 2008; INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2011; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2001.

Dias 18 a 21 – Visita de Estado Alemanha (Frankfurt, Hannover, Berlim e Bonn).
VISITA BILATERAL UNITÁRIA

Outubro

10. Dia 16 – Participa da V cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

11. Dias 20 a 23 – Participa da Sessão Especial da Assembléia Geral comemorativa do cinquentenário da Organização das Nações Unidas, na cidade de Nova York, Estados Unidos (Washington – dia 21 – e NY). **ATO COMEMORATIVO MULTILATERAL**

Novembro

12. Dias 5 a 7 – Participa da V Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul, Grupo dos Quinze, na cidade de Buenos Aires, Argentina. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dezembro

13. Dias 6 e 7 – Participa da IX Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Punta del Este, Uruguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

14. Dias 10 a 20 – Visitas oficiais à Alemanha (Berlim – 10 a 11), à República Popular da China (Pequim, Macau, Xangai – 11 a 17) à Malásia (Kuala Lumpur - 17 a 19), escala técnica em Abu Dabi, Emirados Árabes Unidos, e à Espanha (Madri – 20). **QUATRO VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS E UMA ESCALA TÉCNICA**

1996

Janeiro

15. Dias 22 a 23 – Visita oficial à Espanha (Barcelona) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 24 a 27 – Visita oficial à Índia (Bombaim, Nova Delhi). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 27 e 28 – Escala Técnica em Palermo, Itália. **ESCALA TÉCNICA**

Fevereiro

16. Dias 18 a 20 – Visita de Estado ao México. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Março

17. Dias 9 a 16 – Visita de Estado ao Japão, com escala em São Francisco, nos Estados Unidos: 9 a 11, São Francisco (EUA); 12 a 15: Tóquio (Japão); 15 e 16: San Antonio (EUA). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E DUAS ESCALAS TÉCNICAS COM CONTATO OFICIAL**

Abril

18. Dias 7 a 10 – Visita oficial à Argentina. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio

19. Dias 26 a 30 – Visita oficial à França (Lyon e Paris). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dias 30 a 31 – Visita oficial à Suíça (Genebra). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Junho

20. Dias 24 a 26 – Participa da X Reunião do Conselho do Mercado Comum, nas cidades de Buenos Aires e San Luis, Argentina. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**
 Dia 26 – Visita oficial a Assunção, Paraguai, para receber o Grande Colar da Ordem Nacional do Mérito Marechal Francisco Solano Lopes, que faz parte das comemorações dos 30 anos da Ata das Cataratas, firmada entre Brasil e Paraguai para construção da Usina de Itaipu. **COROAÇÃO**

Julho

21. Dias 16 a 18 – Participa, em Lisboa, Portugal, da Reunião de Chefes de Estado e Governo dos Países de Língua Portuguesa, para tratar da instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Setembro

22. Dias 2 a 4 – Visita oficial a Cochabamba, Bolívia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

23. Dias 9 a 11 – Participa da VI Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, realizada no Chile. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
24. Dias 24 a 25 – Visita oficial a Angola (Kuito e Luanda). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dias 25 a 28 – Visita oficial à África do Sul (Pretória, Cidade do Cabo e Joanesburgo). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dezembro

25. Dia 7 – Participa da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia (Cúpula das Américas). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

1997**Fevereiro**

26. Dias 8 a 10 – Visita de trabalho à Inglaterra, Reino Unido (Londres). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dias 11 a 13 – Visita de Estado à Itália (Bolonha e Roma). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dia 14 – Visita de Estado ao Vaticano (Santa Sé). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

27. Dias 21 a 24 – Visita de Estado ao Canadá (Ottawa, Toronto e Montreal). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Mai

28. Dias 4 a 6 – Visita de Estado ao Uruguai (Montevideu e Rivera). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Junho

29. Dia 19 – Participa da XII Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Assunção, República do Paraguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**
30. Dias 21 a 24 – Participa da Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Julho

31. Dia 25 – Visita de trabalho à Bolívia (Puerto Quijaro). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Agosto

32. Dias 22 e 23 – Participa da XI Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Assunção, Paraguai. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Setembro / Outubro

33. Dias 30.09 a 2.10 – Visita oficial ao Chile (Santiago). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

34. Dias 6 e 7 – Encontro com o Presidente da Colômbia, na cidade de Cartagena das Índias. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 7 e 8 – Participação, na Venezuela, da Cúpula Ibero-Americana (Isla de Margarita). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
35. Dia 25 – Encontro com o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, em Saint Georges de l'Oyapock, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. **ENCONTRO DE FRONTEIRA (do outro lado da fronteira)**

Dezembro

36. Dias 1º a 5 – Visita de Estado à Inglaterra, Reino Unido (Cambridge e Londres). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
37. 14 e 15 – Participa da XIII Reunião do Conselho do Mercosul no Uruguai (Montevideu). **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

1998**Janeiro**

38. Dias 27 a 31 – Visita oficial à Suíça (Berna, Zurique e Davos). Participa do Foro Econômico Mundial na cidade de Davos. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Abril

39. Dia 17 – Encontro com o Presidente boliviano, Hugo Banzer, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia (17). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 17 a 19 – Participa da II Cúpula das Américas, em Santiago, Chile. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
40. Dias 21 a 22 – Visita de Estado à Espanha (Madri). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio

41. Dias 16 a 18 – Visita oficial à Espanha (Barcelona). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 18 e 19 – Participação, em Genebra, Suíça, na sede da OMC, das comemorações do cinquentenário do sistema multilateral de comércio, no contexto da II Conferência Ministerial da OMC. **ATO COMEMORATIVO MULTILATERAL + GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**
Dias 20 a 22 – Visita de Estado a Portugal; participação da inauguração da Expo 98; participação do 5º Fórum Euro-Latino-Americano e jantar com governantes de Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique – Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). **ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL + ENCONTRO MULTILATERAL + ENCONTRO SUB-REGIONAL PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL**

Junho

42. 6 a 8 – Visita aos Estados Unidos. Encontro com o Presidente Bill Clinton, em Camp David. Anuncia em Nova Iorque a criação da Secretaria Nacional Antidrogas, durante Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre o mesmo tema. **ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL + GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Julho

43. Dias 23 e 24 – Participa da XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum e de Reunião de Cúpula do Mercosul, na cidade de Ushuaia, Argentina. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Agosto

44. Dias 14 e 15 – Visita oficial ao Paraguai (Assunção). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Outubro

45. Dias 16 a 19 – Participa da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, na cidade de Porto, Portugal. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Novembro

46. Dia 23 – Visita oficial à Venezuela, em Marco Bv-8 (Fronteira Brasil/Venezuela)
ENCONTRO DE FRONTEIRA

1999 – 2º MANDATO**Fevereiro**

47. Dia 9 – Participa, na Bolívia, da cerimônia de descerramento da placa comemorativa da inauguração do gasoduto Brasil-Bolívia. **ATO COMEMORATIVO BILATERAL**

Abril

48. Dias 14 a 16 – Visita de trabalho à Alemanha (Bonn)
Dias 16 a 19 – Visita oficial a Portugal (Évora e Lisboa)
Dias 19 a 21 – Visita oficial à Inglaterra, Reino Unido (Londres). **TRÊS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Mai

49. Dias 8 a 11 – Visita de trabalho aos Estados Unidos (Washington e Nova York).
VISITA BILATERAL UNITÁRIA
50. Dias 28 e 29 – Participa da XIII Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), na Cidade do México. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Junho

51. Dias 6 e 7 – Visita de trabalho à Argentina, a convite do Presidente Carlos Menem (Buenos Aires). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
52. Dia 15 – Visita oficial a Assunção, Paraguai. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Julho

53. Dias 20 a 22 – Visita oficial à República do Peru (Lima). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Outubro

54. Dia 8 – Encontro com o Presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, na cidade fronteiriça de Letícia, Colômbia. **ENCONTRO DE FRONTEIRA (do outro lado da fronteira)**

Novembro

55. Dia 13 – Participa do encerramento da VI Reunião Plenária do Círculo de Montevidéu (Parlamento Mercosul), em São Domingos, República Dominicana. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Dias 14 a 16 – Participa da IX Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana, em Havana, Cuba. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dias 17 a 22 – Viagem à Itália, onde realiza encontros com o Presidente Carlo Azeglio Ciampi e outros membros do Governo italiano (Roma, Florença). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 19 – É recebido em audiência pelo Papa João Paulo II, no Vaticano.

Dezembro

56. Dias 7 a 8 – Participa da reunião de cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, Bolívia e Chile, na cidade de Montevidéu, Uruguai

Dias 8 a 12 – Posteriormente, participa da cerimônia de posse do Presidente da Argentina, Doutor Fernando de La Rúa, em Buenos Aires. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS + POSSE PRESIDENCIAL**

2000

Março

57. Dias 29.02 a 1.03 – Visita ao Uruguai para posse do presidente Jorge Batlle (Montevidéu). **POSSE PRESIDENCIAL**

58. Dias 7 a 9 – Visita oficial a Portugal (Lisboa e Santarém). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

59. Dias 10 a 12 – Visita ao Chile para participar da cerimônia de posse do Presidente-eleito Ricardo Escobar, em Santiago (Além de Viña Del Mar e Valparaíso). **POSSE PRESIDENCIAL**

Abril

60. Dias 3 a 5 – Visita oficial à Costa Rica (San José). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 6 a 7 – Visita oficial à Venezuela (Caracas e Guayana). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio / Junho

61. Dias 30.05 a 3.06 - Visita de trabalho à Alemanha (Berlim e Hannover).

Dias 3 a 6/06 – Visita oficial à França (Paris). **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Junho

62. Dias 15 a 16 – Participa da XIV Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Cartagena das Índias, Colômbia. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

63. Dias 28 a 30 – Participa da XVIII Reunião do Conselho Mercado Comum e da Reunião dos Chefes de Estado do Mercosul, realizada em Buenos Aires, Argentina. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Julho

64. Dias 16 a 18 – Participa da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada na cidade de Maputo, Moçambique. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Outubro

65. Dias 3 a 10 – Visita oficial à Alemanha (3 a 8) e aos Países Baixos (Holanda – Otterlo, Amsterdam e Haia (8 a 10)). **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**
66. Dias 24 a 28 – Visita oficial à Espanha (Madri e Oviedo). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

67. Dias 17 a 19 – Visita Oficial ao Panamá, a fim de participar da X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana. **ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO REGIONAL + ENCONTRO DE COALIZÃO PLUIREGIONAL**

Novembro / Dezembro

68. Dias 29.11 a 2.12 – Visita oficial ao México, a fim de participar das cerimônias de posse do Presidente eleito, Vicente Fox Quesada. **POSSE PRESIDENCIAL**

Dezembro

69. Dia 8 – Visita de trabalho à Bolívia (Puerto Suarez). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

2001**Janeiro**

70. Dias 15 e 16 – Viagem oficial ao Canadá (Vancouver).
 Dias 17 a 20– Visita de trabalho à Coreia do Sul (Panmunjom, Seul)
 Dias 20 a 23 – Visita oficial à Indonésia (Jacarta e Bali)
 Dia 22 – Visita oficial ao Timor Leste (Díli).
QUATRO VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS
 Dias 23 e 24 – Visita oficial à África do Sul (Cidade do Cabo). **ESCALA TÉCNICA (Sem compromissos oficiais)**

Março

71. Dias 29 a 1º.04 – Visita de trabalho aos Estados Unidos. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

72. Dias 19 a 23 – Participa da III Cúpula das Américas, em Quebec, Canadá. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Junho

73. Dias 21 e 22 – Participa da XX Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Reunião dos Chefes de Estado do Mercosul, na cidade de Assunção, Paraguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

74. Dias 26 a 28 – Visita de Estado à Bolívia (La Paz e Yacuiba, Santa Cruz de La Sierra).
VISITA BILATERAL UNITÁRIA

Julho

75. Dias 27 e 28 – Visita oficial à República do Peru para participar das cerimônias de posse do Presidente Alejandro Toledo. **POSSE PRESIDENCIAL**

Agosto

76. Dia 13 – Participa, juntamente com o Presidente Hugo Chávez, da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela, em Santa Elena do Uairen, Venezuela. **ATO COMEMORATIVO BILATERAL**

77. 16 a 19 – Participa da XV Reunião de Chefes de Estados e de Governo do Mecanismo de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Santiago, Chile. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Setembro / Outubro

78. Dias 30.09 a 2.10 – Visita oficial ao Equador (Quito). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Outubro

79. Dias 25 a 28 – Visita oficial à Espanha (Madri).
Dias 28 e 29 – Visita oficial à Inglaterra, Reino Unido (Londres).
Dias 29 a 31 – Visita oficial à França (Paris).
TRÊS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS

Novembro

80. Dias 7 a 11 – Visita de trabalho aos Estados Unidos e participação da abertura do Debate-Geral da 56ª Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. **ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL + GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

81. Dias 23 a 25 – Visita oficial à República do Peru (Lima). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dezembro

82. Dias 20 e 21 – Participa da XXI Reunião de Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

2002

Janeiro

83. Dias 12 a 16 – Visita Oficial à Rússia (Moscou). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 16 e 17 – Visita Oficial à Ucrânia (Kiev). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Fevereiro

84. Dias 17 e 18 – Participa da Cúpula de Presidentes do Mercosul, Bolívia e Chile, em Buenos Aires, Argentina. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

85. Dias 21 a 24 – Visita oficial à Suécia (Estocolmo)
 Dias 24 a 26 – Visita oficial à Polónia (Varsóvia e Cracóvia)
 Dias 26 e 27 – Visita oficial a Eslováquia (Bratislava)
TRÊS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS

Março

86. Dia 5 – Visita oficial à Guiana (Georgetown)
 Dias 5 a 7 – Visita oficial ao Panamá (Cidade do Panamá).
DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS

87. Dias 18 a 20 – Visita de Estado à República do Chile (Arica e Santiago). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Mai

88. Dias 15 a 18 – Visita oficial à Espanha + II Cúpula América Latina e Caribe - União Europeia (Madri e Salamanca).
 Dias 18 a 21 – Visita oficial à Itália (Roma).
 Dia 20 – Visita oficial ao Vaticano.
TRÊS VISITAS BILATERAIS E ENCONTRO MULTILATERAL

Julho

89. Dias 4 e 5 – Participa da XXII Cúpula do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, Argentina. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

90. Dias 25 a 27 – Participa da segunda reunião de Chefes de Estado dos países da América do Sul na República do Equador (Guayaquil). **ENCONTRO REGIONAL**

Agosto

91. 20 e 21 – Visita de Estado ao Uruguai (Montevideu). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

92. 31.08 a 03.09 – Participa da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Novembro

93. Dias 9 a 13 – Visita oficial a Portugal, para participar da VI Cimeira Luso-Brasileira. **ENCONTRO BILATERAL REGULAR**
 Dias 13 e 14 – Visita de trabalho à Inglaterra, Reino Unido (Oxford) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dias 14 a 16 – visita oficial à República Dominicana, para participar da XII Cúpula Ibero-Americana de chefes de Estados e de Governo (Bávaro). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dezembro

94. 07 a 10 – Visita de trabalho a Nova Iorque (EUA) para receber o Prêmio Mahbub U1 Haq 2002, por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano, conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).
COROAÇÃO

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003 – 2010)**2002****Dezembro**

1. Dia 2 – Em sua primeira viagem ao exterior como Presidente eleito, Lula visita a Argentina. **VIAGEM DE PRESIDENTE ELEITO (Viagem de trabalho)**
Dia 3 – O Presidente eleito Lula visita o Chile. **VIAGEM DE PRESIDENTE ELEITO (Viagem de trabalho)**
2. Dia 10 – O Presidente eleito Lula visita os Estados Unidos e se encontra, em Washington, com o Presidente George W. Bush. (A convite de Bush) **VIAGEM DE PRESIDENTE ELEITO (Viagem de trabalho)**
Dia 11 – O Presidente eleito visita o México e mantém reunião de trabalho com o Presidente Vicente Fox. **VIAGEM DE PRESIDENTE ELEITO (Viagem de trabalho)**

2003 – 1º MANDATO**Janeiro**

3. Dias 15 e 16 – O Presidente Lula visita o Equador para assistir à posse do Presidente Lucio Gutiérrez. **ENCONTRO BILATERAL REGULAR**
(Café da manhã com do presidente do Equador, Lúcio Gutierrez Borba; encontros com os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez; do Chile, Ricardo Lagos; da Colômbia, Álvaro Uribe; do Peru, Alejandro Toledo; e com o SG da OEA, César Gaviria; constituição do “grupo de amigos” para ajudar a OEA na crise política da Venezuela - Quito, 16 janeiro).
4. Dia 26 - O Presidente Lula participa do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, onde faz um apelo à comunidade internacional para que se una em torno do combate à fome e à pobreza. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**
Dias 27 a 28 – O Presidente Lula visita a Alemanha, onde se reúne com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, o Presidente Johannes Rau e com o diretor-geral do FMI, Horst Köhler, em Berlim. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 28 – Em seguida, o Presidente Lula visita a França para encontros com o Presidente Jacques Chirac e o Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin (Paris). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio

5. Dias 22 a 24 – O Presidente Lula participa da XVII Cúpula do Grupo do Rio, realizada em Cuzco, Peru. Em seu discurso de encerramento, critica “os subsídios agrícolas bilionários, as medidas de defesa comercial arbitrárias e o protecionismo disfarçado que nos roubam mercados”. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**
Dia 25 – O Presidente Lula visita a Argentina para assistir à posse do Presidente Nestor Kirchner. **POSSE PRESIDENCIAL**

Junho

6. Dia 1º – A convite do governo francês, o Presidente Lula participa do diálogo ampliado à margem da Cúpula do G-8 em Evian, França, juntamente com líderes de outros países em desenvolvimento. **ENCONTRO MULTILATERAL**
Dia 2 – Café da manhã com o Presidente da China, Hu Jintao, e outros líderes de países em desenvolvimento, como o primeiro-ministro da Índia, em Lausanne, Suíça.
NÃO CONTEMPLADO NA CLASSIFICAÇÃO
Dia 2 – O Presidente Lula participa, em Genebra, Suíça, da 91ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**
7. Dias 17 e 18 – O Presidente Lula participa da XXIV Cúpula do Mercosul, em Assunção, Paraguai. O Brasil apresenta proposta (Objetivo 2006) para a consolidação da união aduaneira do Mercosul. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**
8. Dias 19 e 20 - O Presidente Lula visita os EUA. Reunião ampliada com o Presidente George W. Bush, em Washington, reúne número expressivo de Ministros dos dois países e são criados três novos mecanismos bilaterais de consulta de alto nível: entre o Ministério da Fazenda e o Departamento do Tesouro; entre o Ministério da Agricultura e o Departamento de Agricultura; e entre o Ministério de Minas e Energia e o Departamento de Energia. (*Reuniões com o presidente George Bush, privada e ampliada; encontros com o Secretário do Tesouro, John Snow, com o príncipe Bandar, Embaixador da Arábia Saudita, com o diretor-geral do FMI, Horst Kohler, com os presidentes do Banco Mundial, James Wolfensohn, da AFL-CIO, John Sweeney, e do BID, Enrique Iglesias*).
VISITA BILATERAL UNITÁRIA
9. Dias 27 e 28 – O Presidente Lula realiza visita bilateral à Colômbia e participa, em El Carmen de Viboral, do XIV Conselho Presidencial Andino. É a primeira vez que um Presidente brasileiro é convidado a uma Cúpula da Comunidade Andina (CAN).
VISITA BILATERAL UNITÁRIA + ENCONTRO SUB-REGIONAL (ad hoc)

Julho

10. Dias 10 a 12 – O Presidente Lula, em visita (bilateral) a Portugal, abre Seminário Empresarial em Lisboa e visita a sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Também assina acordo para estudar a legalização dos brasileiros em situação irregular. (*Encontros com dirigentes políticos portugueses e reunião da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA + PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL**
Dias 13 e 14 – A convite do Primeiro-Ministro Tony Blair, o Presidente Lula participa de Cúpula da Governança Progressista em Londres. O Reino Unido declara apoiar a

entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Encontros de trabalho com os primeiro-ministros do Reino Unido, Tony Blair, e da Alemanha, chanceler Gerhard Schroeder, e com os presidentes da Argentina, Nestor Kirchner, e do Chile, Ricard Lagos). **QUATRO ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL**

Dias 14 a 16 – O Presidente Lula, em visita oficial à Espanha, reúne-se, em Madri, com o Presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar, e com o Rei Juan Carlos I. *(Reuniões com o presidente do governo espanhol, José Maria Aznar; com o vice-presidente do governo e ministro da Economia, Rodrigo Rato; encontros com o ex-presidente de governo Felipe Gonzaléz, com o secretário-geral do PSOE, José Luiz Rodrigues Zapatero, e com sindicalistas da UGT e das Comisiones Obreras).* **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Agosto

11. Dias 14 e 15 – O Presidente Lula visita o Paraguai para a posse do Presidente Nicanor Duarte Frutos e participa, em Assunção, de Cúpula Extraordinária de Mercosul, Chile e Bolívia. **POSSE PRESIDENCIAL E MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

12. Dias 24 e 25 – O Presidente Lula visita o Peru *(reunião com o presidente Alejandro Toledo. É assinado Acordo de Livre Comércio Mercosul-Peru [ACE-5]. O Peru se torna, em 2003, Estado associado ao agrupamento regional.)*

VISITA BILATERAL UNITÁRIA

Dia 26 – O Presidente Lula visita a Venezuela (Encontros de trabalho em Ciudad Guayana). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Setembro

13. Dia 16 - O Presidente Lula visita a Colômbia e participa, em Cartagena das Índias, de sessão comemorativa do 40º aniversário da Organização Internacional do Café (OIC) e da 89ª sessão do Conselho Internacional do Café. **ATO COMEMORATIVO MULTILATERAL**

Encontro com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

14. Dias 22 a 25 – O Presidente Lula viaja a Nova York, EUA, para encontros nas Nações Unidas e discursa na abertura da LVIII Assembléia Geral. O Brasil faz doação ao Fundo Mundial de Combate à Fome e à Pobreza. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

(Dia 22 - Participação no encontro “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”; almoço oferecido ao SG-ONU Kofi Annan; encontro bilateral com o presidente da França, Jacques Chirac. **ENCONTRO MULTILATERAL + ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL**

Dia 23 - Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU. Encontros com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, com o chefe de governo da Alemanha, chanceler Gerhard Schroeder; reunião do Grupo do Rio. **DOIS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL + ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Dia 24 – Encontros com os presidentes da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, da Rússia, Vladimir Putin, da Argentina, Nestor Kirchner, e com lideranças sindicais dos EUA.

TRÊS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL + CONTATO COM SINDICATOS (NÃO CONTEMPLADO NA CLASSIFICAÇÃO)

Dia 25 - Pronunciamento no Conselho de Relações Exteriores. Doação para o fundo mundial de combate à fome e à miséria.

OBS.: DIA 23 - O Brasil e outros países da Coalizão da Nova Agenda divulgam, em Nova York, declaração sobre o desarmamento nuclear.)

Dia 25 – O Presidente Lula visita o México e reúne-se com presidente Vicente Fox.

VISITA BILATERAL UNITÁRIA

Dias 26 e 27 – Visita bilateral a Cuba, encontros privados e ampliados com Fidel Castro em Havana. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Outubro

15. Dias 16 e 17 – O Presidente Lula realiza visita de Estado à Argentina e assina com o Presidente Kirchner o “Consenso de Buenos Aires”, entre outros atos bilaterais. Em seus 22 pontos, o Consenso registra posições comuns dos dois países, inclusive no que diz respeito à administração da dívida pública, a qual “deve ter como horizonte a criação de riqueza e de postos de trabalho”. Brasil e Argentina decidem enviar a La Paz missão conjunta de observação para acompanhar a crise política na Bolívia. O Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada renuncia e mais de 100 brasileiros são evacuados da capital boliviana. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

16. Dias 23 e 24 – O Presidente Lula visita a Espanha e recebe, em Oviedo, o Prêmio Príncipe de Astúrias. **COROAÇÃO** (*Obs.: prêmio atribuído a FHC em 2000*)
Encontros com a rainha D. Sofia e com o Príncipe de Astúrias, Felipe de Borbón y Grécia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

17. Dias 2 a 8 – O Presidente Lula faz sua primeira visita à África e realiza périplo por cinco países africanos: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. **CINCO VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Visita bilateral a São Tomé e Príncipe, encontro com o presidente Fradique de Menezes (São Tomé, 2 novembro)

Visita bilateral a Angola e encontro com o presidente José Eduardo dos Santos (Luanda, 3-4 novembro)

Visita bilateral a Moçambique e encontro com o presidente Joaquim Chissano (Maputo, 5 novembro)

Visita bilateral à Namíbia e encontro com o presidente Sam Nujoma (Windhoek, 6-7 novembro)

Visita bilateral à África do Sul e encontro com o presidente Thabo Mbeki (Pretória, 7-8 novembro)

18. Dias 14 e 15 – O Presidente Lula visita a Bolívia para participar, em Santa Cruz de La Sierra, da XIII Cúpula Ibero-Americana. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL** Tem também encontro com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Dezembro

19. Dias 3 a 10 – O Presidente Lula viaja ao Oriente Médio e visita cinco países árabes: Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. Trata-se da primeira visita de um

Chefe de Estado brasileiro à região desde a viagem de caráter particular de D. Pedro II, em 1876. **CINCO VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Visita bilateral à Síria e encontro com o presidente Bashar Al-Assad (3 dezembro)

Visita bilateral ao Líbano e encontro com o primeiro-ministro Rafik Hariri (5 dezembro)

Visita bilateral aos Emirados Árabes Unidos (7 dezembro)

Visita bilateral ao Egito (8 dezembro)

Visita de cortesia à Liga Árabe e encontro com o Secretário-Geral, Amre Moussa (Cairo, 9 dezembro)

Visita bilateral à Líbia e encontro com o líder Muamar Kadafi (10 dezembro)

20. Dia 16 – O Presidente Lula participa da XXV Cúpula do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. São convidados especiais o Presidente de Angola e o Chanceler da Rússia. É assinado o Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59). É também criado o cargo de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM). **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Encontros privados com o presidente da Argentina, Nestor Kirchner, e com o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Eduardo Duhalde. ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO REGIONAL

2004

Janeiro

21. Dias 12 e 13 - O Presidente Lula participa da Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, México, que aprova a Declaração de Nuevo León. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Encontros privados com o presidente dos EUA, George Bush, do Paraguai, Nicanor Duarte, e da Colômbia, Álvaro Uribe). TRÊS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL

22. Dias 25 e 27 - O Presidente Lula visita a Índia, como convidado especial do Governo indiano para o Dia da República. A visita inclui passagens por Nova Delhi, Agra e Mumbai. É celebrado Acordo básico de preferências comerciais entre o Mercosul e a Índia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 29 e 30 - O Presidente Lula abre, em Genebra, Suíça, Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil. *Pronunciamento em seminário com investidores estrangeiros. VIAGEM UNILATERAL PARA CONTATO EMPRESARIAL*

(Dia 30 – O Presidente Lula se reúne, em Genebra, com os presidentes Jacques Chirac (França) e Ricardo Lagos (Chile), e com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para discutir a criação de um fundo mundial de combate à fome. ENCONTRO MULTILATERAL

Fevereiro

23. Dias 27 e 28 – O Presidente Lula viaja a Caracas, Venezuela, para participar da XII Cúpula do G-15. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL.**

Mantém encontro bilateral com o Presidente do Irã, Mohammad Khatami, e reúne-se com os Presidentes de Argentina, Cuba e Venezuela. ENCONTRO BILATERAL

**PARALELO A COMPROMISSO REGIONAL + ENCONTRO SUB-REGIONAL
PARALELO A COMPROMISSO REGIONAL**

Maio

24. Dia 21 – O Presidente Lula visita a Ucrânia e encontra-se, em Kiev, com o Presidente Leonid Kutchma. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 22 a 26 – O Presidente Lula visita a China, acompanhado por sete Ministros, seis Governadores, onze parlamentares e mais de 420 empresários. Em Xangai, Lula reivindica uma “nova geografia do comércio mundial”. **VIAGEM UNITÁRIA PARA CONTATO EMPRESARIAL**
25. Dia 28 – O Presidente Lula participa da III Cúpula União Européia- América Latina e Caribe, em Guadalajara, México. O Brasil e os EUA chegam a um acordo no contencioso relativo ao imposto de equalização do Estado da Flórida sobre o suco de laranja. Os países do G-20 na OMC fazem circular proposta de marco sobre acesso a mercados em agricultura. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Junho

26. Dia 23 – O Presidente Lula viaja a Nova York, EUA, para participar de Encontro de Alto Nível para Investidores da América do Norte e do Seminário “Brazil Meets Markets”, eventos promovidos pelo Governo brasileiro. **VIAGEM UNILATERAL PARA CONTATO EMPRESARIAL**
Dia 24 – O Presidente Lula pronuncia discurso, em Nova York, na abertura do “Global Compact Leaders Summit”. **PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

Julho

27. Dias 7 e 8 – XXVI Cúpula do Mercosul em Puerto Iguazú, Argentina. O Brasil assume a liderança rotativa do bloco, sucedendo a Argentina. Em seu discurso, o Presidente Lula anuncia a decisão de “iniciar prontamente negociações para a conclusão de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México”. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**
Dia 9 – O Presidente Lula visita a Bolívia e se encontra, em Santa Cruz de La Sierra, com o Presidente Carlos Mesa. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
28. Dias 26 a 29 – (26 e 27 jul) Em sua segunda viagem à África, o Presidente Lula visita São Tomé e Príncipe para participar da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
(Libreville, 27-28 julho) Visita oficial ao Gabão e encontro com o presidente Omar Ondimba Bongo. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
(Ilha do Sal, Cidade da Praia, 29-30 julho) Visita oficial a Cabo Verde, encontro com o presidente Pedro Verona Rodrigues Pires. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Agosto

29. Dia 11 – Juntamente com os Presidentes da Bolívia e do Peru, o Presidente Lula inaugura ponte na fronteira entre Brasiléia (AC) e a cidade boliviana de Cobija. **ENCONTRO DE FRONTEIRA NOS DOIS LADOS ALTERNADAMENTE**

Dia 13 – O Presidente Lula visita o Paraguai para a cerimônia de instalação, em Assunção, do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Dia 16 – O Presidente Lula visita a República Dominicana para a posse do Presidente Leonel Fernández Reyna. **POSSE PRESIDENCIAL**

Dia 17 – Presidente Lula se reúne, em São Domingos, Rep. Dominicana, com mandatários centro-americanos e caribenhos. (*Encontro com os presidentes do Uruguai, da Costa Rica, de Honduras, da Guatemala, do Haiti (provisório) e da República Dominicana e com os primeiro-ministros de Antigua e Barbuda, dos Países Baixos e das Ilhas Turcas e Caicos*) **ENCONTRO SUB-REGIONAL**

Dia 18 – O Presidente Lula visita o Haiti, encontra-se com as tropas brasileiras da Minustah em Porto Príncipe e assiste ao “jogo da paz” entre as seleções de futebol do Brasil e do Haiti. **PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE (ESPORTIVA)**

Encontro com o Presidente Boniface Alexandre (*Porto Príncipe*). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

30. Dias 23 e 24 – O Presidente Lula visita o Chile, onde se encontra com o Presidente Lagos para tratar, entre outros temas, da convergência entre os mecanismos de integração na América do Sul. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 24 e 25 – Em visita oficial ao Equador, o Presidente Lula discute temas da agenda bilateral com o Presidente Gutiérrez. Os dois Presidentes presidem a assinatura de Memorandos de Entendimento sobre cooperação nos setores de energia e telecomunicações. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Setembro

31. Dia 20 – Tem lugar, em Nova York, EUA, Reunião de Líderes Mundiais para promover a Ação contra a Fome e a Pobreza. Realizada por iniciativa do Presidente Lula, em parceria com França, Chile e Espanha, a Reunião contou com a presença de 59 Chefes de Estado ou de Governo e o apoio de 110 países. São analisados mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento. **ENCONTRO MULTILATERAL**

O Presidente Lula participa, em Nova York, de reunião da Comissão Mundial da OIT sobre a Dimensão Social da Globalização, e discursa na abertura da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Encontros com os presidentes da Argentina, Nestor Kirchner, da França, Jacques Chirac, com o primeiro-ministro da Suécia, Goran Persson; com o SG da ONU, Kofi Annan; **TRÊS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL + ENCONTRO MULTILATERAL**

Reunião do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL (PARALELO A COMPROMISSO MULTILATERAL)**

Dezembro

32. Dias 8 e 9 – O Presidente Lula visita o Peru para participar da III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco, ocasião em que é lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A CASA, integrada por doze países, é concebida como um projeto comum que deverá evoluir mediante o fortalecimento do diálogo político e da integração econômica e de infraestrutura no espaço sul-americano. **ENCONTRO REGIONAL**

2005**Janeiro**

33. Dia 19 – Encontro bilateral com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, em Letícia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
34. Dias 28 a 29 – Participação no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**
Encontros com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, com o Chefe de Governo da Alemanha, Chanceler Gerhard Schroeder, com o presidente da Confederação Helvética, Samuel Schmid, com o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki e com investidores internacionais. QUATRO ENCONTROS BILATERAIS UNITÁRIOS PARALELOS A COMPROMISSO MULTILATERAL + CONTATO EMPRESARIAL

Fevereiro

35. Dia 14 – Visita oficial à Venezuela, encontro com o presidente Hugo Chávez (Caracas). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 15 – Visita oficial à Guiana, encontro com o presidente Bharrat Jagdeo (Georgetown) e visita oficial ao Suriname, encontro com o presidente Runaldo Venetiaan (Paramaribo). **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**
Dia 16 – Participação na 16ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, Caricom (Paramaribo, Suriname). **PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

Março

36. Dia 1º – Em Montevideu, Uruguai, Posse do presidente Tabaré Vasquez e visita de trabalho ao Uruguai. **POSSE PRESIDENCIAL E VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 2 – *Encontros de trabalho com os presidentes do Peru, Alejandro Toledo, da Argentina, Nestor Kirchner, e da Venezuela, Hugo Chávez, em Montevideu. TRÊS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS (A VISITA BILATERAL)*
Inauguração da fábrica da AMBEV em Paysandú.
37. Dia 29 – Encontro de trabalho com os presidentes da Colômbia, Venezuela e Espanha (Ciudad Guyana, Venezuela). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

38. Dia 8 – Cerimônia de exéquias do Papa João Paulo II (Praça São Pedro, Vaticano). **FUNERAL DE ESTADO**
Encontros com o presidente da Assembléia Nacional da República de Cuba, Ricardo Alarcón; com o presidente da República da Áustria, Heinz Fischer; com o presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza (Embaixada do Brasil em Roma, 8 abril). TRÊS ENCONTROS BILATERAIS PARALELOS (A FUNERAL)
Dia 9 – Encontro com os governadores das regiões da Toscana, Emilia Romana e Marche (Perugia, Itália) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 10 - Visita à República de Camarões e encontro com o presidente Paul Biya (Iaundé, 11 abril) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 11 e 12 – Visita à Nigéria e encontros com o presidente Olosegun Obasanjo (Abuja) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

*Dia 12 – Encontro com o Secretário-Executivo da Ecowas (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), Mohamed Ibn Chambas (Abuja). **CONTATO EMPRESARIAL***

E visita a Gana, encontro com o presidente John Agyekum Kufuor (Acra). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 13 – Visita à Guiné-Bissau e encontros com o presidente, Henrique Rosa, com o primeiro-ministro, Carlos Gomes Jr. e com o presidente da Assembléia Nacional Popular, deputado Francisco Benante (Bissau). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 13 e 14 – Visita ao Senegal e encontro com o presidente Abdoulaye Wade (Dakar e ilha de Gorée). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio

39. Dias 24 e 25 – Visita oficial à República da Coreia do Sul e encontros com presidente Roh Moo-Hyun (Seul). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 26 e 27 – Visita oficial ao Japão e encontros com o primeiro-ministro Junichiro Koizumi e com o Imperador Akihito (Tóquio) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

*Dia 27 – Encontro com o presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio (Tóquio) **ENCONTRO BILATERAL PARALELO (A VISITA BILATERAL)***

*Dia 28 – Visita e encontro com a comunidade brasileira em Nagóia. **COMPROMISSO UNILATERAL (NÃO CONTEMPLADO NA CLASSIFICAÇÃO)***

Junho

40. Dia 20 – Reunião de Cúpula do Mercosul e encontro de trabalho com o presidente Nicanor Frutos Duarte (Assunção, Paraguai) **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS + ENCONTRO BILATERAL PARALELO A COMPROMISSO REGIONAL**

41. Dias 27 e 28 – O presidente Lula visita a Venezuela para discutir o processo de integração na América do Sul. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Julho

42. Dia 7 – Reunião ampliada do G-8 com Chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia e México (Gleneagles, Glasgow, Escócia, **Reino Unido**). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

43. Dias 13 a 15 – Visita de Estado à França e participação nas festividades da data nacional francesa; encontros com o presidente Jacques Chirac, primeiro-ministro Dominique de Villepin e prefeito de Paris, Bertrand Delanoë (Paris). **ATO COMEMORATIVO UNILATERAL + VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Setembro

44. Dia 8 – Visita ao Peru, para início das obras da Rodovia Interoceânica; encontro com presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e da Bolívia, Eduardo Rodriguez Veltze (Puerto Maldonado, Peru). **ATO COMEMORATIVO BILATERAL + ENCONTRO SUB-REGIONAL PARALELO**

45. Dias 12 e 13 – Visita bilateral de trabalho à Guatemala, encontro com o presidente Oscar Berger Perdomo e participação na reunião dos chefes de Estado do Sistema Integrado de Integração Centro-Americana (Cidade da Guatemala). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA + ENCONTRO REGIONAL**

Dias 14 a 16 – Cerimônias especiais do 60º aniversário da ONU: debate de alto nível sobre financiamento ao desenvolvimento; reunião de cúpula do Conselho de Segurança e reunião de alto nível da Assembléia Geral sobre as Metas do Milênio; encontros com o SG Kofi Annan e com investidores internacionais (Nova York, EUA). **ATO COMEMORATIVO MULTILATERAL + GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA + ENCONTRO MULTILATERAL + CONTATO EMPRESARIAL PARALELO**

Encontro de trabalho com os presidentes do IBAS, Índia e África do Sul **ENCONTRO DE COALIZÃO LIMITADA OU PLURIREGIONAL**

Outubro

46. Dias 13 – Visita oficial a Portugal, 8ª Cimeira Brasil-Portugal (Porto, dia 13). **ENCONTRO BILATERAL REGULAR**

Dias 14 e 15 – XV Cúpula Ibero-Americana, criação de Secretaria-Executiva (Salamanca, Espanha). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dias 16 e 17 – Visita oficial à Itália, encontro com presidente Carlo Azeglio Ciampi e reunião comemorativa dos 60 anos da FAO (Roma). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 17 e 18 Visita oficial à Rússia, encontro com presidente Vladimir Putin (Moscou). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

47. Dias 4 e 5 – Participação na IV Cúpula das Américas (Mar del Plata, Argentina). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

48. Dia 30 - Encontro comemorativo dos 20 anos do processo de integração Brasil-Argentina e assinatura de atos pelos presidentes Lula e Kirchner, com a presença dos ex-presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín (Puerto Iguazú, Argentina). **ATO COMEMORATIVO BILATERAL**

Dezembro

49. Dias 8 e 9 – Reunião de cúpula do Mercosul, com decisão política pela aceitação da Venezuela como membro pleno do bloco (Montevidéu, Uruguai) **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

50. Dias 13 e 14 – Visita de Estado à Colômbia e reunião com presidente Álvaro Uribe (Bogotá) *São assinados dois Memorandos de Entendimento: um sobre cooperação policial e outro na área sindical.* **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

2006

Janeiro

51. Dia 22 – Viagem à Bolívia para a posse do presidente Evo Morales (La Paz). **POSSE PRESIDENCIAL**

Fevereiro

52. Dias 8 a 9 – Viagem à Argélia, encontro com o presidente Abdelaziz Bouteflika (Alger). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 9 a 10 – Viagem ao Benin; visita a Uidá (Cotonou). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 11 – Viagem ao Botsuana, encontro com presidente Festus Mogae (Gaborone). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 12 – Viagem à República da África do Sul: participação na reunião de cúpula da Governança Progressista, com chefes de governo de outros 13 países (Pretória). **ENCONTRO MULTILATERAL**

Março

53. Dias 6 a 9 – Viagem de Estado ao Reino Unido, encontros com a rainha Elizabeth II e o primeiro-ministro Tony Blair (Londres). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

54. Dia 11 – Posse da presidente do Chile Michelle Bachelet (Valparaizo / Santiago). **POSSE PRESIDENCIAL**

Mai

55. Dia 4 – Encontro quadripartite dos presidentes do Brasil, da Argentina, Nestor Kirchner, da Bolívia, Evo Morales, e da Venezuela, Hugo Chávez, para tratar da crise energética ente o Brasil e a Bolívia (Puerto Iguazú, Argentina). **ENCONTRO SUB-REGIONAL AD-HOC**

56. Dias 11 e 12 – Participação na IV reunião de Cúpula Europa-América Latina e Caribe e encontro UE-Mercosul (Viena). **ENCONTRO MULTILATERAL**

Dia 13 – Visita de Estado à Áustria, a convite do Presidente Heinz Fischer (Viena). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Julho

57. Dia 4 – Viagem de trabalho à Venezuela para a cerimônia de assinatura do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, com a presença dos demais presidentes do bloco e da Bolívia, como país associado (Caracas). **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

58. Dias 15 a 17 – Participação em reunião ampliada do G-8 (São Petersburgo, Rússia). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

59. Dias 20 e 21 – Viagem para participar na XXX Cúpula do Mercosul e reunião ampliada com chefes de Estado com países associados, com a presença do presidente Fidel Castro, para assinatura de acordo comercial do Mercosul com Cuba (Córdoba, Argentina). **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

60. Dias 27 e 28 – Posse do presidente do Peru, Alan Garcia (Lima). **POSSE PRESIDENCIAL**

Setembro

61. Dia 19 – Discurso na abertura do debate na 61ª Assembléia-Geral da ONU; lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos; cerimônia de entrega do prêmio “Estadista do Ano” pela Fundação Apelo à Consciência (Nova Iorque). **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Novembro

62. Dia 13 – Visita de trabalho à Venezuela; participação de cerimônia de inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, em Puerto Ordaz (Ciudad Guayana). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA + ATO COMEMORATIVO UNILATERAL**
63. Dias 29 e 30 – Viagem multilateral à Nigéria, para a reunião de chefes de Estado e de Governo da África e da América do Sul (AFRAS) (Abuja). **ENCONTRO MULTILATERAL**

Dezembro

64. Dias 8 e 9 – Viagem de trabalho à Bolívia: II Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (Cochabamba). **ENCONTRO REGIONAL**

2007 – 2º MANDATO**Janeiro**

65. Dia 15 – Viagem ao Equador para a posse do presidente Rafael Correa (Quito). **POSSE PRESIDENCIAL**
66. Dias 25 – Participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Fevereiro

67. Dia 26 – Visita oficial ao Uruguai e assinatura de acordos de cooperação com o presidente Tabaré Vazquez (Montevideo). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Março

68. Dias 2 e 3 – Viagem à Guiana, para a XIX Reunião do Grupo do Rio (Georgetown). **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**
69. Dias 31.03 a 1º.04 – Viagem oficial a Washington, Estados Unidos. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

70. Dias 16 e 17 – Visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana. **ENCONTRO REGIONAL (AD HOC)**
71. Dias 25 e 26 – Visita oficial ao Chile e **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 27 – visita oficial à Argentina **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Mai

72. Dias 20 e 21 – Visita oficial a Assunção, Paraguai. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Junho

73. Dias 1º e 2 - Visita oficial ao Reino Unido. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 3 e 4 – Visita oficial à Índia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 6 a 8 – Participa da Cúpula do G-8, na Alemanha. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

74. Dias 28 e 29 – Participa da XXXIII Reunião de Cúpula do Mercosul, em Assunção, Paraguai. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACROPOLÍTICAS**

Julho

75. Dia 4 – Participa da Cimeira Brasil-União Européia em Lisboa, Portugal. **ENCONTRO BILATERAL REGULAR**
Dia 5 – Participa da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em Bruxelas, Bélgica. **E ENCONTRO MULTILATERAL**

Agosto

76. Dia 6 – Viagem oficial ao México
Dia 7 – Viagem oficial a Honduras
Dia 8 – Viagem oficial à Nicarágua
Dia 9 – Viagem oficial à Jamaica
Dias 9 e 10 – Viagem oficial ao Panamá. **CINCO VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Setembro

77. Dia 9 e 10 – Visita oficial à Finlândia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 11 e 12 – Visita oficial à Suécia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 12 e 13 – Visita oficial à Dinamarca. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 13 e 14 – Visita oficial à Noruega. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 15 e 16 – Visita oficial à Espanha. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
78. Dias 23 a 26 – Participa da abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Outubro

79. Dias 14 e 15 – Visita a Burkina Faso. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 15 e 16 – Visita à República do Congo. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 17 – Visita à África do Sul. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 18 – Visita a Angola. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
80. Dias 29 a 31 - Viagem à Confederação Suíça, para participar da cerimônia de anúncio do país-sede da Copa do Mundo de 2014. **VIAGEM PARA PARTICIPAÇÃO DE CERIMÔNIA INTERNACIONAL (SEMINÁRIO)**

Novembro

81. Dias 8 a 10 – Visita oficial ao Chile, para participar da XVII Cúpula Ibero-Americana. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dezembro

82. Dias 9 e 10 – Visita oficial à Argentina. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
83. Dia 13 – Visita à Venezuela. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
84. Dias 16 e 17 – Visita oficial à Bolívia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 18 – Viagem ao Uruguai, onde participa de reunião da Cúpula do Mercosul. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

2008

Janeiro

85. Dia 14 – Visita oficial à Guatemala
Dia 15 a 16 – Visita oficial Cuba. **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Fevereiro

86. Dias 12 e 13 – Visita oficial à cidade de Saint-Georges de L'Oyapock, Departamento Ultramarino da Guiana, República Francesa (Guiana Francesa). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
87. Dias 15 a 16 – Visita oficial a Punta Arenas, República do Chile, por ocasião da visita à Estação Antártica Comandante Ferraz. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 17 e 18 – Visita à Estação Comandante Ferraz, Antártida. **VISITA BILATERAL**
88. Dias 22 a 23 – Visita à República da Argentina. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Abril

89. Dias 10 a 11 – Visita oficial aos Países Baixos (Visitas a Haia, Amsterdã e Roterdã) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 12 – Visita oficial à República Tcheca (cidade de Praga). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
90. Dias 19 a 21 – Visita oficial a Gana, participação do XII UNCTAD. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E ENCONTRO MULTILATERAL**

Maior

91. Dias 16 a 17 - Visita oficial ao Peru. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
92. Dia 28 – Visita oficial ao Haiti. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dias 28 e 29 – Visita oficial a El Salvador e participação da Cúpula SICA. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL E VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Junho

93. Dias 2 a 3 – Visita oficial à Itália. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
94. Dia 27 – Visita oficial à Venezuela. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
95. Dia 30.06 e 1º.07 – Visita oficial à Argentina (San Miguel de Tucumán) para participação das cúpulas do Mercosul e Unasul. **MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS E ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Julho

96. Dias 8 e 9 – Viagem oficial ao Japão; participação das cúpulas do G5 e G8. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E ENCONTROS MULTILATERAIS**
 Dias 9 e 10 – Viagem oficial ao Vietnã. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dia 11 – Viagem oficial ao Timor Leste. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dias 11 e 12 – Viagem oficial à Indonésia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
97. Dias 18 a 20 – Viagens oficiais à Bolívia, no dia 18, e à Colômbia, nos dias 19 e 20 (também participa da data nacional da Colômbia). **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS E ATO COMEMORATIVO UNILATERAL**
98. Dias 25 e 26 – Visita oficial a Lisboa, República Portuguesa, para participação da VII Ciomeira CPLP. **ENCONTRO BILATERAL REGULAR E VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Agosto

99. Dias 3 e 4 – Viagem oficial à Argentina. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
100. Dias 7 a 9 – Viagem oficial à República Popular da China (Abertura Olimpíadas). **PARTICIPAÇÃO EM EVENTO ESPORTIVO INTERNACIONAL**
101. Dia 15 – Visita à Assunção, Paraguai, para posse presidencial. **ENCONTRO BILATERAL REGULAR**

Setembro

102. Dia 15 – Visita oficial ao Chile, para participar de reunião extraordinária da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**
103. Dias 22 a 24 – Viagem a Nova York, Estados Unidos, por ocasião da LXIII Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. **GRANDE COFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA**

Outubro

104. Dias 12 e 13 – Visita oficial à Espanha e recebimento do prêmio Dom Quijote de La Mancha. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E COROAÇÃO**
 Dias 14 e 15 – Visita oficial à Índia para participação da III Cúpula IBAS. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
 Dias 16 e 17 – Visita oficial a Moçambique. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
105. Dias 29 e 30 – Visita oficial a El Salvador para participação da XVIII Cúpula Ibero-Americana. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
 Dias 30.10 a 1º.11 – Visita oficial à Cuba. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

106. Dia 10 a 12 – Visita de Estado à Itália. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
 Dia 13 – Audiência Papal no Vaticano. **VISITA BILATERAL**
 Dias 14 a 15 – Viagem oficial aos Estados Unidos da América para Cúpula do G-20 Financeiro. **ENCONTRO MULTILATERAL**

2009**Janeiro**

107. Dia 15 – Visita oficial à Bolívia.
Dia 16 – Visita oficial à Venezuela. **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Março

108. Dias 14 a 16 – Visita oficial aos EUA e participação do Seminário *Wall Street Journal*. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

Março/Abril

109. Dias 27 e 28 – Visita ao Chile para participação da Cúpula Governança Progressista. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

110. Dias 31 – Visita oficial ao Catar, participação da Cúpula América do Sul Países Árabes. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 1º.04 – Viagem oficial à França. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 2 – Viagem oficial ao Reino Unido (II Cúpula do G-20, Londres). **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

111. Dias 17 a 19 – Viagem oficial a Trinidad e Tobago para participação da Cúpula das Américas. **ENCONTRO MULTILATERAL**

112. Dia 23 – Viagem oficial à Argentina. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Maio

113. Dias 16 A 18 – Viagem oficial à Arábia Saudita
Dias 18 a 20 – Visita oficial à China
Dias 20 a 22 – Visita oficial à Turquia. **TRÊS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Abril

114. Dia 1 – Viagem oficial a El Salvador para posse presidencial. **POSSE PRESIDENCIAL**
Dia 2 – Viagem oficial à Guatemala.
Dia 3 – Viagem oficial à Costa Rica. **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Junho

115. Dias 14 e 15 – Visita oficial à Suíça para participação 98ª Conferência da OIT. **ENCONTRO MULTILATERAL**
Dia 16 – Visita oficial à Rússia para participação da Cúpula dos BRICS. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
Dia 17 – Visita oficial ao Cazaquistão. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
116. Dias 29.06 a 1º.07 – Viagem oficial à Líbia: encontro bilateral, Cúpula da União Africana e compromisso de imprensa. **ENCONTRO MULTILATERAL E VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Julho

117. Dias 4 a 6 – Visita bilateral à França participação no Prêmio Unesco. **VISITA BILATERAL E PREMIAÇÃO INTERNACIONAL**
Dias 7 a 10 – Visita oficial à Itália para participação da Audiência COI e Cúpula G8 + 5. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
118. Dias 24 a 25 – Viagem a Assunção, Paraguai, para participar da XXXVII Cúpula do Mercosul e realizar visita bilateral de trabalho. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA + MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

Agosto

119. Dias 9 a 10 – Viagem oficial a Quito, Equador para participação da Cúpula da Unasul. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**
120. Dia 22 – Viagem oficial a Chimoré e Villa Tunari, Bolívia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
121. Dias 26 e 27 – Viagem oficial a São Carlos de Bariloche, Argentina, para participar de Reunião Extraordinária do Conselho de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Setembro

122. Dias 21 a 25 – Viagem oficial aos Estados Unidos para Assembleia Geral da ONU e Cúpula do G20. **GRANDE CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CÚPULA E ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**
123. Dias 26 e 27 – Visita à Venezuela para participação da Cúpula América do Sul -África **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Setembro/Outubro

124. Dias 29.09 a 4.10 – Viagem oficial à Dinamarca para decisão sobre sede dos jogos Olímpicos. **ENCONTRO MULTILATERAL**
Dias 4 e 5 – Visita de Estado à Bélgica. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**
Dia 6 – Visita à Suécia para Cúpula Brasil - União Europeia. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Outubro

125. Dias 29 e 30 – Viagem oficial à Venezuela. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Novembro

126. Dias 04 e 05 – Viagem oficial ao Reino Unido para Prêmio Chatham House e Seminário. **COROAÇÃO E SEMINÁRIO INTERNACIONAL**
127. Dia 14 – Viagem oficial à França para encontro bilateral sobre Copenhague.
Dias 15 e 16 – Visita à Itália para Cúpula FAO Segurança Alimentar. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Novembro/Dezembro

128. Dias 29.11 e 30.11 – Viagem a Portugal para Cúpula Ibero-Americana. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dias 1º e 2.12 – Visita de Estado à Ucrânia. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dias 03 e 04 – Visita de Estado à Alemanha e encontro empresarial. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E CONTATO EMPRESARIAL**

Dezembro

129. Dias 07 e 08 – Viagem oficial ao Uruguai para Cúpula do Mercosul. **MECANISMO PERMANENTE DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

130. Dias 10 e 11 – Viagem oficial ao Peru (Semana do Brasil no Peru). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA / ATO COMEMORATIVO**

131. Dias 15 a 17 – Viagem oficial à Dinamarca para participação do COP 15 (Conferência de Copenhague). **ENCONTRO MULTILATERAL**

2010

Fevereiro

132. Dias 21 a 23 – Viagem ao México para Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e Cúpula do Grupo do Rio. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL E ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Dias 23 e 24 – Visita oficial a Cuba. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 25 – Visita oficial ao Haiti e participação da missão de paz da Organização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E MISSÃO DE PAZ**

Dias 26 e 27 – Visita oficial a El Salvador. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Março

133. Dia 1º – Viagem oficial ao Uruguai para posse do presidente Mujica. **POSSE PRESIDENCIAL**

134. Dia 15 – Visita oficial a Israel.

Dia 16 – Visita oficial à Palestina

Dias 17 e 18 – Visita oficial à Jordânia. **TRÊS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Abril

135. Dias 12 a 13 – Visita oficial aos Estados Unidos da América, por ocasião da Cúpula de Segurança Nuclear. **ENCONTRO MULTILATERAL**

Mai

136. Dias 3 e 4 – Visita à Argentina para Cúpula Extraordinária da UNASUL. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dia 4 – Visita oficial ao Uruguai. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

137. Dia 14 – Visita oficial à Rússia

Dia 15 – Visita oficial ao Catar **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Dias 16 e 17 – Visita oficial ao Irã e participação da Cúpula do G-15 **VISITA BILATERAL E ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

Dias 17 a 19 – Visita à Espanha para VI Cúpula ALC-UE e Cúpula Mercosul-UE
DOIS ENCONTROS MULTILATERAIS

Dia 19 – Visita a Portugal para Cimeira Luso-Brasileira **ENCONTRO BILATERAL
REGULAR**

138. Dia 25 – Visita oficial a Buenos Aires, Argentina, para comemoração dos 200 anos de independência da Argentina. **ATO COMEMORATIVO UNILATERAL**

Julho

139. Dias 3 a 9 – Visitas oficiais a Cabo Verde, dias 3 e 4, à Guiné Equatorial, dia 5, ao Quênia, dia 6, à Tanzânia, dia 7, à Zâmbia, dias 7 e 8, e à África do Sul, dias 8 e 9 e 10 (Af. Sul: também participou do lançamento da Copa 2014). **SEIS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS E ATIVIDADE ESPORTIVA INTERNACIONAL**

140. Dia 30 – Visitas oficiais ao Uruguai e ao Paraguai. **DUAS VISITAS BILATERAIS UNITÁRIAS**

Agosto

141. Dia 03 – Visita oficial à Argentina para Cúpula do Mercosul. **MECANISMO DE COORDENAÇÃO DE MACRO-POLÍTICAS**

142. Dia 06 – Visita oficial à Venezuela e à Colômbia para posse do presidente Santos. **VISITA BILATERAL UNITÁRIA E POSSE PRESIDENCIAL**

Outubro

143. Dia 28 – Viagem à Argentina para velório do ex-presidente Kirchner. **FUNERAL DE ESTADO**

Novembro

144. Dias 9 e 10 – Visita de Estado a Moçambique (cidade de Maputo). **VISITA BILATERAL UNITÁRIA**

Dia 11 – Viagem à Coreia do Sul para Cúpula do G20. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

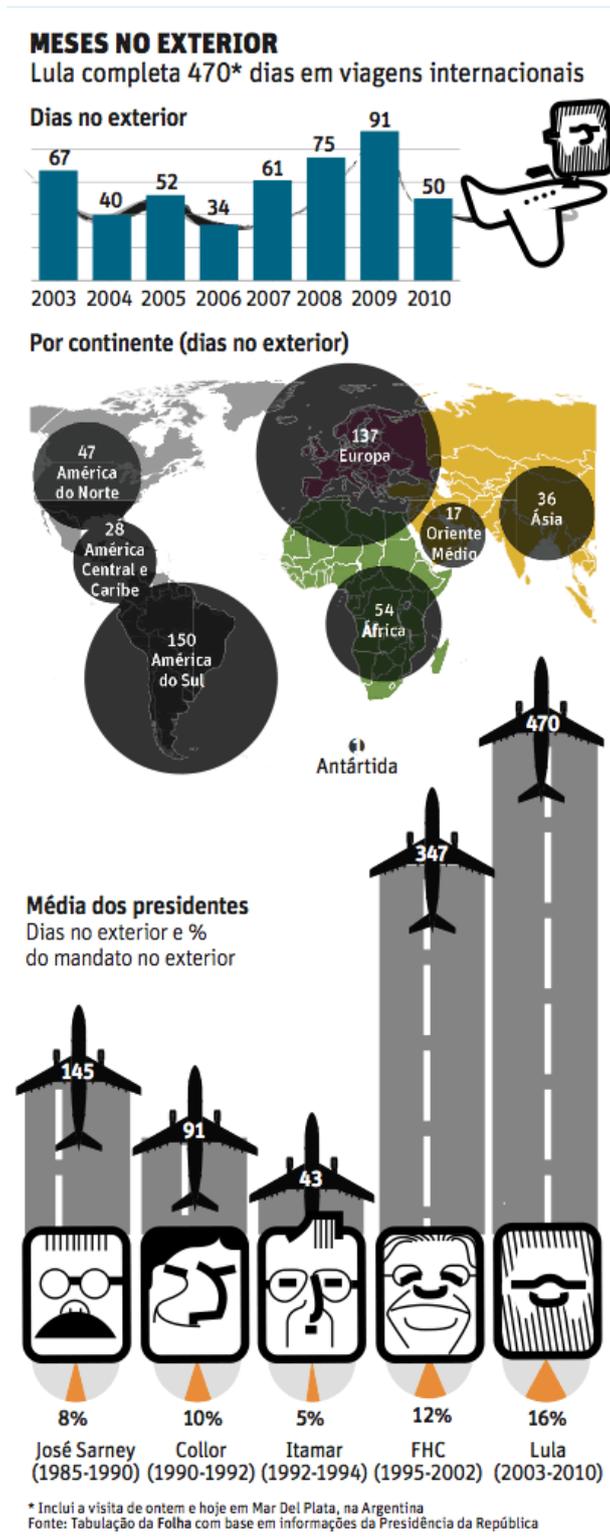
145. Dias 25 e 26 – Viagem à Guiana para Cúpula UNASUL. **ENCONTRO REGIONAL REGULAR**

Dezembro

146. Dias 13 e 14 – Viagem à Argentina para Cúpula Ibero-Americana. **ENCONTRO DE COALIZÃO PLURIREGIONAL**

ANEXO A – Períodos passados pelos Presidentes da República no exterior

A figura abaixo apresenta um levantamento dos períodos em que cada presidente brasileiro passou no exterior durante seu mandato.



ANEXO B – Notícias mais lembradas sobre o Governo Lula

12%	Visita do Presidente Lula ao Haiti/ Pedido do Presidente Lula para que a dívida externa do Haiti seja perdoada
12%	Viagens do Presidente Lula
7%	Visita do Presidente Lula a Cuba/ Encontro do Presidente Lula com Fidel Castro
6%	Visita da secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, ao Brasil/ Encontro entre Hillary Clinton e o Presidente Lula
5%	Defesa do Presidente Lula do programa nuclear iraniano para fins pacíficos
4%	Confirmação de que Dilma Rousseff será a candidata do PT à presidência/ Apoio do Presidente Lula à candidatura de Dilma Rousseff à presidência/ Pré-candidatura da ministra Dilma Rousseff à presidência da República
4%	Ocorrência de enchentes em todo o País/ Mortes e destruição causada pelas chuvas em vários locais do país
3%	Aumento da geração de empregos/ Anúncio do aumento do número de empregos na indústria/ Redução do desemprego
3%	Anúncio do início da campanha de vacinação contra a gripe suína/ Vacinação contra a gripe H1N1
3%	Outras notícias com menos de 1%
2%	Crise financeira internacional e os efeitos no Brasil/ Medidas do governo para reduzir os efeitos da crise financeira no Brasil
2%	Declarações do Presidente Lula sobre o pré-sal/ Notícias e informações sobre a exploração do petróleo na camada de pré-sal/ Criação de uma nova empresa estatal, Petrosal
2%	PAC/ Obras do PAC
2%	Doença/ Tratamento do vice-Presidente José de Alencar
2%	Cancelamento das provas do ENEM/ Nova data para as provas do ENEM/ Fraude nas provas do ENEM/ Fraude no ENEM/ Vazamento dos resultados das provas do ENEM
2%	Ocorrência de casos de violência/ Aumento da criminalidade/ Problemas na área de segurança/ Crise na segurança/ Aumento da violência
2%	Ações da Polícia Federal no combate à corrupção
2%	Visita do Presidente Lula ao Chile/ Governo Lula anuncia ajuda ao Chile
1%	Recuperação da economia/ Melhora dos indicadores econômicos/ Projeções de crescimento econômico em 2010/ Projeção de crescimento da indústria
1%	Proposta brasileira para o encontro de Copenhague/ Proposta para a redução de emissão de gases poluentes/ Meta proposta pelo Brasil para a emissão de gases poluentes
1%	Lançamento do filme sobre a vida do Presidente Lula/ Pré-estréia do filme “Filho do Brasil”/ Filme sobre a vida de Lula
1%	Denúncias de que os dados do PAC estão inflados/ Acusação de que governo exagera ao divulgar resultados do PAC
1%	Anúncio da doença da ministra Dilma Rousseff/ Tratamento contra câncer linfático da ministra Dilma Rousseff/ Afirmação da ministra Dilma de que está curada
1%	Notícia de que apenas 33% das metas fixadas para a educação brasileira foram cumpridas/ Apenas um terço das metas do Plano Nacional de Educação foi cumprido
1%	Compra de caças franceses pela Força Aérea Brasileira/ Governo brasileiro comprará aviões de combate da França/ Visita do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, ao Brasil
1%	Acusação da oposição de que o governo Federal/ Lula faria campanha antecipada para a ministra Dilma Rousseff
1%	Presidente Lula com problema de pressão arterial
1%	Melhorias na área social (educação, aposentadoria, programas sociais)
1%	Apoio ao Haiti
1%	Corrupção/ Mensalão
15%	Nenhuma
32%	Não sabe
1%	Não respondeu

Fonte: CNI-IBOPE, 2010